



**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO**

**AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL:
Restrições à pesquisa na era do conhecimento**

Dinis Manuel Sobral Batista

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Lisboa
2013



**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO**

**AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL:
Restrições à pesquisa na era do conhecimento**

Dinis Manuel Sobral Batista

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Orientador: Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente

Lisboa
2013

“Deveria era haver maneira certa de saber quem vem e o que traz ou quer,
sabem-no as gaivotas que vão pousar nos mastros,
e nós, a quem mais importaria, não sabemos...”

Baltasar Mateus, o Sete-Sóis,

in, *Memorial do Convento* de **José Saramago**

Dedicatória

Dedico este trabalho à família, em particular à Leonor Maria que nasceu durante a elaboração desta dissertação e foi a motivação especial para a sua conclusão.

Agradecimentos

Quero neste espaço agradecer todo o apoio que me foi prestado, direta e indiretamente, na elaboração deste trabalho, visto que este não é apenas fruto de um empenho individual.

Ao Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente expresso o meu agradecimento pela orientação dada, através das suas sábias sugestões e pela disponibilidade sempre manifestada.

Ao Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia destaco a excelente direção do curso que contribuiu para o enriquecimento de toda a minha formação, assim como a mais-valia acrescentada por todos os docentes que lecionaram as várias temáticas.

À Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa estimo a oportunidade de frequentar este mestrado, uma área que aprecio particularmente e que me permitiu evoluir academicamente.

Às Professoras Maria Domingas Marques e Maria da Esperança Alves enalteço a verificação dos aspetos linguístico.

A toda a família e amigos declaro o apoio e auxílio sempre prestados, essenciais para conseguir alcançar este objetivo.

A todos, muito obrigado.

Índice

Página

Dedicatória	III
Agradecimentos	IV
Índice	V
Mapa das ilustrações	VII
Resumo	VIII
Abstract	IX
Lista de abreviaturas	X

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo I – Enquadramento Geral

1. Direito à liberdade e à segurança	5
2. Segurança interna	7
3. Defesa nacional/Segurança externa	12
4. Agressões e ameaças transnacionais	17
5. Terrorismo	21
6. Segurança nacional	26

Capítulo II – Das Informações

1. Resenha histórica	30
a) General Pedro Cardoso	33
2. Sistema de Informações da República Portuguesa	35
2.1. Serviço de Informações de Segurança	37
a) Segurança das informações e de matérias classifica.....	40
2.2. Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	41
3. Informações militares	43
4. Informações policiais	45
5. As informações	47

Capítulo III – A *Intelligence* Portuguesa e os OPC

1. Informações e a atividade penal.....	51
2. Formas de atuação	52
3. Produção de informações	53
4. Segredos	60
5. Similaridades	62

Capítulo IV – Limites Constitucionais à Pesquisa

1. Interceções de comunicações no sistema penal português	65
2. Proibição da interceção de comunicações nos Serviços de Informações portugueses	68
3. A utilidade atual das interceções das comunicações	71
4. A realidade de atuação	73
5. O papel da cooperação	74

Capítulo V – Fiscalização dos Serviços de Informações

1. Necessidade	80
2. Fiscalização	81
3. Conselho de fiscalização do SIRP	82
4. Comissão de fiscalização de dados do SIRP	84
5. Alternativas à situação atual	87

Conclusão	88
------------------------	----

Bibliografia utilizada	95
------------------------------	----

Anexos	112
--------------	-----

Mapa das Ilustrações

	Página
Ilustração 1: Atuação das FSS/OPC na Segurança Interna	12
Ilustração 2: Aspectos relevantes para a Segurança Externa	16
Ilustração 3: Aspectos centrais da Segurança Nacional	29
Ilustração 4: Segurança e Defesa na Segurança Nacional	29
Ilustração 5: Panorama nacional das Informações	50
Ilustração 6: Sistema de fiscalização dos Serviços de Informações Portugueses.....	86

Resumo

O Sistema de Informações da República Portuguesa é constituído pelo Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e pelo Serviço de Informações de Segurança. Existe ainda o Centro de Informações e Segurança Militar que não fazendo parte deste sistema, encontra-se subordinado aos mesmos princípios e órgãos de fiscalização. A existência de informações policiais é também uma realidade, mas que devido às suas especificidades estão totalmente fora do Sistema de Informações da República Portuguesa.

Em Portugal a interceção de comunicações apenas é permitida em casos de investigação criminal e como meio de obtenção de prova, sendo portanto vedada aos serviços de informações. No mundo atual, a tecnologia existente faz com que todos os meios de atuação sejam cada vez mais sofisticados, contribuindo para uma maior globalização, eliminando fronteiras e espaços estatais.

Os serviços de informações, tal como qualquer órgão do Estado devem se adaptar e modernizar, com o objetivo de alcançar os fins necessários de uma forma equilibrada, em consonância com os meios utilizados, que são cada vez mais da era do conhecimento.

Palavras-chave: serviços de informações, segurança, defesa, interceções de comunicações

Abstract

The *Sistema de Informações da República Portuguesa* (Intelligence System of the Portuguese Republic) consists of the *Serviço de Informações Estratégicas de Defesa* (Strategic Defence Intelligence Office) and of the *Serviço de Informações de Segurança* (Security Intelligence Office). There is also the *Centro de Informações e Segurança Militar* (Military Intelligence and Security Centre) that doesn't make part of this system, and it is subjected to the same principles and supervisory bodies. The existence of police intelligence is either a reality, but due to its specificities it is totally out of the Intelligence System of the Portuguese Republic.

In Portugal the interception of communications is only allowed in cases of criminal investigation and as a means of obtaining evidence, and it is therefore prohibited to intelligence services. In today's world, existing technology makes all the means of action increasingly sophisticated, contributing to a greater globalization, and eliminating borders and state spaces.

Intelligence services, such as any organ of State, must adapt and modernize, in order to achieve the purposes required in a balanced way, in line with the means becoming more and more of the knowledge era.

Keywords: intelligence services, security, defence, interception of communications

Abreviaturas Utilizadas

AMN - Autoridade Marítima Nacional

ANS – Autoridade Nacional de Segurança

AR – Assembleia da República

Art. - Artigo

ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

CC – Código Civil

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

CFDSIRP - Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa

CFSIRP – Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa

CIA - Central Intelligence Agency

CISMIL – Centro de Informações e Segurança Militar

ComInt - *Communication Intelligence*

CNI – Centro Nacional de Inteligencia

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CJM - Código de Justiça Militar

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSDN - Conselho Superior de Defesa Nacional

CSSI - Conselho Superior de Segurança Interna

DGS – Direcção-Geral de Segurança

DINFO – Divisão de Informações

DIMIL – Divisão de Informações Militares

ElInt - *Electronic Intelligence*

EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas

FA – Forças Armadas

FBI - Federal Bureau Investigation

FSS – Forças e Serviços de Segurança

GCHQ - Government Communications Headquarters

GNR - Guarda Nacional Republicana

GNS – Gabinete Nacional de Segurança

HumInt - *Human Intelligence*

Ibidem – No mesmo lugar

IDN – Instituto de Defesa Nacional

ImInt - *Image Intelligence*

INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil

LDN – Lei de Defesa Nacional

LDNFA – Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

Lei 9/2007 - Lei n.º 9/2007 de 19 de fevereiro

LOIC - Lei de Organização da Investigação Criminal

LQSIRP – Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa

LSE – Lei do Segredo de Estado

LSI – Lei de Segurança Interna

MAI – Ministro da Administração Interna

MDN – Ministro da Defesa Nacional

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NetInt - Network Intelligence

NSA - National Security Agency

ONU – Organização das Nações Unidas

op. cit. - Obra citada

OPC – Órgão de Polícia Criminal

osint - *open sources intelligence*

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PIIC - Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal

PJ - Polícia Judiciária

PJM - Polícia Judiciária Militar

PM – Polícia Marítima

p. - Página

pp. - Páginas

PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

PR – Presidente da República

RJAE - Regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal

SAA – Sistema da Autoridade Aeronáutica

SEGNAC 1 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, que aprova as Instruções para a Segurança Nacional, Salvaguarda e Defesa das Matérias Classificadas

SDCI - Serviço Diretor e Coordenador da Informação

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SigInt - *Signal Intelligence*

SG-SIRP – Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa

SG-SSI - Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

SI – Serviços de Informações

SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIEDM – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares

SIIC - Sistema Integrado de Informação Criminal

SIM – Serviço de Informações Militares

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa

SIS – Serviço de Informações de Segurança

ss. - Seguintes

TechInt - *Technological Intelligence*

UCAT - Unidade de Coordenação Antiterrorismo

UE – União Europeia

UNCT - Unidade Nacional de Contra-Terrorismo

Introdução

No âmbito da temática do mestrado em “Direito e Segurança” consideramos relevante e de grande interesse para a realização do presente trabalho, procedemos a um rigoroso escrutínio da legislação e doutrina específica para o tema, conjugando-se a área das informações com a segurança de que faz parte.

Relacionamos o direito e a segurança em geral, nomeadamente as regras constitucionais e leis ordinárias securitárias, com a questão das informações em particular e de que forma essas normas legais interferem com a produção de informações e a segurança nacional. Também confrontamos os limites dos serviços de informações com outras vertentes de segurança e defesa, em especial com as competências dos seus congéneres e as implicações que as interceções de comunicações têm nesse âmbito, especialmente no aspeto fundamental da cooperação. Comparamos de uma forma mais específica as funções das informações com os órgãos de polícia criminal, analisam-se procedimentos, formas e momentos de atuação tal como os objetivos finais.

Foi intenção colocar diversas questões em alternativa, que também se poderiam aplicar ao assunto em estudo.

Em termos motivacionais este é um interesse pessoal que despertou a intenção de aprofundar esta matéria em virtude de ser uma área pouco estudada academicamente em Portugal, o que tem o mérito de ser uma inovação, todavia apresenta uma dificuldade acrescida por ser um tema considerado fechado e com pouca amplitude para ser desenvolvido.

Face à realidade atual tanto nacional como internacional é uma área que tende a ganhar o seu espaço intelectual, de discussão e compreensão no panorama português, em virtude do seu entendimento por parte da sociedade, face aos tempos em que vivemos.

Assim, foi elaborada uma reflexão crítica acerca dos serviços de informações portugueses, quanto à sua atuação nos nossos dias, aos seus poderes, competências, limites e necessidades de melhoramentos, face às funções atuais, sem estarem para sempre ligados ao passado a que não pertenceram.

Depois de se identificar a questão de fundo que deu origem ao presente trabalho, a metodologia adotada pautou-se pelo método dedutivo, uma vez que partindo de argumentos gerais e inquestionáveis se chega a conclusões individualizadas de acordo com

as perspetivas inicialmente previstas.

Na fase da pesquisa bibliográfica procurou-se abordar os autores fundamentais nas questões em discussão. Não descurando alguns autores estrangeiros fulcrais na área da *Intelligence* foram privilegiados autores e publicações portuguesas com a convicção de que estes produziram doutrina suficiente para a abordagem pretendida e que possuem um conhecimento concreto da realidade nacional, visto o objetivo final reclamado ser “As Informações em Portugal”.

Para a investigação, procedeu-se à recolha de informação preferencialmente através da análise documental, baseada fundamentalmente em manuscritos, quer de monografias, quer de publicações periódicas especializadas e de artigos de imprensa. Foram também utilizadas páginas de internet, como instrumento tecnológico essencial que é nos tempos atuais. A participação em eventos como seminários e conferências subordinados ao tema da segurança contribuiu para a constante aprendizagem e esclarecimentos nesta área, sendo mais um precioso contributo para a elaboração deste trabalho.

Sempre que possível foram postas em confronto ideias e argumentos relativamente aos temas discutidos e menos consensuais, tal como apresentada e argumentada uma posição pessoal sobre a questão.

São em alguns casos referidas situações factuais no sentido de enquadrar e demonstrar a pertinência dos temas e a realidade das matérias abordadas.

No capítulo I é feita uma abordagem generalizada da atividade de segurança, desde a necessidade de a conjugar com as liberdades individuais de cada cidadão na sociedade em que está inserido, analisando a sua ligação mútua e o contributo de cada uma delas para o objetivo comum.

É analisado o sistema de segurança interna português, as forças e serviços de segurança e os órgãos de polícia criminal, o papel do secretário-geral do sistema de segurança interna e restantes entidades, tal como a competências de cada um ao nível da segurança, fazendo referência ao papel das informações de segurança e o seu desempenho no sistema em geral e expressando algumas considerações correspondentes à realidade nacional.

É feita a devida referência à defesa nacional como se reportando à segurança externa do estado, em que a sua face mais visível é a defesa militar desempenhada pelas forças armadas e discutido o seu papel na sociedade, nomeadamente na ordem interna.

Discute-se ainda algumas nuances do Conselho Superior de Defesa Nacional e a sua relação com o Sistema de Informações da República Portuguesa.

Por se considerar um tema atual, é mencionada a questão das agressões e ameaças transnacionais como um problema global e as respostas nacionais para fazer face a essa problemática, especificando-se o caso concreto do terrorismo, o seu historial nacional, o seu impacto e mecanismos de combate a este flagelo mundial.

Por fim, e em termos de balanço deste capítulo é abordada a questão da segurança nacional, como sendo uma conjugação de todos estes fatores e uma finalidade geral que se pretende alcançar sempre demonstrando o papel das informações como sendo cada vez mais importante nos dias de hoje.

No capítulo II entramos particularmente no campo das informações nacionais. É feita uma contextualização histórica desde os tempos áureos de D. João II, passando pelos tempos traumatizantes do regime ditatorial e da polícia política, até à atualidade. É também aqui consignado um apontamento ao General Pedro Cardoso, considerado o pai das informações em Portugal.

Passa-se para o atual Sistema de Informações da República Portuguesa, a sua organização e funcionamento, onde está integrado o Serviço de Informações de Segurança e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e as suas origens e missões presentes, fazendo referência à segurança das matérias classificadas.

São estudadas as informações militares e o seu papel no panorama nacional, realidade e possibilidades, tal como o seu passado e o facto de terem sido os pioneiros das informações em Portugal.

As informações policiais são aqui debatidas, visto serem uma realidade nas missões das forças policiais e órgãos de polícia criminal, como um instrumento essencial e indissociável das suas atividades, quer a nível nacional, quer internacional, não interferindo com as informações de segurança e estratégicas, mas antes complementando-as.

Por último é feito um apanhado das informações em geral no panorama português, dos seus tipos e funcionamento, apresentando diferentes pontos de vista de alguns autores.

No capítulo III recorreremos a uma análise comparativa do trabalho das informações e da investigação criminal e das suas diferenças e objetivos.

É feito um estudo à produção de informações, seu ciclo, tipos de fontes e suas especificidades.

Na analogia das funções da *intelligence* e da investigação criminal são comparados os regimes do segredo de Estado e do segredo de justiça e analisamos os meios similares dos serviços de informações e dos órgãos de polícia criminal. Em especial foram aprofundadas as figuras do agente encoberto e das entidades codificadas e o uso de armas no exercício de funções.

O capítulo IV trata do regime das interceções de comunicações no sistema penal português, no âmbito do processo criminal, visto ser o único caso em que este mecanismo é possível e o que justifica a proibição destes métodos nas informações em Portugal e a sua utilidade num mundo cada vez mais complexo e inovador e que abrange a cooperação entre diversas entidades nacionais e internacionais, com o mesmo fim, mas com meios desiguais.

No capítulo V abordamos a fiscalização dos serviços de informações nacionais, as entidades com essa finalidade e as suas características, tal como a necessidade de que tudo funcione de forma eficaz nesta matéria.

Analisamos a fiscalização no âmbito geral e em particular o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e a Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa, assim como a avaliação de todo o sistema na fiscalização dos serviços de informações.

Também é apresentada uma proposta, que nós subscrevemos e que parece ser a mais adequada para fazer face a um possível alargamento das competências dos serviços de informações portugueses, garantindo aos cidadãos os direitos, liberdades e garantias possíveis nestas situações, à imagem do que acontece atualmente em matéria criminal.

Estas páginas foram redigidas em harmonia com o mais recente acordo ortográfico, excetuando as citações que foram transcritas na íntegra, conforme o original e colocadas tal como foram desenhadas pelos autores das mesmas.

I – Enquadramento Geral

1. Direito à liberdade e à segurança

O direito à liberdade¹ é uma faculdade intrínseca à condição humana, sendo essencial à sua própria dignidade. O direito à segurança, que de acordo com as palavras do Prof. Adriano Moreira é “the guarantee of safety”², é igualmente uma condição essencial de qualquer cidadão, pois sem esta nenhum dos restantes direitos são exequíveis, incluindo a liberdade. Para melhor compreendermos a dimensão histórica destes conceitos, vamos recuar até à Constituição de 1822 que foi a primeira lei fundamental portuguesa a qual referia no seu art.º 1.º que “A Constituição da Nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança, e a propriedade de todos os Portugueses”, no art.º 2.º “A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exata observância das leis” e no art.º 3.º “A segurança pessoal consiste na proteção, que o Governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais”³.

Ambos são fins do Estado⁴ para com os seus cidadãos de uma forma igualitária⁵, por força do contrato social⁶ e que devido à sua importância e ligação, estão de igual forma consagrados constitucionalmente no art.º 27.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP), “Todos têm direito à liberdade e à segurança”, tal como no art.º 6.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e no art.º 3.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A liberdade consagrada no art.º 27 da CRP “é a liberdade física, entendida como liberdade de movimentos corpóreos, de “ir e vir”, a liberdade ambulatória ou de locomoção”⁷, sendo que a limitação desta impede a prossecução de todas as restantes

1 Deriva do latim “libertas”, estado de pessoa livre e isenta de restrições, sendo condição do ser que não vive em cativeiro ou da pessoa não sujeita à escravidão; é o direito de proceder conforme nos pareça correto, contando que esse direito não vá contra o direito de outrem.

2 Adriano Moreira, in Nação e Defesa n.º 45, janeiro-março de 1988, Instituto de Defesa Nacional, p. 39 Também podemos considerar como o conjunto de ações ou recursos utilizados para proteger algo ou alguém.

3 Constituição de 23 de setembro de 1822.

Rui Pereira, “A Segurança na Constituição”, in Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012, p. 409.

4 Cfr. art.º 9, alínea b) da Constituição da República Portuguesa (CRP).

5 Cfr. art.º 13 da CRP, que consagra o Princípio da igualdade.

6 Ver Jean-Jacques Rousseau, Du Contract Social, ou, Principes du droit politique, 1762.

7 Jorge Miranda e Rui Medeiros, in CRP Anotada, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora /Wolters Kluwer,

liberdades (excetuando a liberdade de pensamento).

Se podemos dizer que o direito à liberdade é irrenunciável, visto que “renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres,”⁸, não é no entanto um direito sem restrições, como refere Luís Fiães Fernandes relacionando estes dois direitos, “a segurança constitui um valor de garantia, condição de realização da liberdade, valor instrumental não absoluto”⁹, tendo em conta que a liberdade de cada um acaba quando começam os direitos de outra pessoa, assim estes podem ser restringidos¹⁰ devido às circunstâncias criminais inerentes a qualquer sociedade. No entanto, o direito à segurança é sempre assegurado por parte do Estado a qualquer ser humano¹¹, mesmo àquele cidadão que está legalmente limitado na sua liberdade¹².

Tem de haver forçosamente um equilíbrio para que um direito em excesso não destrua o outro, logo a prestação de mais segurança por parte do Estado implica obrigatoriamente uma maior interferência na esfera individual, sendo esta “sujeita aos princípios de necessidade, de proporcionalidade e de adequação, dos quais resulta necessariamente um justo, mas difícil, equilíbrio entre o alcance das medidas e das políticas de segurança e defesa do Estado e a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.”¹³, de acordo com o estipulado no art.º 18 n.º 2 da CRP, não podendo o Estado restringir de forma desnecessária os direitos, liberdades e garantias desses mesmos cidadãos.

Estes dois direitos estão diretamente interligados uma vez que sem segurança ninguém poderá desfrutar da liberdade. É esta liberdade que permite a cada cidadão gozar

Portugal, 2010, p. 638.

8 Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*, S. Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 27.

9 Luís Fiães Fernandes, “As Novas Ameaças como Instrumento de Mutação do Conceito “Segurança””, in *I Colóquio de Segurança Interna*, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2005, p. 135.

10 Cfr. art.º 27 e art.º 28 da CRP, art.º 41 e seg. do Código Penal (CP) e art.º 477 e seg. do Código Processo Penal (CPP).

11 A Segurança Humana assegura a proteção das pessoas nas suas liberdades essenciais e permite-lhe que realizem as suas potencialidades e tenham autonomia nas decisões, in *Relatório da Comissão de Segurança Humana*, da Organização das Nações Unidas (ONU), “A Segurança Humana, Agora”, apresentado a 1 de Maio de 2003 ao Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, disponível em, http://ochaonline.un.org/humansecurity/CHS/finalreport/Outlines/outline_portuguese.pdf, consultado a 01/11/2012.

Ver, Ana Paula Brandão, “Segurança: Um Conceito Contestado em Debate”, in *Informações e Segurança*, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, pp. 50 e 51 e Sofia Santos, “As Nações Unidas, a OTAN e a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia enquanto principais catalisadores da Segurança Internacional”, in, *Estudos de Direito e Segurança*, Volume II, coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012, pp. 427 a 429.

12 Cfr. art.º 30 n.º 5 da CRP.

13 Alice Mendes Feiteira, “Uma concepção integrada de segurança no domínio das políticas públicas: tópicos de reflexão”, in *Estudos de Direito e Segurança*, Volume II, coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012, p. 8.

no seu quotidiano plenamente dos seus direitos, liberdades e garantias. “O direito à segurança forma um par com o direito à liberdade – não há segurança dissociada da liberdade”¹⁴.

A vivência em comunidade faz com que haja uma necessidade de segurança comum, em que cada concidadão cede parte da sua liberdade individual, aqui considerada no sentido *lato sensu* por forma a incluir a liberdade não só física, mas também a privacidade ou o sigilo da intimidade¹⁵, uma vez que se tratam de dois valores igualmente preciosos, tendo no entanto consciência que “a liberdade absoluta é um mito e a segurança total uma utopia”¹⁶. Liberdade sem segurança não é liberdade e segurança sem liberdade é uma segurança que não satisfaz a dignidade humana, pelo facto de estas duas prerrogativas serem complementares.

2. Segurança interna

A Lei de Segurança Interna (LSI), define segurança interna como “a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”¹⁷.

A LSI refere que a segurança interna desenvolve-se em todo o espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado português, limitando desta forma o raio de ação dos seus atores, mas ressalva situações específicas em que as forças e serviços de segurança (FSS) podem atuar em cooperação, fora do território nacional por forma a aprofundar o espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia¹⁸. Assim, a segurança interna de Portugal também se desenrola além fronteiras, contribuindo igualmente desta forma diversa para a segurança nacional.

14 Pedro Clemente, “Do Recurso policial à Arma de Fogo”, in Estudos de Direito e Segurança, Volume II, coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012, p. 370.

15 No mesmo sentido, Jorge Bacelar Gouveia, “O Terrorismo e o Estado de Direito: A questão dos direitos fundamentais”, in Segurança e Defesa n.º 5, dezembro 2007-fevereiro 2008, p. 28.

16 Pedro José Lopes Clemente, A Polícia em Portugal, in Cadernos INA n.º 26, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, 2006, p. 24.

17 Art. 1.º n.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna (LSI).

18 Art. 4.º da LSI.

A CRP atribui à Polícia a função de garantir a segurança interna¹⁹, aqui encarada como sendo as FSS, condensando o “chamado direito constitucional de polícia”²⁰, em que os princípios previstos são “aplicáveis a todos os tipos de polícias”²¹. De salientar que o n.º 4 do art. 272.º da CRP, apenas refere as forças de segurança, nada dizendo acerca dos serviços de segurança, enquanto o art. 164.º alínea o) e o art. 270.º da CRP fazem essa distinção, pelo que podemos concluir que “na perspectiva constitucional “forças” e “serviços” de segurança são realidades diferentes”²². Podemos considerar para o estudo em questão que a distinção entre forças e serviços de segurança se deve avaliar inicialmente pelas respetivas orgânicas que lhes atribuem esse estatuto e por as forças de segurança possuírem uma organização hierarquizada de estrutura militar ou similar, com um plano de fardamento e regras relativas a continências e honras de tradição militar, como é o caso da Polícia de Segurança Pública (PSP)²³, Guarda Nacional Republicana (GNR)²⁴ e a Polícia Marítima (PM)²⁵. Os serviços de segurança são a Polícia Judiciária (PJ)²⁶, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)²⁷, o Serviço de Informações de Segurança (SIS)²⁸, a

19 Cfr. Art. 272.º n.º 1 da CRP.

20 J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, in Constituição da República Portuguesa, Anotada, Volume II, Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora, 4.ª Edição, 2010, p. 858.

21 Ibidem.

22 Luís Manuel Oliveira Pimentel, “O Regime Estatutário das Forças de Segurança”, in Estudos de Direito de Polícia, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2.º Volume, 2003, p.168
Mário Gomes Dias, refere que “as *«forças de segurança»* são organismos policiais armados e uniformizados, integrados por pessoal com estatuto militar (GNR), com estatuto militarizado (PM), ou com estatuto civil (PSP), mas sempre com estrutura organizativa caracterizada pela obediência à hierarquia de comando em todos os níveis.

Os *«serviços de segurança»* são organismos públicos, integrados por agentes com estatuto análogo ao do pessoal da Administração Pública, hierarquicamente estruturados e institucionalmente vocacionados para o desempenho de atribuições específicas de natureza policial (PJ e (SEF) ou no domínio das informações (SIS).”, “Segurança Interna”, in, II Colóquio de Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2006, p. 26.

23 O art.º 1 n.º 1 da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a orgânica da PSP, estipula que a “PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada”.

24 O art.º 1 n.º 1 da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da GNR, refere que a “Guarda é uma força de segurança de natureza militar”.

25 O art.º 15.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 outubro e o art.1 n.º 2 do Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 outubro que aprova o Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, define a PM como “uma força policial armada e uniformizada”.

26 Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, aprova a orgânica da PJ, refere no art.º 1 que a PJ “é um serviço central da administração directa do Estado”.

27 Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de Novembro, que aprova a orgânica do SEF e refere no seu art.º 1 n.º 1 que “o SEF é um serviço de segurança”.

28 Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro, que altera a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (LQSIRP), Lei n.º 30/84, de 6 de novembro e Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, (Lei 9/2007) que estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS).

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)²⁹, entre outros.

A LSI estipula que as FSS concorrem para garantir a segurança interna³⁰, destacando:

- A Guarda Nacional Republicana
- A Polícia de Segurança Pública
- A Polícia Judiciária
- O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- O Serviço de Informações de Segurança

De salientar o facto de o SIS ser a única FSS supra enumerada que não é um órgão de polícia criminal (OPC)³¹, uma vez que não tem competência no âmbito da investigação criminal³², mas é aqui integrado pois a noção de segurança interna abrange um conjunto alargado de matérias entre as quais se encontra “a actividade relativa à produção de informações destinadas a prevenir a prática de actos que possam fazer perigar os valores pelos quais se rege o Estado de direito constitucionalmente legitimado e a segurança interna em geral”³³.

A LSI insere ainda nas funções de segurança, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN)³⁴ e os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica (SAA)³⁵.

Para além dos dirigentes máximos das FSS acima enumeradas e naturalmente do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SG-SSI), fazem parte ainda do Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI)³⁶, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SG-SIRP), o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), o diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

29 O Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de julho, estabelece a orgânica da ASAE, refere no art.º 1 n.º 1 que a ASAE “é um serviço central da administração directa do Estado”.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007, integra no Anexo II, n.º 1, alínea f), a ASAE como parte integrante do Sistema de Segurança Interna.

30 Cfr. Art. 25.º da LSI.

31 O art. 1.º, alínea c) do CPP, define “«Órgão de Polícia Criminal» como todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados neste Código”.

32 Ver a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC).

33 Catarina Sarmiento e Castro, in “A Questão das Polícias Municipais”, Coimbra Editora, 2003, p. 301.

34 Cfr. Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março e Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 outubro.

35 Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de abril que define as competências e orgânica do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) .

36 Cfr. Art. 12.º da LSI.

(SIED), o diretor-geral dos Serviços Prisionais³⁷ e o responsável pelo Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)³⁸. A nível político integram este órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna, o Primeiro-Ministro, que o preside, o Vice-Primeiro-Ministro, os Ministros de Estado e da Presidência, o Ministro da Administração Interna, da Justiça, da Defesa Nacional, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e dois deputados designados pela Assembleia da República (AR). O Procurador-Geral da República pode participar nas reuniões por iniciativa própria ou a convite do presidente.

Consideramos que a Polícia Judiciária Militar (PJM)³⁹, que não sendo uma FSS, também deveria ser parte integrante do Sistema de Segurança Interna, uma vez que se trata de um OPC de competência específica⁴⁰, no âmbito da investigação dos crimes estritamente militares⁴¹, ou seja, “os factos lesivos dos interesses militares da defesa nacional e dos demais que a constituição comete às Forças Armadas e como tal qualificado pela lei”⁴². Quando os crimes ocorrem somente no meio militar e tenham unicamente como intervenientes militares, tudo se passa na esfera das Forças Armadas (FA). Mas de acordo com o CJM alguns crimes estritamente militares podem ser praticados por qualquer cidadão, levando a que um órgão estritamente militar tenha intervenção ativa na segurança interna nacional. O facto de se tratar de militares e dependerem do Ministro da Defesa Nacional não é impeditivo, visto que o mesmo se passa com a AMN, que também é composta por militares da Marinha e agentes militarizados da PM⁴³.

O SG-SSI como órgão do Sistema de Segurança Interna tem a competência de coordenação, de direção e de controlo perante as FSS e em situações extraordinárias, competências de comando operacional, uma vez que têm de ser determinadas pelo Primeiro-Ministro após fundamentação ao Presidente da República (PR)⁴⁴, o que revela a

37 O art. 16.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de abril, com a epígrafe “Força de Segurança”, refere que “O corpo da guarda prisional é a força de segurança que tem por missão garantir a segurança e tranquilidade da comunidade” (prisional). Não se trata no entanto de um OPC.

38 Ver o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, sobre o SIOPS.

39 O art. 2.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro, define a PJM como “corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, organizado hierarquicamente na dependência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional”.

40 Cfr. Art. 7.º n.º 6 da LOIC e art.º 4 n.º 1 da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro, que define a competência em matéria de investigação criminal da PJM.

41 Art. 4.º n.º 1 da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro e art.º 118 n.º 1 do Código de Justiça Militar (CJM).

42 Art. 1.º n.º 2 do CJM.

43 Cfr. Art. 15.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 outubro.

44 Cfr. Art. 16.º a art.º 19 da LSI.

complexidade desta situação que exige a intromissão do PR numa ocorrência de segurança interna. Dentro das competências de coordenação do SG-SSI, este estabelece com o SG-SIRP “mecanismos adequados de cooperação institucional de modo a garantir a partilha de informações, com observância dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado”⁴⁵. No âmbito da investigação criminal o SG-SSI coordena os OPC, “de acordo com as orientações genéricas emitidas pelo conselho coordenador”⁴⁶ dos OPC. Entre outras limitações constantes na LOIC, o SG-SSI “não pode aceder a processos concretos, aos elementos deles constantes ou às informações do sistema integrado de informação criminal”⁴⁷(SIIC).

O terceiro órgão é o Gabinete Coordenador de Segurança⁴⁸, que é composto unicamente pelas entidades operacionais, sem os elementos políticos do CSSI, visto ser especializado em assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das FSS, que se reúne ordinariamente, uma vez por trimestre.

A Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) é “apenas” composta pelos OPC e pelos Serviços de Informações (SI)⁴⁹, em virtude da necessidade de conhecimentos o mais profundo possível e de uma operacionalidade dinâmica, como armas essenciais nesta matéria.

Estipulando a LSI que os OPC concorrem para a segurança interna, existem opiniões contrárias que invocam que os conceitos de segurança interna e de investigação criminal não devem ser misturados⁵⁰, porque encaram que “a investigação criminal é uma atribuição da justiça e não da segurança”⁵¹, fazendo desta forma uma separação entre estas duas vertentes.

Contudo a segurança interna deve ser vista como uma atividade complexa com diversos atores que assume “uma exigência permanente que não consente outra realidade que não seja a sua existência efetiva, concretizada em três garantias (ordem, segurança e tranquilidade públicas), duas proteções (pessoas e bens), uma prevenção (crime) e três contribuições (normal funcionamento das instituições democráticas, regular exercício dos

45 Cfr. Art. 16.º n.º 3, alínea c) da LSI.

46 Cfr. Art. 15.º n.º 1 da LOIC.

47 Cfr. Art. 15.º n.º 4 da LOIC.

48 Ver art. 21.º da LSI.

49 Cfr. art. 23.º da LSI.

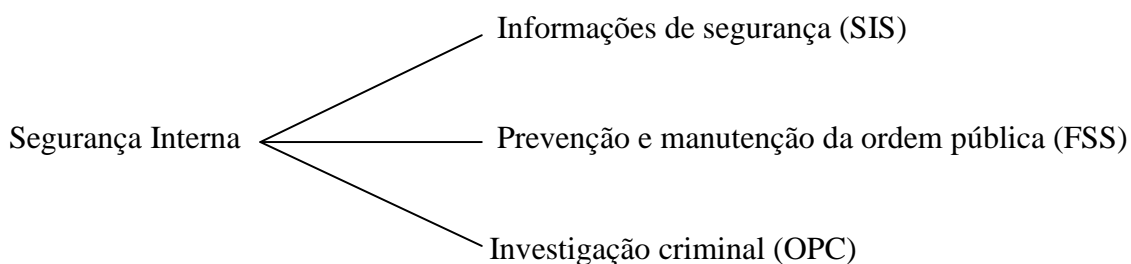
50 Cfr. Carlos Anjos e Helena Gravato, “Será o nosso modelo tão mau”, publicado no Diário de Notícias de 6 de outubro de 2012 e disponível em www.dn.pt/inicio/opiniaio/interior.aspx?content_id=2812066&seccao=Convidados, consultado a 18/04/2013.

51 José Braz, “Polícia Judiciária e Estado de direito”, in Diário de Notícias de 18 de abril de 2013, p. 55 .

direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e respeito pela legalidade democrática)”⁵².

Consideramos que a segurança interna ao nível da atuação das FSS é o resultado das atividades de informações de segurança obtidas no interior do território nacional, das ações de prevenção e manutenção da ordem pública e da investigação criminal.

Ilustração 1: Atuação das FSS/OPC na Segurança Interna



Fonte: Autor

3. Defesa nacional/Segurança externa

A Lei de Defesa Nacional (LDN) estipula que “a defesa nacional tem por objetivo garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas”⁵³. Esta definição vai ao encontro da que está definida na CRP⁵⁴, no entanto o Instituto de Defesa Nacional (IDN)⁵⁵ adotou um conceito mais abrangente que aquele que está na lei, considerando que a defesa nacional “é o conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente coordenadas e integradas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar a potencialidade da

52 Júlio Pereira, “Segurança interna: O mesmo conceito, novas exigências”, in Segurança e Defesa n.º 3, maio-julho 2007, p.98.

53 Art. 1.º n.º 1 da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, que aprova a Lei de Defesa Nacional (LDN).

54 Art. 273.º n.º 2 da CRP.

55 Este tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa, in <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=001&area=005>, consultado a 15/04/2013.

Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional”⁵⁶.

Deste modo refere o art. 275.º n.º 1 da CRP que “às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”, pelo que em conjugação com o art. 273.º n.º 2 da CRP podemos considerar que a defesa nacional consagrada constitucionalmente confunde-se com a defesa militar do Estado.

As FA são parte integrante da sociedade em que se encontram inseridas. A Lei Constitucional de 1982 afastou as FA da sua vertente armada no seio interno, mas atribuiu-lhe relevância no contexto civil⁵⁷, tornaram-se também agentes de proteção civil⁵⁸, atendendo à gravidade que resultaria em não colocar à disposição dos cidadãos as suas valências e mais-valias, principalmente em termos de meios humanos e materiais.

A CRP consagra a possibilidade das FA serem incumbidas de colaborar em missões de proteção civil, como em casos de catástrofes naturais, auxílio a bombeiros ou salvamentos, tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, são as “tarefas de interesse público”⁵⁹, como os casos da utilização da engenharia militar na construção de acessos e que também “assenta na necessidade da racional utilização dos recursos nacionais”⁶⁰.

Relativamente ao que foi referido, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)⁶¹, estipula que “as missões constitucionalmente atribuídas às Forças Armadas incluem missões de interesse público, nomeadamente no apoio ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida dos portugueses”⁶², aplicando sempre que possível o princípio do duplo uso. É ainda referido que as FA devem “reforçar o Sistema de Proteção Civil, intensificando o aproveitamento de sinergias operacionais”⁶³ e estabelece a criação de uma “Unidade Militar de Ajuda de Emergência... e aprofunda a ligação e

56 Cfr. Vice-Almirante Leonel Cardoso, “Defesa Nacional-Segurança Nacional”, in Nação e Defesa n.º 17, janeiro-março, 1981, IDN, pp. 23 e 24.

57 Art. 275.º n.º 6 da CRP e art. 24.º n.º 1, alínea f) da LDN.

58 Cfr. Art. 46.º n.º 1, alínea c) da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil. É igualmente referido neste artigo que as forças de segurança também são agentes de proteção civil e que sobre os serviços de segurança impende especial dever de cooperação com os agentes de proteção civil.

59 J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa, Anotada, *op. cit.*, p. 872.

60 Jorge Miranda e Rui Medeiros, in Constituição da República Portuguesa, Anotada, Tomo III, Coimbra Editora, 4.º Edição, 2007. p. 693.

61 Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, publicada no *Diário da República*, 1.ª série – n.º 67 de 5 de abril de 2013.

62 CEDN, Capítulo VI, ponto 1.4.4.

63 Ibidem, ponto 1.4.2.

capacidade de resposta das Forças Armadas com a rede de entidades responsáveis em situações de catástrofe e calamidade”⁶⁴, entre outras funções dentro do mesmo âmbito, de forma a fazer face a diferentes perigos, ameaças e riscos.

No seguimento destas atribuições também se consideram as situações em que as FA disponibilizam os seus quartéis às FSS, como ponto de passagem estratégico em determinadas operações policiais devido à sua localização ou como possíveis centros de detenção temporário em grandes eventos ou até como simples locais de estacionamento automóvel integrados em dispositivos de segurança interna.

De destacar a posição do Coronel Gil Prata, relativamente ao art. 275.º n.º 6 da CRP no que concerne à satisfação de necessidades básicas, uma vez que o mesmo considera que “a segurança se situa entre as necessidades básicas das populações”⁶⁵, como tal refere que “em situações graves mas que não impliquem a declaração de estado de exceção podem as FA reforçar os meios policiais”⁶⁶.

Mesmo considerando que o conteúdo do seu pensamento tenha toda a razoabilidade, também temos noção que o atual texto constitucional e legislativo ordinário não o permite, uma vez que o art. 275.º n.º 6 da CRP remete para a Lei e esta não autoriza tal solução em situações normais, isto é, sem declaração do estado de exceção ou relativamente a agressões ou ameaças transnacionais (externas). Consideramos assim que não é através desta norma que as FA puras têm legitimidade constitucional para atuar no plano exclusivamente interno de âmbito nacional no complemento e/ou reforço das FSS. Isto porque segundo a nossa interpretação do citado artigo este apenas refere situações de apoio/auxílio direto às populações e não em ações armadas ou de combate no interior do nosso território contra oponentes nacionais. Dada a distinção feita pela CRP relativamente à defesa nacional, num sentido restrito e segurança interna, teria de ter uma norma mais expressa, se quisesse realmente incluir essa possibilidade. Não se pode fazer aqui uma interpretação extensiva da norma constitucional, uma vez que, se o legislador não distingue o intérprete também não o pode fazer.

Neste sentido, considera-se que “a segurança interna enquanto atividade circunscrita ao âmbito exclusivo da função policial da Administração”⁶⁷ e que “o propósito de o legislador constituinte ter estabelecido uma marcada distinção entre as noções de

64 Ibidem.

65 Cor. Gil Prata, “As Forças Armadas e a Segurança Interna”, in <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-e-a-seguranca-interna/>, consultado a 06/11/2012.

66 Ibidem.

67 Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 479/94, publicado do Diário da República n.º 195, Série I-A de 24 de agosto de 1994.

segurança interna e defesa nacional, sendo que a primeira é uma função inscrita no âmbito da polícia (forças de segurança) nela não participando as Forças Armadas, adstritas estas à tarefa de garantir a defesa nacional e a segurança externa da República”⁶⁸ e “pretendeu-se desligar o tratamento da matéria das Forças de Polícia do tratamento da matéria das FA” promovendo-se “a desmilitarização do regime”⁶⁹. Todas estas circunstâncias foram discutidas em sede de debate parlamentar com vista à primeira revisão constitucional.

Assim, o Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República concluiu que “a Constituição dá ampla abertura ao legislador ordinário para cometer às Forças Armadas missões de interesse público, que já não têm a ver com a utilização de meios armados”⁷⁰. Do ponto de vista material, essas funções (tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas das populações) não podem integrar o âmbito da segurança interna e “no quadro constitucional actual as FA não poderão, em princípio, ser chamadas a desempenhar funções de defesa da ordem interna, a não ser nos casos expressamente previstos na CRP e na lei”⁷¹.

As FA têm a possibilidade de atuar em diversos cenários na ordem interna nacional desde que isso não represente o combate direto à criminalidade em sobreposição ao papel das FSS, uma vez que lhes está constitucionalmente vedado.

O art. 275.º da CRP prevê no n.º 7 “o emprego das FA em situações de **estado de sítio e de estado de emergência**, sendo estes os únicos casos em que as FA podem ser chamadas a exercer *missões de segurança no plano interno*”⁷² a nível constitucional⁷³, podendo contudo atuar no âmbito das ações transnacionais, visto serem encaradas como agressões/ameaças externas, situação que ainda iremos aprofundar no próximo ponto.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) é presidido pelo PR e é composto para além deste, pelo Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro, Ministros de Estado, Ministro da Defesa Nacional, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Administração Interna, Ministro das Finanças, Ministro responsável pelas áreas da indústria, energia, transportes e comunicações, CEMFA, representantes da República para as regiões autónomas, Presidentes dos governos das Regiões Autónomas dos Açores e da

68 Intervenção do constitucionalista Jorge Miranda na Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, *Diário da Assembleia da República*, II série, suplemento ao n.º 64, de 10 de março de 1982, p. 1232 (33).

69 Ibidem.

70 Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República n.º 147/2001.

71 Ibidem.

72 J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa*, Anotada, *op. cit.*, p. 872.

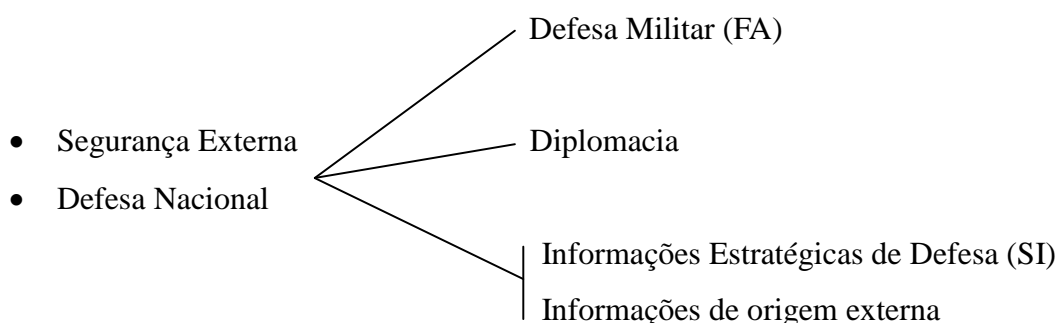
73 Art. 19.º da CRP.

O regime do estado de sítio e do estado de emergência está consagrado na Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com a redação dada pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio (RESEE).

Madeira, Presidente da Comissão de Defesa Nacional da AR, Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea e dois deputados da AR⁷⁴. Embora este Conselho seja constituído por vários elementos não militares podemos constatar que o SG-SSI e o SG-SIRP⁷⁵ não estão incluídos, o que não é recíproco, uma vez que o CEMGFA faz parte do CSSI⁷⁶ e do Conselho Superior de Informações⁷⁷, por força dos objetivos da segurança nacional. Menos compreensível é esta situação se constataremos que a LDN (2009) é posterior à LSI (2008), o que nos leva a crer que foi uma posição propositada do legislador.

Não são apenas as FA no âmbito da defesa militar⁷⁸ que contribuem para a defesa nacional/segurança externa do país, elas são apenas uma componente, tal como a diplomacia⁷⁹, na sua vertente de política externa e os SI relativamente às informações estratégicas⁸⁰ de defesa e outras de origem externa.

Ilustração 2: Aspectos relevantes para a Segurança Externa



Fonte: Autor

74 Cfr. Art. 16.º da LDN.

75 O atual SG-SIRP, Júlio Pereira, refere que sua ausência neste Conselho “provoca uma manifesta e incómoda sensação de vazio... pelo que não se compreende que um órgão de consulta da importância do CSDN, a componente de “*intelligence*” esteja ausente”, considerando esta situação uma lacuna, isto em entrevista à Segurança e Defesa n.º 9, janeiro-março 2009, p. 17.

76 Cfr. Art. 12.º n.º 2 alínea f) da LSI.

77 Cfr. Art. 18.º n.º 2 alínea e) da LQSIRP.

78 CEDN, Capítulo VI, ponto, 1.4.3. É aqui referido que “o vetor militar é primordial no apoio à política externa”.

79 CEDN, Capítulo II. Este considera a diplomacia “indispensável para a intervenção externa do Estado”.

80 Ibidem, o CEDN refere que “a «*inteligência*» estratégica é determinante na efetiva realização do potencial estratégico do País”.

O Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues defende que, mesmo “as super e grandes potências nunca o seriam, nem se manteriam, se não dispusessem de importantes sistemas de informações”, “As Pequenas Potências e as Informações Estratégicas – O Problema Português”, in Revista Militar, 55.º Vol., n.º 4, abril 2003, Lisboa, p. 286.

4. Agressões e ameaças transnacionais

Ao nível da segurança do Estado, a CRP, como já vimos, estabelece que a defesa militar, é uma missão das FA, uma vez que lhes incumbe a defesa nacional contra agressões⁸¹ ou ameaças⁸² externas e a segurança interna é da competência das FSS.

A distinção tradicional entre segurança externa (defesa nacional) e segurança interna começou a ter outro significado após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América⁸³. Foi nesse momento que se começou a analisar com uma maior incidência o facto de o mundo globalizado de hoje obrigar a novas exigências no combate a uma criminalidade à procura do lucro e baseada em autênticas multinacionais do crime ou a um tipo de terrorismo de natureza ideológica ou com objetivos políticos, que à partida não sabemos se é interno, externo ou ambos.

A natureza destas situações em que a criminalidade opera num cenário transfronteiriço, levou a que se começasse a considerar e a analisar o fenómeno transnacional⁸⁴. “Esta transformação do sistema de ameaças torna urgente a correspondente transformação das nossas concepções políticas. A fronteira entre a segurança interna e segurança externa é hoje mais ténue, mais indefinida e, num conjunto significativo de casos, tornou-se mesmo irrelevante”⁸⁵. “A fronteira de segurança já não coincide com a fronteira geopolítica”⁸⁶, daí o Prof. Adriano Moreira falar na “Concepção de Estados

81 A resolução 3314 (XXIX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em Nova Iorque, Estados Unidos da América a 3/12/1973, define Agressão, como sendo “o uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado, ou de qualquer forma incompatível com a Carta das Nações Unidas, tal como decorre da presente definição”.

82 De acordo com as Nações Unidas, Ameaça é “qualquer acontecimento ou processo que leva à perda ou à redução de expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional.”, in <http://www.un.org>, consultado a 18/07/2011.

83 Seguidos pelos atentados em solo europeu a 11 de março de 2004 em Madrid, Espanha e a 7 de julho de 2005 em Londres, Inglaterra; Reino Unido.

Já em janeiro de 1981 esta questão começava a ser abordada, o Vice-Almirante Leonel Cardoso referia que “... sendo as ameaças externas cada vez mais difíceis de distinguir das internas...”, “Defesa Nacional-Segurança Nacional”, in *Nação e Defesa*, *op. cit.*, p.19.

84 A Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004, de 2 de abril e aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, estabelece no art.º 3, n.º 2 que “a infracção será de carácter transnacional se:

a) For cometida em mais de um Estado;

b) For cometida num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direcção ou controlo tenha lugar noutro Estado;

c) For cometida num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique actividades criminosas em mais de um Estado; ou

d) For cometida num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutro Estado”.

85 Nuno Severiano Teixeira, Intervenção na qualidade de Ministro da Defesa Nacional na sessão de encerramento do colóquio sobre a reorganização da Defesa Nacional e das Forças Armadas, no Forte de São Julião da Barra a 4 de julho de 2008.

86 Luís Fiães Fernandes, “As novas ameaças como instrumento de mutação do conceito “Segurança””,

fronteira”⁸⁷.

O CEDN de 2003⁸⁸ trouxe uma inovação essencial no panorama nacional para que em termos legais houvesse uma legitimação para utilizar as FA em colaboração com as FSS no plano de ação direta e a nível interno no território nacional, conceito este que contribuiu para uma conceção abrangente de Defesa Nacional. O atual CEDN, dando seguimento ao anterior, consagra a cooperação das FA “com as forças e serviço de segurança no combate a ameaças transnacionais”⁸⁹.

Compreende-se este esboço, uma vez que nestes casos as agressões e ameaças, embora decorram no interior do território nacional são acima de tudo transnacionais, isto é, ultrapassam os limites das fronteiras do país, ao nível das suas origens e dos seus intervenientes, ou seja, acabam por ser externas, situação que está em consonância com o que está definido na CRP⁹⁰. Esta situação faz com que as FA tradicionalmente preparadas para as chamadas guerras convencionais, que tendem a desaparecer, tenham que estar igualmente dispostas para conflitos indiretos e de natureza obscura, em consonância e colaboração com as FSS.

Esta resolução vai ao encontro do Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, que refere que estes casos “tratam-se de uma espécie de vertente interna da defesa nacional, que se distingue da segurança interna pela natureza externa da ameaça”⁹¹.

Aquando da publicação do CEDN de 2003, esse era conjugado com a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) de 1982⁹² que no seu art.º 8 previa um CEDN para definir os aspetos fundamentais da estratégia do Estado na política de defesa nacional. Essa LDNFA foi entretanto revogada pela presente LDN que continua a prever o CEDN no art.º 7 para definir as prioridades do Estado em matéria de defesa. Uma das grandes diferenças entre estas leis é que a atual vem reforçar o conceito referente ao emprego das FA no combate ao crime transnacional em articulação com as FSS, coisa que não acontecia com a anterior.

A lei atual, tratando-se de uma lei de valor reforçado⁹³ em relação às demais e

op.cit., p. 143.

87 Seminário sobre terrorismo que decorreu no dia 7 de maio de 2003 no ISCPSI em Lisboa.

88 Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, Publicado no *Diário da República – I série-B*, n.º 16 – 20 de janeiro de 2003.

89 CEDN, Capítulo VI, ponto, 1.4.6.

90 Art. 273º n.º 2, in fine da CRP.

91 Parecer 147/2001, anotação 67.

92 Aprovada pela Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro.

93 Cfr. art.º 112 n.º 3 da CRP.

principalmente relativamente ao próprio CEDN que é uma «simples» resolução do Conselho de Ministros (situação que temos de considerar relevante), veio legitimar esta atuação nas missões das FA, que incumbe a estas “cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”⁹⁴.

A nova LDN veio também estipular em termo de «reciprocidade», relativamente à LSI, que “compete ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna assegurar entre si a articulação operacional, para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do art.º 24”⁹⁵. Ora, a LSI já consagrava que “as Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional”⁹⁶.

Posição contrária tem a Associação Nacional de Oficiais da Guarda, que considera que a CRP “afasta liminarmente qualquer possibilidade da participação das Forças Armadas na Segurança Interna, pelo que será mesmo de equacionar a constitucionalidade do Artigo 35.º da Lei de Segurança Interna”⁹⁷.

Mas esta participação das FA nas ações de combate a agressões e ameaças transnacionais revela algumas exigências do ponto de vista institucional, uma vez que é necessário que o PR, como Comandante Supremo das FA⁹⁸ tenha o “direito que ser previamente informado pelo Governo, através de comunicação fundamentada, sobre o emprego das Forças Armadas em missões que envolvam a colaboração com as forças e os serviços de segurança contra agressões ou ameaças transnacionais”⁹⁹; assim sendo esta comunicação é da competência do Primeiro-Ministro¹⁰⁰, não podendo ser delegada no Ministro da Defesa Nacional (MDN), o que demonstra a importância dada a esta matéria. Ao MDN cabe “coordenar e orientar as acções necessárias para garantir a colaboração das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança.”¹⁰¹ Ao Governo como órgão

94 Art.º 24 n.º 1, e) da LDN.

95 Art. 48.º n.º 2 da LDN.

96 Art. 35.º da LSI.

97 “A intervenção das Forças Armadas em tarefas de Segurança Interna”, in http://www.anog.pt/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=259, consultado a 18/04/2013.

98 Art. 120.º da CRP, art. 9.º n.º 1 e art. 10.º da LDN.

99 Art. 10.º n.º 1, alínea c) da LDN.

100 Art. 13.º n.º 2, alínea e) da LDN.

101 Art. 14.º n.º 3, alínea z) da LDN.

administrativo compete “aprovar os mecanismos que assegurem a cooperação entre as Forças Armadas e as forças e os serviços de segurança, tendo em vista o cumprimento conjugado das suas missões no âmbito do combate a agressões ou ameaças transnacionais”¹⁰².

O CEDN vigente inovou no sentido de prever um aprofundamento da cooperação entre as FA e as FSS no “combate a agressões e às ameaças transnacionais, através de um Plano de Articulação Operacional que contemple não só as medidas de coordenação, mas também a vertente de interoperabilidade dos sistemas e equipamentos”¹⁰³.

Este Plano de Articulação Operacional parece-nos um instrumento importante por forma a definir medidas e procedimentos que podem ajudar a uma melhor coordenação e articulação entre as FA e as FSS quando for necessário atuar em conjunto, evitando deste modo possíveis disputas que possam surgir quanto à direção das operações no terreno. Julgamos que este Plano deve clarificar os modos de atuação, sendo que numa situação de combate ao terrorismo ou à criminalidade transnacional com o apoio das FA estas terão que ficar sempre sob a orientação de quem tem a competência primária nesta matéria, ou seja às FSS, por força dos princípios da subsidiariedade e da complementaridade¹⁰⁴. Podemos tomar como exemplo um caso que se passa de modo inverso, nas situações de estado de sítio as forças de segurança, para efeitos operacionais ficam sob o comando do CEMGFA, “por intermédio dos respetivos comandantes-gerais”¹⁰⁵.

É igualmente focada no Plano de Articulação Operacional a questão do equipamento, uma vez que as FA têm o monopólio de certos materiais bélicos que poderão vir a ser necessários em intervenções excecionais.

Os princípios que legitimam a atuação das FA na ordem interna, relativamente às ameaças e agressões transnacionais, também se devem aplicar às informações estratégicas de defesa, no âmbito da segurança externa do Estado Português. “O caráter imprevisível, multifacetado e transnacional das novas ameaças confirma a relevância das informações”¹⁰⁶.

102Art. 12.º n.º 3, alínea h) da LDN.

103CEDN, Capítulo VI, ponto, 1.4.2.

104No mesmo sentido, Jorge Silva Carvalho, “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, in *Segurança e Defesa* n.º 11, setembro-novembro 2009, p.18.

105Art. 8.º n.º 3 da RESEE.

De salientar que a PSP deixou de ter um Comandante-Geral em 1999, através da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, que instituiu nesta força policial um Diretor Nacional, ou seja, muito antes da última redação desta lei que é de 2012, não tendo esta situação sido atualizada. Foi também ignorada a existência do SG-SSI, que devido às suas funções teria que ser chamado a intervir nestes casos. Estranhámos a redação do RESEE que é bastante recente.

106CEDN, Capítulo VI, ponto, 1.3.

5. Terrorismo

O terrorismo é dentro das agressões e ameaças transnacionais aquela que mais impressiona e mais impacto tem nas sociedades devido à sua grande visibilidade nos dias de hoje e ao terror que impõe a todos os cidadãos, em qualquer parte do mundo, direta e indiretamente. Recordando o Prof. Adriano Moreira, “a injustiça feita a um homem é uma injustiça feita a todos os homens.”¹⁰⁷.

A definição de terrorismo sempre se deparou com uma sistemática falta de consenso pelos mais variados motivos, quer por razões históricas, de afinidades ou de interesses próprios. “O terrorista que combate pelas nossas ideias é um herói sublime. O terrorista que combate por ideias diferentes das nossas é um miserável assassino”¹⁰⁸. Fruto das divergências, surgiram ao longo dos tempos diversos conceitos, não surpreendendo o facto de o significado e o uso da palavra (terrorismo), ter mudado ao longo dos tempos para se acomodar ao vernáculo político e ao discurso de cada uma das sucessivas eras¹⁰⁹. Quem quer que seja terrorista, que imponha e se aproveite do terror alheio, não se considera como tal, devido à conotação negativa que isso implica. Numa análise psicossociológica, Artur Rocha Machado refere que “objectivamente, todo o ser humano é, na sua essência, potencialmente terrorista... Trata-se de uma patologia congénita. Basta que as condições a provoquem para que se manifeste. Pouco há a fazer, a não ser combater um terrorismo com outro terrorismo, como aliás acontece”¹¹⁰.

Portugal teve no passado vários atos considerados terroristas por uns, mas revolucionários e até heróicos por outros.

Ainda durante a ditadura de Salazar houve no ano de 1961 dois casos mediáticos, o primeiro consistiu no assalto ao paquete de luxo “Santa Maria”, que teve início no dia 22 de janeiro em águas internacionais, nas Caraíbas, levado a cabo pelo Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação, um grupo fundado por portugueses e espanhóis que pretendiam derrubar os regimes de Salazar em Portugal e de Franco em Espanha; esta ação foi denominada por “Operação Dulcineia” e liderada pelo Capitão Henrique Galvão¹¹¹. O

107Adriano Moreira, “A violência no mundo”, in Estudos da Conjuntura Internacional, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 167.

108Jacques Bergier, in A 3.ª Guerra Mundial já Começou, Edições Afrodite, 1977. p. 15.

109Cfr. Bruce Hoffman, in Inside Terrorism, Columbia University Press, New York, 2006, p. 20.

110Artur Rocha Machado, “Anatomia do Terrorismo, Uma análise psico-sociológica”, in Politeia, Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Ano III, n.º 1, janeiro-junho de 2006, Almedina, p. 9.

111Ver, Henrique Galvão, Assalto ao “Santa Maria”, Edições Delfos. Lisboa, 1973 e Francisco Teixeira da Mota, Henrique Galvão: Um Herói Português, Oficina do Livro, Lisboa, 2011.

segundo caso decorreu no dia 10 de novembro do mesmo ano, foi a “Operação Vagô”, chefiada por Hermínio da Palma Inácio, que consistiu no desvio de um avião da TAP durante o voo Casablanca – Lisboa, neste caso o piloto foi obrigado a efetuar voos rasantes nas zonas do Barreiro, Setúbal, Beja e Faro com o objetivo de largar milhares de panfletos antirregime salazarista. Depois de bem sucedidos os intervenientes conseguiram regressar intactos a Marrocos. Este ato é considerado o primeiro desvio de um voo comercial de que há registo no mundo. Estas duas situações tiveram como objetivo político a luta contra o regime vigente na altura.

No pós 25 de abril de 1974 despontaram em Portugal vários movimentos terroristas a nível interno. Na extrema-direita surgiram o Exército de Libertação de Portugal/Movimento Democrático de Libertação de Portugal (ELP/MDLP) e os Comandos Operacionais para a Defesa da Civilização Ocidental (CODECO), que procuravam combater as forças comunistas com vários atentados bombistas. No extremismo de esquerda destacou-se o movimento Forças Populares 25 de abril (FP-25), responsável por várias mortes, entre elas a do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, Gaspar Castelo Branco¹¹².

Também nesta fase o terrorismo internacional abrangeu o nosso país, a 13 de novembro de 1979 ao registar-se um atentado contra o Embaixador de Israel em Lisboa, a 7 de junho de 1982, o Exército Secreto Arménio para a Independência da Arménia (ASALA) assassinou um diplomata turco, em Linda-a-Velha; a 10 de abril de 1983 o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Issam Sartawi, foi morto num hotel em Montechoro, no Algarve, onde decorria a reunião da Internacional Socialista pela organização terrorista de Abu Nidal, sediada na Líbia; a 27 de Julho de 1983 houve um assalto à Embaixada da Turquia em Lisboa, novamente pelo ASALA, em que morreram para além dos 5 assaltantes, um polícia português e a esposa de um diplomata Turco¹¹³.

Mais recentemente surgiram notícias sobre as descobertas em solo português de várias atividades perpetuadas por elementos da Euskadi Ta Askatasuna (ETA), grupo terrorista separatista Basco¹¹⁴ e até de um possível atentado terrorista na cidade do Porto, durante o Euro 2004, de natureza internacional¹¹⁵.

112Ver, Rui Pereira, “Terrorismo e insegurança. A resposta portuguesa”, in Revista do Ministério Público n.º 98, Ano 25, abril-junho 2004, pp. 78 a 82.

113Ver, <http://www.sis.pt/hsis.html>, consultado a 10/04/2013.

114Cfr. EUROPOL, EU Terrorism situation and trend report, TE-SAT 2012, p.23.

115Cfr. J. A. Azevedo Lopes, “A segurança interna no contexto internacional”, in I Colóquio de Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2005, p. 17 e Jornal de Notícias, 27 de julho de 2011, pp. 4 e 5.

Podemos considerar que o terrorismo começou a ganhar maior notoriedade internacional através dos sequestros¹¹⁶ e desvios de aviões¹¹⁷, com objetivos chantagistas, na tentativa desesperada de conseguir algo para uma determinada causa, normalmente política. Atualmente a sua globalização dá-se com a “Jihad”¹¹⁸, uma luta radical de cariz religioso, onde se destaca a “Al-Qaeda”¹¹⁹ a organização mais mediática e que lidera esta ameaça a nível mundial. Segundo as palavras de Nuno Severiano Teixeira, “A ameaça de que hoje falamos, o terrorismo, é um fenómeno transnacional, diferente do terrorismo tradicional que tinha uma base nacional, uma estrutura hierárquica e um alvo seletivo. Hoje falamos de um novo tipo de terrorismo, que tem uma base teocrática, uma estrutura fluida, uma geometria variável de meios e procedimentos, e um alvo indiscriminado. Ou seja, existiu uma alteração na natureza do terrorismo, à qual temos de nos adaptar e responder”¹²⁰.

Não existe uma definição única de terrorismo a nível internacional, mas sim muitas dos mais variados autores e organizações, de âmbito policial, militar e civil. O General Pedro Cardoso define terrorismo como “o emprego, ou a ameaça do emprego, da violência com fins políticos ou outros”¹²¹ e Bruce Hoffman, como “a criação deliberada do medo e a sua exploração, através da violência ou ameaça de violência na busca de uma mudança política”¹²². O *Federal Bureau Investigation* (FBI) caracteriza-o como “o uso ilegal da força e da violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer segmento da mesma, em prol dos objetivos políticos ou sociais”¹²³, e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América descreve terrorismo como “o uso ilegal de violência ou ameaça de violência para incutir medo e coagir governos e sociedades”¹²⁴. *The Institute for Economics and Peace*, uma organização

116De destacar o caso mediático do sequestro de atletas olímpicos israelitas, pela organização palestina “Setembro Negro” na aldeia olímpica de Munique em 1972.

117Ver Gonçalo Morgado, “A origem dos sequestros aéreos”, in *Polícia Portuguesa*, n.º 14-III Série, 2010, pp. 56-60.

118Aqui no sentido de “Guerra Santa” levada a cabo por Muçulmanos radicais contra os “infieis”.

Ver, Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume II, *O Poder da Identidade*, 2.ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007, pp. 131-174.

119Esta expressão tem como significado em árabe, “A Base”, em sentido militar.

Para conhecer melhor o interior da Al-Qaeda, ver, Rohan Gunaratna, *Inside Al Qaeda: Global Network of Terror*, Columbia University Press, New York, 2002.

120Nuno Severiano Teixeira, in *Contributos para uma Política de Defesa*, Ministério da Defesa Nacional, agosto de 2009, p. 31.

121Pedro Cardoso, in *As Informações em Portugal*, 2.ª Edição, IDN, Gradiva, 2004, p. 267.

122Bruce Hoffman, in *Inside Terrorism*, *op. cit.*, p. 40.

123Federal Bureau Investigation (FBI): disponível em: http://www.fbi.gov/stats-services/publications/terrorism-2002-2005/terror02_05#terror_03inc, consultado a 09/01/2013.

124Dictionary of military and associated terms of the Department of Defense, de 08 de novembro de 2010 e atualizado em 15 de novembro de 2012: disponível em:

não-governamental australiana, no relatório “Global Terrorism Index”, define terrorismo como “o uso real ou a ameaça de uso de força ilegal e violência por parte de atores que não Estados de modo a obterem objetivos políticos, económicos, religiosos ou sociais através do medo, da coação ou da intimidação”¹²⁵.

Ao nível da União Europeia chegou-se a um consenso relativamente a definições na luta contra o terrorismo e que deu origem em Portugal à lei de combate ao terrorismo¹²⁶,

http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf, consultado a 09/01/2013.

125Jornal Expresso, 8 de dezembro de 2012, p. 49.

O relatório referido foi elaborado no período de 2002 a 2011 e inclui Portugal na lista de países afetados pelo terrorismo por, no dia de uma greve geral, em Novembro de 2011, terem sido arremessados dois *cocktails molotov* contra repartições de finanças em Lisboa.

126A Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI do Conselho, de 13 de junho foi transposta para o ordenamento jurídico português através da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 17/2011, de 3 de maio, que define:

“Artigo 2.º
Organizações terroristas

1- Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante:

- a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;
- b) Crime contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, de rádio ou de televisão;
- c) Crimes de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivo;
- d) Actos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população;
- e) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas;
- f) Crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhada sempre que, pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar.

2- Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação terrorista, a eles aderir ou os apoiar, nomeadamente através do fornecimento de informações ou meios materiais, é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.

3- Quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 15 a 20 anos.

4- Quem praticar actos preparatórios da constituição de grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

5- A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 4.º
Terrorismo

1- Quem praticar os factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido

vindo revogar os artigos 300.º e 301.º do CP, que até então regulavam esta matéria

O CPP considera “«Terrorismo» as condutas que integrem os crimes de organização terrorista, terrorismo e terrorismo internacional”¹²⁷, permitindo para estes casos algumas especificidades numa perspetiva preventiva, destacando-se a possibilidade de buscas domiciliárias durante o período noturno, ordenadas ou com a autorização de um juiz¹²⁸. Estes são crimes de perigo abstrato, ou seja, são comportamentos tipificados devido à sua perigosidade típica para determinados bens jurídicos, sem que isso seja necessário comprovar em certo caso concreto, existindo pois uma presunção¹²⁹ inelidível de perigo, pelo que estas condutas são sempre punidas¹³⁰.

Foi criada em Portugal a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), que tem como objetivo garantir a coordenação e a partilha de informação no âmbito do combate ao terrorismo entre os serviços que a integram e que é constituída por representantes do SG-SSI, do SG-SIRP, do comandante-geral da GNR, dos diretores nacionais da PSP, da PJ e do SEF, dos diretores do SIED e do SIS e ainda da AMN¹³¹. A UCAT é composta pelos OPC relevantes nesta matéria, pelos SI e respetivos Secretários Gerais e baseia-se apenas na

com pena de prisão de 2 a 10 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela, não podendo a pena aplicada exceder o limite referido no n.º 2 do artigo 41.º do Código Penal.

2- Quem praticar crime de furto qualificado, roubo, extorsão, burla informática e nas comunicações, falsidade informática, ou falsificação de documento administrativo com vista ao cometimento dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º é punido com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

3- Quem, por qualquer meio, difundir mensagem ao público incitando à prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.

4- Quem, por qualquer meio, recrutar outrem para a prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.

5- Quem, por qualquer meio, treinar ou instruir outrem sobre o fabrico ou a utilização de explosivos, armas de fogo ou outras armas e substâncias nocivas ou perigosas, ou sobre outros métodos e técnicas específicos para a prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.

6- A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 5.º Terrorismo internacional

1- Quem praticar os factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º com a intenção referida no n.º 1 do artigo 3.º é punido com a pena de 2 a 10 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela.

2- É correspondentemente aplicável o disposto nos n.º 2 a 6 do artigo anterior”.

127Art. 1.º, alínea i) do CPP.

128Art. 177.º do CPP.

129Ver art. 349.º e 350.º do Código Civil (CC).

130Cfr. Jorge Figueiredo Dias in, *Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, Questões Fundamentais; A Doutrina Geral do Crime*, Coimbra Editora, 2004, p. 292.

131Art. 23.º da LSI.

troca de informações, não possuindo um comando ou uma chefia definida.

Relativamente à investigação criminal deste fenómeno, a LOIC atribui à PJ a competência reservada, sem possibilidade de deferimento a outros OPC, de investigar os crimes de organizações terroristas e terrorismo¹³², através da Unidade Nacional de Contra Terrorismo (UNCT)¹³³.

O terrorismo atual é cada vez menos compatível com condicionalismos impostos por limites geográficos porque não existe fronteiras nesta matéria, pelo que no tempo presente deve preocupar-nos aquele terrorismo “que actua nos países de oportunidade quando o combate anti-terrorista é bem sucedido nos países alvos primeiros (...) O sucesso lá fora aumenta o risco cá dentro e a responsabilidade de continuarmos a ser bem sucedidos. Não podemos naturalmente apostar na sorte ou no totoloto do terrorismo”¹³⁴. Temos que ter a consciência que “a ameaça dorme todos os dias connosco. Neste tipo de violência, tal como na guerrilha, o inimigo não se vê, e sempre que pode ataca!...”¹³⁵.

Nesta matéria consideramos que é essencial o papel de todos os atores, nacionais e internacionais, envolvidos na missão de travar o terrorismo em todas as suas vertentes e como tal é crucial a cooperação entre si. É aos terroristas que cabe a iniciativa nas ações que desencadeiam, pelo que “o principal combate deve ser travado a montante, na primeira linha”¹³⁶, ou seja, nos SI, até porque o método de pesquisa destes distingue-se do método de investigação criminal¹³⁷.

6. Segurança nacional

A segurança nacional é uma das condições para o funcionamento do Estado e consequentemente um termo bastante abrangente que o IDN define como “a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a

132Art. 7.º n.º 2 alínea l) da LOIC.

133Art. 28.º n.º 1 alínea a) da Orgânica da PJ e art.º 7 n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro.

134Paulo Viseu Pinheiro, “As Informações no Combate ao Terrorismo – Renovação de meios e de doutrinas”, in *Segurança e Defesa* n.º 5, dezembro 2007- fevereiro 2008, pp. 39-40.

135Joaquim Chito Rodrigues, “Para Uma Cultura de *Intelligence* em Portugal”, in *Nova Cidadania*, Ano VIII, n.º 29, julho/setembro 2006, p. 27.

136Paulo Viseu Pinheiro, “As Informações no Combate ao Terrorismo... *op. cit.*”, p. 40.

137Arménio Marques Ferreira, “A Matriz Integralista do Novo Terrorismo”, in *Segurança e Defesa* n.º 2, fevereiro de 2007, p. 27.

salvaguarda colectiva das pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das funções do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”¹³⁸.

Os conceitos de segurança interna e de defesa nacional (militar) /segurança externa estão cada vez mais próximos, visto que a sua distinção clássica é cada vez mais difícil de se fazer, tendo em conta que “as fronteiras da segurança nacional vão para além das fronteiras territoriais do Estado”¹³⁹.

Citando Garcia Leandro, “se no passado e em termos históricos, se poderia separar a segurança militar (ameaças externas) da segurança interna e da segurança (protecção) civil, hoje a situação é completamente diferente, as áreas sobrepõem-se e tudo deve ser concebido, estruturado e planeado de modo integrado ao nível da Estratégia Total”¹⁴⁰. Contudo a realidade atual demonstra que ainda assim são conceitos diferentes, mas áreas que devem trabalhar em conjunto.

“Nesse sentido, para a segurança nacional ser garantida, é indispensável que todos os componentes que para ela convergem sejam prosseguidos com êxito, como a segurança das pessoas e bens (designada por segurança interna), a segurança alimentar, no seu duplo aspecto qualidade e quantidade dos alimentos, segurança sanitária, segurança energética, segurança informática, segurança ambiental, segurança económico-financeira, segurança das actividades de ordenamento do território, etc., além de defesa militar”¹⁴¹.

“A Segurança Nacional assume então uma natureza multidisciplinar, de carácter indivisível, englobando três vértices fundamentais: segurança externa, segurança interna e defesa civil. A interligação desses vectores apresenta necessariamente áreas comuns, com maior ou menor amplitude, atendendo à tipologia das ameaças e aos métodos adoptados para o seu combate”¹⁴².

Opinião similar mas ainda assim diversa, é a expressa por Ângelo Correia que considera “que a defesa militar da República contribui para a Segurança Nacional, como a segurança interna do país contribui para a Segurança Nacional, como um bom sistema de informações concorre para a Segurança Nacional, como uma boa protecção civil do

138Cfr. Vice-Almirante Leonel Cardoso, “Defesa Nacional-Segurança Nacional”, in *Nação e Defesa*, *op. cit.*, p. 23.

139CEDN, Capítulo VI, ponto 1.4.3.

140José Eduardo Garcia Leandro, “O Estado, o Cidadão e a Segurança. Novas soluções para um novo paradigma”, in *Segurança e Defesa*, n.º 2, fevereiro 2007, p. 16.

141José Loureiro dos Santos, “Propostas e contributos para uma estratégia de Segurança Nacional”, in *Segurança e Defesa* n.º 15, outubro-dezembro 2010, pp.33-34.

142Alice Mendes Feiteira, “Segurança e Defesa: Um domínio único”, in *Segurança e Defesa*, n.º 1, novembro 2006, p. 87.

território concorre para a Segurança Nacional. No fundo temos quatro subsistemas que concorrem para a Segurança Nacional”¹⁴³.

Estes vértices ou subsistemas invocados são meios para a promoção da segurança nacional como um resultado final a atingir, como refere o General Pedro Cardoso, a “segurança nacional traduz-se na preservação da sobrevivência e da independência da Nação contra todas as formas de ameaça, e na protecção dos interesses nacionais”¹⁴⁴.

Consideramos que em termos gerais as informações inserem-se na segurança interna, no caso das informações de segurança, tal como o policiamento ou a investigação criminal e na segurança externa, quando se trata de informações estratégicas de defesa, da mesma forma que a defesa militar ou a diplomacia.

Em termos puramente securitários a segurança nacional estende-se na vertente policial, missão que incumbe às FSS e OPC, na vertente militar, da responsabilidade das FA e na vertente das informações que cabe aos SI.

Vários autores¹⁴⁵ defendem a criação de um Conselho Superior de Segurança Nacional, por forma a integrar toda esta visão alargada que referimos. Esta é uma possibilidade com que concordamos e que devido à sua importância na prossecução do desenvolvimento da nação e integração das FA¹⁴⁶ deveria ser presidido pelo PR.

O mais recente CEDN, embora seja um documento político de cariz militar, quer pela sua origem (a apreciação na fase de elaboração e feita pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior e pelo CSDN e a proposta para aprovação em Conselho de Ministros é conjuntamente apresentada pelo Ministro da Defesa Nacional e pelo Primeiro-Ministro), quer pela sua consagração legal (LDN e Lei Orgânica de Bases da Organização das FA), vai para além dessa natureza uma vez que veio dar um passo no sentido de abranger sob o manto da segurança nacional, as questões da defesa nacional, mas também da segurança interna, referindo que “o sistema de segurança interna não deve ser considerado isoladamente, mas antes ser integrado no sistema mais amplo e abrangente da segurança nacional, que faz apelo aos princípios da complementaridade e da interdependência entre outras componentes”¹⁴⁷, fazendo ainda a referência de que “o sistema português de segurança interna pode incluir-se nos denominados modelos dualistas ou de dupla

143Ângelo Correia, in entrevista à Segurança e Defesa n.º 24, fevereiro-abril 2013, p. 12.

144Pedro Cardoso, in, *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, p. 265.

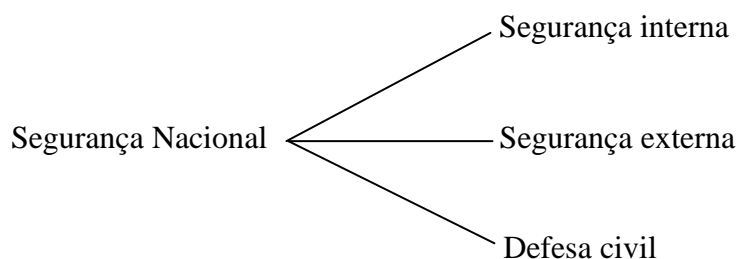
145De destacar as posições de, J. Loureiro dos Santos, in *Forças Armadas em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012, p. 39 e Carlos Chaves, “Sistema de Segurança Nacional – Ensaio de uma nova visão”, in *Segurança e Defesa* n.º 18, julho-setembro 2011, p.18.

146O PR é o Comandante Supremo das Forças Armadas, cfr. art.º 120 da CRP.

147CEDN, Capítulo VI, ponto, 1.4.7., com o título “Clarificar as competências das forças e serviços de segurança”.

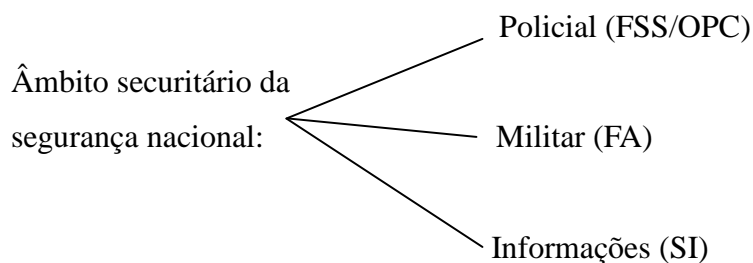
componente policial”¹⁴⁸. Esta resolução faz por diversas vezes referência à expressão “segurança nacional”¹⁴⁹ por forma a abranger outras áreas de interesse nacional, incluindo as questões de proteção civil¹⁵⁰.

Ilustração 3: Aspetos centrais da Segurança Nacional



Fonte: Autor

Ilustração 4: Segurança e Defesa na Segurança Nacional



Fonte: Autor

¹⁴⁸Ibidem.

¹⁴⁹Veja-se a enumeração dos principais riscos e ameaças à segurança nacional no Capítulo III, ponto, 3.2., sublinhado nosso.

¹⁵⁰Cfr. CEDN, Capítulo VI, ponto, 1.4.2.

II – Das Informações

1. Resenha histórica

No reinado de D. João II¹⁵¹ Portugal atingiu o auge em termos de política de Informações que culminou com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494 e as posteriores descobertas do caminho marítimo para a Índia¹⁵² e do Brasil¹⁵³. Foi “o resultado da mais notável política de segredo, de informações e de desinformação de toda a história portuguesa. Terá sido a primeira e, porventura, a última vez que Portugal conduziu negociações desfrutando de nítida superioridade em relação à outra parte.”¹⁵⁴

Assim, D. João II, O Príncipe Perfeito é também o Príncipe das Informações¹⁵⁵, “devendo por isso ser considerado o patrono do *Serviço de Informações Portugueses*, uma vez que em sua vida e na defesa dos superiores interesses nacionais, a política de informações atingiu o mais alto degrau de aperfeiçoamento e eficiência.”¹⁵⁶

No ano de 1933 é criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE),¹⁵⁷ brotando da fusão da Polícia Internacional Portuguesa e da Polícia de Defesa Política e Social, passando Portugal a partir dessa altura a ter uma polícia política em que os seus atos ainda têm reflexos na sociedade portuguesa atual.

Tendo surgido como um instrumento fundamental do novo regime, esta tinha “reunido num único serviço, que é um misto de polícia, organismo de informações e administrador da justiça”¹⁵⁸, ao julgar “os «seus» detidos em tribunais especiais, e administrava as prisões onde eram encarcerados os «presos políticos». Numa frase, detinha o controlo de todo o processo de investigação, julgamento e detenção, criando um genuíno sistema totalitário.”¹⁵⁹

Em 1945 a PVDE é substituída pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado

151Nasceu a 1455 e faleceu a 1495. Iniciou o reinado em 1481.

152Em 1498, por Vasco da Gama.

153Em 1500, por Pedro Alvares Cabral.

154Vizela Cardoso, “As Informações em Portugal (Resenha Histórica)”, in, Estudos de Direito e Segurança, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007, p. 487.

155Cfr. <http://www.sis.pt/hinfopt.html>, consultado a 14/02/2013.

156Pedro Cardoso, in, As Informações em Portugal, *op. cit.*, p. 33.

157Criada pelo Decreto-Lei n.º 22 992, de 29 de agosto de 1933.

158Maria da Conceição Ribeiro, in, A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945, Estampa, 1995. p. 249.

159José Vegar, in, Serviços Secretos Portugueses, História e Poder da espionagem nacional, A esfera dos livros, 2007, p. 114.

(PIDE)¹⁶⁰ que mantém as funções da primeira, tendo tanto missões administrativas como funções de prevenção e repressão criminal e sendo responsável pela emigração e regimes legais de estrangeiros e ainda pelos crimes contra a segurança interior e agora também exterior do Estado.

Entretanto em Angola, Moçambique e posteriormente nas restantes províncias ultramarinas é criado um Serviço de Centralização e Coordenação de Informações, enquanto estrutura organizativa das informações¹⁶¹, no auxílio à governação das regiões além-mar e contribuindo para uma boa organização dos teatros de operações militares. No entanto “na Metrópole não existia qualquer serviço que centralizasse e coordenasse as informações”¹⁶².

Em 1969, já na governação de Marcelo Caetano, a PIDE é extinta e substituída pela Direcção-Geral de Segurança (DGS)¹⁶³, mas que em termos práticos tudo continuava na mesma, sendo “um misto de serviço de informações e de polícia judiciária”¹⁶⁴.

Todas estas entidades pautavam as suas atuações sem qualquer respeito pelos mais elementares direitos dos cidadãos, recorrendo a detenções arbitrárias e sem prazos, valendo-se de buscas noturnas ou de interrogatórios mediante tortura, procedimentos estes, normalmente motivados por razões ideológicas ou de opinião política. Ora, tratava-se efetivamente de uma polícia política e não de um verdadeiro serviço de informações, que tinha como objetivo a manutenção do regime vigente.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 foi extinta a DGS, mantendo-se “no Ultramar, depois de saneada, reorganizar-se-á em Polícia de Informação Militar nas províncias em que as operações militares o exigirem”¹⁶⁵.

“Os principais alvos da actuação de tais *Polícias* foram os opositores e dissidentes do Estado Novo. Da história recente retira-se que muitos desses visados se tornaram figuras de relevo da cena política nacional no pós 25 de Abril de 1974. Não é por isso de estranhar que a experiência dessa classe política emergente, a par da ânsia de liberdade total do povo, tenha influenciado a não elevação a prioridade da nova ordem a estruturação de novos serviços de informações”¹⁶⁶.

160Criada pelo Decreto-Lei n.º 35 046, de 22 de outubro de 1945.

161Cfr. Pedro Cardoso, in, *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, pp. 121 a 124.

162Ibidem, p. 129.

163Criada pelo Decreto-Lei n.º 49 401, de 24 de novembro de 1969.

164Pedro Cardoso, in, *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, p. 139.

165Art. 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril (Legislação da Junta de Salvação Nacional).

166Sónia Reis e Manuel Botelho da Silva, “O Sistema de Informações da República Portuguesa – Parte I”, in, *Segurança e Defesa* n.º 8, outubro-dezembro 2008, p. 23.

Assim, no pós-revolução de Abril, Portugal ficou desprovido de um serviço de informações civil, tendo esse campo sido ocupado pela 2.^a Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA). Em 1975 foi criado o Serviço Diretor e Coordenador da Informação (SDCI) na dependência do Conselho da Revolução¹⁶⁷, que veio substituir a 2.^a Divisão do EMGFA.

“O SDCI criticado pela contaminação política a que se expôs e pelas práticas policiais arbitrárias que adoptou”¹⁶⁸ acabou por não resistir, tendo sido “muito curta a existência do SDCI - seis meses apenas – porquanto foi desactivada em 26 de Novembro pelo Brigadeiro Renato Marques Pinto, o oficial general que, em seguida, reactivou a 2.^a Divisão do EMGFA...”¹⁶⁹ que passou a ser designada por Divisão de Informações (DINFO)¹⁷⁰.

Ocorreram então acontecimentos na sociedade portuguesa que demonstraram as fragilidades nacionais em matéria de segurança, nomeadamente a falta de informações de segurança, que foram os casos de terrorismo que já analisamos acerca desta temática¹⁷¹.

Face a estes episódios o poder político português decidiu em 1984¹⁷² criar o Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP), à imagem do que já acontecia noutros países.

Foi adotado o modelo Britânico de informações, constituído por três serviços: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa¹⁷³, o Serviço de Informações Militares

167Decreto-Lei n.º 250/75, de 23 de maio.

168Arménio Marques Ferreira, “O Sistema de Informações da República Portuguesa”, in, Estudos de Direito e Segurança, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007, p. 75.

169Ramiro Ladeiro Monteiro, “Subsídios para a História Recente das Informações em Portugal”, in, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 460.

170Pelo Decreto-Lei n.º 385/76, de 21 de maio.

Ver também acerca deste tema Pedro Cardoso, in, As Informações em Portugal, *op. cit.*, pp. 142-143 e Paula Serra, in DINFO, Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998.

171De salientar que já nesta altura a Polícia de Segurança Pública (PSP) tinha formado o Grupo de Operações Especiais (GOE), uma unidade policial, especializada para intervir em cenários de invulgar violência. Como refere o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 506/79, de 24 de dezembro, que criou o GOE, “Vem-se assistindo no estrangeiro ao incremento de actos criminosos de grupos, frequentemente acompanhados de acções caracterizadamente violentas, e entre elas raptos de pessoas, sequestros e destruição de aviões e outros bens, cuja prevenção ultrapassa os meios normais de segurança”.

Não havia no entanto um serviço de informações de segurança para acompanhar essa evolução.

172Pela Lei n.º 30/84, de 5 de setembro.

173O art. 19.º da Lei n.º 30/84 (versão original), referia no n.º 1 que “O Serviço de Informações Estratégicas de defesa é o organismo incumbido da produção das informações necessárias a garantir a independência nacional e segurança externa do Estado Português”, sendo que o n.º 2, estabelecia que o SIED dependia do Primeiro-Ministro (PM), podendo no entanto esta competência ser delegada em outro membro do Governo.

(SIM)¹⁷⁴ e o Serviço de Informações de Segurança¹⁷⁵.

a) General Pedro Cardoso

Pedro Alexandre Gomes Cardoso nasceu a 7 de novembro de 1922 nas Caldas da Rainha. Muito haveria para dizer acerca deste militar consagrado, mas vamos “apenas” nos cingir àquilo que mais contribuiu para ser apelidado de pai das informações em Portugal, ou “justificar o cognome de “Pai dos Serviços Secretos Nacionais””¹⁷⁶.

Foram várias as formações que frequentou internacionalmente na área das informações, nomeadamente cursos britânicos de *Military Intelligence*¹⁷⁷, o que lhe permitiu adquirir conhecimentos e ter uma perceção mais vasta e globalizada destas matérias, caso inovador na realidade portuguesa de então.

Nos anos de 1961 e 1962 foi diretor do centro de informações e turismo de Angola¹⁷⁸ e quando foi decidido criar um Serviço de Centralização e Coordenação de Informações nesta província ultramarina, a elaboração coube ao Major Pedro Cardoso juntamente com o Secretário-Geral do Ministério do Ultramar, Capitão Serpa Rosa, que resultou no Decreto n.º 43 761, de 29 de junho de 1961¹⁷⁹.

Após a revolução de abril, mais concretamente em Julho de 1974 assume, como coronel, a direção da 2.ª Divisão do EMGFA, a DINFO¹⁸⁰, responsável pelas informações em Portugal, numa altura bastante conturbada no nosso país.

174O art. 20.º da Lei n.º 30/84 (versão original), referia no n.º 1, que “O Serviço de Informações Militares é constituído pelos departamentos incumbidos da produção de informações militares necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas, incluindo a garantia de segurança militar”, sendo que o n.º 2, estabelecia que o SIM dependia do Ministro da Defesa Nacional (MDN), através do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).

175O art. 21.º da Lei n.º 30/84 (versão original), referia no n.º 1, que “O Serviço de Informações de Segurança é o organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”, sendo que o n.º 2, estabelecia que o SIS dependia do Ministro da Administração Interna (MAI).

176Tenente-General Garcia Leandro, “Na morte do General Pedro Cardoso. O Homem e o seu legado”, in, *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 28.

177Ver, Renato Marques Pinto, “Os Militares e as Informações (Em memória do General Pedro Cardoso)”, in *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, pp. 471 a 475.

178Cfr. José Lopes Alves, “General Pedro Alexandre Gomes Cardoso, Memória de uma vida”, in, *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 19.

179Cfr. Pedro Cardoso, in, *As Informações em Portugal*, op. cit., p. 121.

180Cfr. http://www.sied.pt/reshistorica_sirp.html, consultado a 22/02/2013.

Começou nos primeiros números da revista Nação e Defesa a dissertar sobre a temática das informações, área até então inexplorada em Portugal. O próprio refere que:

“Em Abril de 1976 iniciei no número zero da revista Nação e Defesa uma série de artigos sobre «As Informações em Portugal».

Comandava então a Academia Militar e propunha-me realizar um extenso e, de algum modo, ambicioso trabalho, que cobrisse as diversas áreas abrangidas pelas actividades de informações, a que estive ligado durante largos períodos da minha carreira militar, como oficial de Estado-Maior”¹⁸¹.

Foi entretanto nomeado para presidir ao grupo de trabalho para o planeamento e estruturação do Serviço de Informações da República¹⁸², visto ser um visionário das informações no nosso país. Em maio de 1977, o então Brigadeiro Pedro Cardoso apresenta um projeto para o Serviço de Informações da República à Presidência da República. Apesar da criação de um grupo de trabalho para legislar sobre a matéria, não houve vontade política para aprovar tal lei¹⁸³.

Em 1978 chega ao mais alto cargo dentro da sua instituição, Chefe de Estado-Maior do Exército, função que exerceu até ao ano de 1981.

Juntamente com o Prof. Adriano Moreira inicia-se nas lides académicas ministrando conhecimentos nas áreas da estratégia e defesa e “na organização de cursos e no tratamento de temas e actividades para a Defesa Nacional até então não leccionados nas nossas universidades”¹⁸⁴.

Desde 1986 era Secretário-Geral da Comissão Técnica¹⁸⁵ do Conselho Superior de Informações. Faleceu a 5 de agosto de 2002, mas é certo que ainda hoje o General continua

181Pedro Cardoso, in, *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, p. 9.

182Cfr. *Ibidem*.

183Cfr. http://www.sied.pt/reshistorica_sirp.html, consultado a 22/02/2013.

184José Lopes Alves, “General Pedro Alexandre Gomes Cardoso, Memória de uma vida”, *op. cit.*, p. 23.

185O art. 22.º da Lei n.º 30/84 (versão original), referia no n.º 1 que o Conselho Superior de Informações era assessorado em permanência pela Comissão Técnica, o n.º 3 indicava que esta era composta, para além do Secretário-Geral, pelos diretores do SIED, do SIS e do Chefe da Divisão de Informações do EMGFA e o n.º 5 que ao Secretário-Geral competia assegurar o apoio funcional necessário aos trabalhos do Conselho Superior de Informações. De acordo com o n.º 6, o secretário-geral era nomeado e exonerado pelo Primeiro-Ministro mediante parecer dos restantes membros do Governo com assento neste Conselho.

A Lei n.º 4/95 de 21 de fevereiro, que alterou a LQSIRP atribuiu no art. 21.º a presidência da Comissão Técnica ao Secretário-Geral e mudou a sua composição, consequência da criação do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), passando o seu diretor e o do SIS a completar a sua composição. Esta lei aditou ainda o art. 22.º enumerando as competências do Secretário-Geral.

A Comissão Técnica foi extinta pela Lei Orgânica n.º 4/2004 de 6 de novembro, a atual LQSIRP.

a ter grande importância no panorama das informações em Portugal, fruto do seu legado.

2. Sistema de Informações da República Portuguesa

O SIRP tem a natureza de serviço público e pertence à administração direta do Estado¹⁸⁶. Aos SI cabe assegurar a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna, contribuindo para a segurança nacional.

A LQSIRP atual, tal como a anterior, prevê no art. 18.º o Conselho Superior de Informações que é o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações, sendo presidido pelo Primeiro-Ministro e composto ainda pelos, Vice-Primeiro-Ministro, Ministros de Estado e da Presidência, Ministros da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, tal como os Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, o CEMGFA, o SG-SIRP e dois Deputados desinados pela AR. Podem ainda participar outras entidades a convite do Primeiro-Ministro, considerando os assuntos a tratar.

Verificamos que o SG-SSI não integra este elenco, situação que consideramos uma lacuna e que só poderá ser compreendida pelo facto de esta figura só ter sido criada através da LSI de 2008 e a LQSIRP vigente ser de 2004.

A última revisão da LQSIRP criou a figura do SG-SIRP¹⁸⁷ que personalizou o modelo de “*unificação de topo*”¹⁸⁸ do SI portugueses. A Lei 9/2007 veio regulamentar esta figura¹⁸⁹ e atualizar as orgânicas do SIED e do SIS que estavam desfasadas da realidade introduzida pela última LQSIRP.

Esta reforma atribuiu ao SG-SIRP competências de coordenação, inspeção e superintendência perante os serviços, através dos diretores do SIED e do SIS, dependendo estes diretamente do Primeiro-Ministro, sendo o Secretário-Geral equiparado a Secretário de Estado¹⁹⁰. Foi criado o Conselho Consultivo do SIRP¹⁹¹, que é o órgão de consulta do

186Art. 14.º da LQSIRP.

Ver Diogo Freitas do Amaral, in Curso de Direito Administrativo, Vol. I, 2.ª Edição, Almedina, 2004, pp. 219 e ss.

187Art. 19.º da LQSIRP.

188Júlio Pereira, in Segurança e Defesa n.º 9, *op. cit.*, p. 13.

189Art. 13.º da Lei 9/2007.

190Art. 19.º n.º 1 da LQSIRP e art. 2.º n.º 1 alínea a) da Lei 9/2007.

191Art. 15.º e 16.º da Lei 9/2007.

Primeiro-Ministro e surgiram as estruturas comuns¹⁹² que não tratam “de matérias de cariz operacional, ou seja, de pesquisa, tratamento e produção de informações, cingindo a sua actuação ao desenvolvimento do apoio a essas actividades”¹⁹³, “permitindo aos funcionários e agentes que desempenham funções no SIED e no SIS se concentrem no âmago das suas atribuições: a produção de informações”¹⁹⁴. Esses departamentos, que dependem diretamente do SG-SIRP¹⁹⁵, são¹⁹⁶:

- ➔ Departamento comum de recursos humanos¹⁹⁷
- ➔ Departamento comum de finanças e apoio geral¹⁹⁸
- ➔ Departamento comum de tecnologias de informação¹⁹⁹
- ➔ Departamento comum de segurança²⁰⁰.

Como uma das importantes inovações relevamos a “Escola Nacional de Informações, no âmbito do departamento de recursos humanos”²⁰¹, que permite uma formação conjunta e uma base de ensino que aproxima e uniformiza os dois SI nacionais.

Outra alteração de destaque é a eliminação da nacionalidade portuguesa de origem como requisito de admissão aos serviços²⁰², o que permite o recrutamento de cidadãos naturalizados dos mais variados pontos do planeta com todas as mais valias que isso nos traz dado os problemas que a globalização acarreta nos dias de hoje e as cada vez mais emergentes ameaças e agressões transnacionais. Esta modificação fez com que atualmente só seja exigida nacionalidade de origem a quem pretender ser candidato a PR²⁰³.

Esta reestruturação foi um grande passo na evolução do SIRP, uma vez que veio alterar a organização das informações e indicar que foi um primeiro progresso no sentido de unir o SIED e o SIS num só serviço, isto é, num renovado SIRP.

192Art. 35.º n.º 1 da LQSIRP, art. 17.º e 18.º da Lei 9/2007.

193Júlio Pereira em entrevista à Segurança e Defesa n.º 9, *op. cit.*, p. 14.

194Sónia Reis e Manuel Botelho da Silva, “O Sistema de Informações da República Portuguesa – Parte II”, in, Segurança e Defesa n.º 9, janeiro-março 2009, p. 81.

195Art. 35.º n.º 2 da LQSIRP.

196Art. 17.º da Lei 9/2007.

197Art. 19.º da Lei 9/2007.

198Art. 20.º da Lei 9/2007.

199Art. 21.º da Lei 9/2007.

200Art. 22.º da Lei 9/2007.

201Cfr. Júlio Pereira em entrevista à Segurança e Defesa n.º 15, outubro-dezembro 2010, p. 86.

202Art. 62.º da Lei 9/2007.

203O art. 4.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio (Lei eleitoral do PR) com a epígrafe “Capacidade eleitoral passiva”, estabelece que “São elegíveis para a Presidência da República os cidadãos eleitores portugueses de origem, maiores de 35 anos” (sublinhado nosso).

2.1. Serviço de Informações de Segurança

O SIS foi efetivamente o único serviço a ser inicialmente criado à luz da Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, sendo aquele que há mais tempo se encontra no ativo. Constituído com a publicação do Decreto-Lei n.º 225/85, de 4 de Julho, teve como primeiro Diretor-Geral o Dr. Ramiro Ladeiro Monteiro que tomou posse em 1986, iniciando a atividade operacional em 1987.

Assim no campo das informações civis, o SIS foi o único a funcionar até 1995, altura em que foi criado o SIEDM, que surgiu como um misto de informações civis externas e informações militares.

Atualmente o SIS é “o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”²⁰⁴. O SIS é a entidade responsável pelas informações de segurança²⁰⁵ e pela contra-informação no território nacional, estando sujeito ao princípio da territorialidade que estipula que “a competência territorial do SIS coincide com o espaço sujeito aos poderes soberanos do Estado Português”²⁰⁶.

Na produção de informações de segurança o SIS por força das informações que recolhe está incumbido de fazer a avaliação das ameaças de modo a detetar se estas põem “em causa o Estado de Direito democrático, e perigar a segurança interna”²⁰⁷. Aquando de grandes eventos no nosso país, o SIS avalia as ameaças de violência no território nacional²⁰⁸, agindo por antecipação para poder “abastecer” as FSS com as informações necessárias à sua atuação. “As medidas efectivas de segurança têm de se basear em estudos cuidadosos e contínuos das ameaças, pelo que se torna fundamental a coordenação entre as informações e a segurança”²⁰⁹.

204Art. 21º da LQSIRP.

Esta definição mantém-se praticamente igual à original, o que demonstra que pouco mudou no âmbito de atuação do SIS desde então.

205O General pedro Cardoso define *Informações de Segurança*, como “a informação sobre a identidade, as possibilidades e intenções de organizações, grupos ou indivíduos potencialmente adversos que estão ou podem vir a estar empenhados em actividades de espionagem, sabotagem e subversão, incluindo o terrorismo, com o fim de minar a segurança de um país”, in *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, p. 267.

206Art. 34.º da lei 9/2007.

207Luís Miguel Ribeiro Carrilho, “Doutrina Tática e Estratégica na Gestão da Actividade Operacional: A Segurança Pessoal”, in *Segurança e Defesa* n.º 4, agosto-outubro 2007, p. 122.

208Diário de Notícias de 10 de dezembro de 2012, p. 4.

209Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, que aprova as Instruções para a Segurança Nacional,

Quanto à contrainformação desenvolvida pelo SIS, consideramos que se trata das atividades destinadas a identificar e neutralizar ameaças ao Estado no território nacional, provocadas por serviços, organizações ou indivíduos hostis e a encobrir as nossas vulnerabilidades e potencialidades que não sejam do conhecimento público. Nestas ações inserem-se:

- ➔ O contraterrorismo, em que se procura compreender o processo de radicalização violenta e o modo de atuação de redes no recrutamento de elementos para organizações terroristas, contribuindo para a sua neutralização²¹⁰,
- ➔ A contra-subversão, para prevenir atos de violência programada com o objetivo de alterar ou destruir o Estado de direito, encontrando-se neste campo os extremismos políticos que rejeitam as regras democráticas²¹¹ ou quem tenha algum objetivo estratégico contrário aos nossos. António de Sousa Lara considera que o fenómeno «subversão» será “considerado como um processo social conducente a uma ruptura, total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de actuações e pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores e ordem jurídica instituídos, com vista à substituição dessa ordem por outra”²¹². Já Pedro Cardoso considera que a “ Subversão é a acção destinada a minar a moral, a lealdade ou a confiança dos cidadãos de uma Nação para enfraquecer o potencial político, económico ou militar dessa nação”²¹³. Podemos de igual modo aqui incluir o combate à sabotagem²¹⁴ que “é qualquer acção ou omissão deliberada realizada com intenção de destruir, danificar ou interferir com instalações, material, registo de notícias, recursos humanos ou naturais, a fim de enfraquecer o potencial económico, político ou militar de uma nação ou aliança de nações potencialmente hostis ou qualquer organização subversiva hostil”²¹⁵,
- ➔ A contra-ingerência, que visa antecipar, detetar e impedir a ingerência de poderes externos sobre os decisores e líderes nacionais²¹⁶,
- ➔ A contraespionagem, que é a atividade desenvolvida com o objetivo de antecipar,

Salvaguarda e Defesa das Matérias Classificadas (SEGNAC 1), publicada no *Diário da República*, 1.^a série – n.º 279 de 3 de dezembro de 1988, Capítulo 1, ponto 1.2.2.1., Estudos das ameaças.

210Cfr. <http://www.sis.pt/cterr.html>, consultado a 29/04/2013.

211Cfr. <http://www.sis.pt/extremismos.html>, consultado a 29/04/2013.

212António de Sousa Lara, in *Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão*, 6.^a Edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção manuais pedagógicos, 2011, p. 298.

213Pedro Cardoso, in *As Informações em Portugal*, op. cit., p. 267.

214É um crime consagrado no art. 329.º do CP.

215Pedro Cardoso, in *As Informações em Portugal*, op. cit., p. 267.

216Cfr. <http://www.sis.pt/espionagem.html>, consultado a 29/04/2013.

detetar e impedir, atos de recolha de informações que possam colocar em risco a segurança nacional²¹⁷. A espionagem²¹⁸ pode ser considerada a “actividade de pesquisa de notícias, por meios clandestinos ou encobertos em território adversário ou potencialmente hostil, levada a efeito por serviços de informações privados, partidários, frentistas ou de Estado, por organizações privadas, por coligações e blocos de Estado ou por movimentos de âmbito internacional”²¹⁹. “Um país que pretenda proteger-se contra a incessante invasão dos serviços de espionagem hostis, tem de fazer mais qualquer coisa do que vigiar estrangeiros que atravessam as suas fronteiras, colocar guardas em volta das áreas sensíveis e assegurar a lealdade dos seus funcionários e militares em posições de destaque. Tem também de descobrir o que procuram aqueles serviços de espionagem das nações potencialmente hostis, como procedem, que espécies de agentes usam e quem são. A isso chama-se, vulgarmente, contra-espionagem”²²⁰.

Todas estas ações de contraterrorismo, contra-subversão, contra-sabotagem, contra-ingerência, contra-espionagem são componentes da contra-informação que têm como objectivo contrariar ativamente estas práticas hostis. “O *counter-intelligence*, visa anular ou prejudicar as actividades de informações do potencial opositor, insere-se mais numa finalidade de protecção de informação e de acções deliberadas para prejudicar a pesquisa por parte dos outros”²²¹.

O SIS é o único organismo incumbido destas atribuições em território nacional,²²² situação reforçada pela lei 9/2007 que estabelece a sua orgânica e que vai ao encontro do princípio da exclusividade dos SI já consagrado na LQSIRP²²³.

Como refere o Dr. Rui Pereira, parafraseando Hans-Heinrich Jescheck, “ a produção de informações de segurança não suprime a liberdade mas, pelo contrário a cria”²²⁴.

217Ibidem.

218Trata-se de um crime consagrado no art. 317.º do CP.

219Pedro Cardoso, in *As Informações em Portugal*, op. cit., p. 267.

220Ibidem, p. 276.

221António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, in *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 85.

222Art. 3.º n.º 3 da Lei 9/2007, que realça a exclusividade positiva.

223Art. 6.º da LQSIRP, que consagra a exclusividade negativa.

224Rui Pereira, “A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura, Série Especial, Informações e Segurança Interna*, Instituto Lusíada para o Direito do Ambiente, Coimbra Editora, 1998, p. 34.

a) Segurança das informações e de matérias classificadas

Fundamentalmente, as informações procuram aceder a dados que as outras partes tentam esconder, obtê-los diretamente significa violar as barreiras de segurança colocada pelos outros à volta dessa informação²²⁵.

“A espionagem, existiu sempre e existirá enquanto a posse exclusiva de certas informações der ao seu possuidor certa vantagem ou supremacia”²²⁶. Com esta certeza foram criados certos mecanismos para tentar impedir o acesso indevido a informação classificada. Em Portugal foram adotadas medidas em consonância com as normas internacionais, nomeadamente no âmbito da NATO e da UE.

A Decisão do Conselho de 19 de março de 2001 (2001/264/CE) tem como um dos objetivos principais “salvaguardar as informações classificadas da UE dos riscos de espionagem, fuga ou divulgação não autorizada”²²⁷, a Decisão da Comissão de 29 de novembro de 2001 (2001/844/CE, CECA, Euratom) que tem o mesmo interesse, considera que na base da boa segurança tem que haver no interior de cada Estado-Membro uma organização nacional de segurança responsável “pela recolha e registo de informações sobre espionagem, sabotagem, terrorismo e outras actividades subversivas ...”²²⁸.

O Gabinete Nacional de Segurança (GNS) tem por missão assegurar a articulação e a harmonização dos procedimentos relativos à segurança das matérias classificadas relativamente aos serviços, organismos e outras entidades com responsabilidade em matéria de segurança das matérias classificadas²²⁹. A Autoridade Nacional de Segurança (ANS) dirige o GNS e é a entidade que exerce em exclusivo, a proteção e a salvaguarda das matérias classificadas²³⁰.

O SEGNAC 1, define princípios e normas destinadas a garantir a segurança protetiva das matérias classificadas de âmbito governamental contra ações de sabotagem e espionagem²³¹.

O acesso às matérias classificadas²³² deve restringir-se exclusivamente, às pessoas

225Cfr. Abram N. Shulsky and Gary J. Schmitt, in *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence*, 3.^a ed., Washington D.C., Brassey's, 2002, p. 172.

226Pedro Cardoso, in *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, pp. 268-269.

227Parte, 4. Decisão do Conselho de 19 de março de 2001 (2001/264/CE).

228Parte I, 3. a), 1. Decisão da Comissão de 29 de novembro de 2001 (2001/844/CE, CECA, Euratom).

229Art. 2.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 170/2007, de 3 de maio.

230Art. 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 170/2007, de 3 de maio.

231Capítulo 1, 1.1.1., SEGNAC 1.

232Para além do SEGNAC 1, existem também:

O SEGNAC 2, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89, que estipula as normas para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnologia e

que tenham necessidade de as conhecer para cumprimento das suas funções ou tarefas²³³. O recente acordo assinado entre Portugal e Estados Unidos da América, para a troca de informação de rastreio do terrorismo, considera que “«necessidade de conhecer» significa que um detentor de informação autorizado no seio de uma autoridade competente concluiu que um potencial destinatário precisa de aceder a informações específicas para desempenhar uma função pública, legítima e autorizada...”²³⁴.

Com base no princípio da necessidade de conhecer, foram designados graus de credenciação a atribuir às matérias de acordo com a sua importância tais como, “muito secreto”, “secreto”, “confidencial” e “reservado”, mas por motivos de conveniência um documento poderá ser indicado como “não classificado”²³⁵.

2.2. Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

Embora o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa tenha sido previsto com a Lei n.º 30/84, este não se concretizou de imediato. Pode dizer-se que o SIED nasceu com o SIEDM, que foi previsto²³⁶ e regulamentado em 1995²³⁷, abrangendo as informações estratégicas e as informações militares²³⁸.

A 5 de Maio de 1997, tomou posse o primeiro Diretor-geral do SIEDM, o Embaixador Monteiro Portugal.

Só em 2004, ano em que foi alterada a orgânica do SIRP é que surgiu na prática e pela primeira vez o SIED, tal como tinha sido previsto na primeira LQSIRP. O serviço externo perdeu a vertente puramente militar, passando esta para o EMGFA.

de investigação.

O SEGNA 3, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/94, que estipula as instruções para a segurança nacional – segurança das telecomunicações.

O SEGNA 4, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90, que estipula as normas para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança informática.

233Capítulo 1, 1.2.2.4., SEGNA 1.

234Art. 2.º alínea c) da Resolução da AR, n.º 51/2013, publicado no *Diário da República*, 1.ª Série – n.º 71-11 de abril de 2013.

235Capítulo 3, 3.2., SEGNA 1.

236Lei n.º 4/95, de 21 de Fevereiro.

237Decreto-Lei n.º 254/95 de 30 de Setembro.

238O art. 19.º n.º 1 da Lei n.º 4/95 e o art. 2.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/95, referiam que, “O SIEDM é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa do Estado Português, para o cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar”.

Atualmente o SIED “é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”²³⁹.

O SIED logra do princípio da exclusividade, sendo o único organismo incumbido da produção de informações dentro das suas competências²⁴⁰, estando qualquer outro serviço proibido de prosseguir idênticos objetivos²⁴¹.

Dentro da sua área de competência “cabe ao SIED, no âmbito das suas atribuições específicas, promover, por forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas...”²⁴².

Na distinção clássica entre segurança interna e segurança externa, o SIED ocupa as informações relativas à segurança externa, numa vertente civil e numa vertente militar, quando essas informações estratégicas estejam fora do âmbito das informações operacionais das FA e sejam necessárias para salvaguarda da independência nacional ou da segurança externa.

Embora o SIED seja responsável pelas informações de segurança externas, o diretor deste serviço, faz parte do CSSI²⁴³, do Gabinete Coordenador de Segurança²⁴⁴ e da UCAT, o que se deve ao facto do fenómeno da criminalidade e terrorismo transnacional operarem em cenários de ausência de fronteiras e ser imprescindível “assegurar as informações necessárias sobre as ameaças, de origem externa, à segurança interna”²⁴⁵, acautelando a Segurança Nacional de uma forma cada vez mais integrada.

O SIED ao contrário do SIS não está legalmente sujeito ao princípio da territorialidade, pelo que nada impede este serviço de produzir informações estratégicas internas, no caso de estas não se enquadrarem nas informações de segurança no âmbito de atuação do SIS. Se houver necessidade de gerar informações estratégicas no interior do território nacional que não sejam exclusivamente de segurança interna, a competência para desenvolvê-las será do SIED.

O SIED integra o SIRP, mas depende diretamente do PM²⁴⁶, no entanto o SG-SIRP dirige superiormente a atividade de produção de informações através do Diretor do SIED.

239Art. 20.º da LQSIRP.

240Art. 3.º n.º 2 da Lei 9/2007, assegurando a exclusividade positiva.

241Art. 6.º da LQSIRP, asseverando a exclusividade negativa.

242Art. 26.º da Lei 9/2007.

243Art. 12.º n.º 2 alínea h) da LSI.

244Art. 21.º n.º 2 da LSI.

245Cfr. <http://www.sied.pt/missaovv.html>, consultado a 19/04/2013.

246Art. 2.º n.º 1, b) da Lei 9/2007.

3. Informações militares

“A acção militar pressupõe o emprego dos recursos disponíveis da forma mais adequada e eficiente, de modo a atingir os objectivos fixados com sucesso, para o que é imprescindível conhecer profundamente as características da área de operações (terreno, clima, condições meteorológicas e população) e o inimigo potencial ou real, reduzindo ao mínimo as incertezas e os imprevistos inerentes a qualquer conflito”²⁴⁷.

O Serviço de Informações Militares (SIM) foi consagrado na Lei n.º 30/84, tendo no entanto funcionado através do serviço já existente, a DINFO, que continuou “a ocupar de facto a área funcional das informações estratégicas da defesa, por lacuna de implantação do SIED”²⁴⁸.

Em 1993 foi criada a Divisão de Informações Militares (DIMIL)²⁴⁹, com a missão de produzir informações no âmbito militar, como órgão do EMGFA e com o objetivo de substituir a DINFO, que no entanto se manteve em funções até 1995, ano em que foi criado o SIEDM. Foi assim o SIM retirado do SIRP²⁵⁰.

Enquanto existiu o SIEDM, houve uma sobreposição de competências entre este e a DIMIL (no período compreendido entre 1993 e 2004) dado que havia dois serviços responsáveis pela produção de informações no que concerne à operacionalidade e segurança militar.

Com a reformulação da LQSIRP em 2004, o SIEDM passou a SIED, perdendo o “M” de militar, passando essas funções a serem desempenhadas pela DIMIL. Por força da atualização legislativa em 2009 na área da defesa, foi extinta a DIMIL, sendo criado o Centro de Informações e Segurança Militar (CISMIL)²⁵¹.

Relativamente à área de atuação do CISMIL, existem divergências de opiniões quanto ao limite das suas competências. O Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues considera que as FA necessitam de “um serviço de informações completo que produza informações táticas e estratégicas necessárias ao cumprimento das missões das Forças

247Vizela Cardoso, “As Informações em Portugal (Resenha Histórica)”, *op.cit.*, p. 496.

248Arménio Marques Ferreira, “O Sistema de Informações da República Portuguesa”, *op.cit.*, p. 79.

249Art. 14.º do Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de Fevereiro, que aprovou a orgânica do EMGFA.

250Cfr. Ramiro Ladeiro Monteiro, “Subsídios para a História Recente das Informações em Portugal”, *op. cit.*, p. 466.

251Art. 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de Setembro, que define a orgânica do EMGFA.

Define o art. 28.º n.º 1 que o “CISMIL, tem, nos termos da lei por missão, a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões específicas das Forças Armadas e à garantia da segurança militar”.

Armadas, próprias junto da NATO”²⁵², já Jorge Silva Carvalho, refere que “as informações militares, situadas num nicho específico da componente militar de defesa, deveriam caber, fundamentalmente, as informações táticas e operacionais ou situacionais restritamente relativas às missões específicas das Forças Armadas, bem como as informações de segurança militar, em relação às quais se considera que nem o SIED, nem o SIS poderiam substituir...”²⁵³, afastando-as completamente do âmbito das informações estratégicas.

As atividades de informações levadas a cabo pelas FA, são as necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar e não são prejudicadas pela LQSIRP²⁵⁴. No mesmo sentido o CEDN refere que “o sucesso das missões prioritárias exige, também, um sistema de informações qualificado e orientado para o apoio das operações militares”²⁵⁵.

Atualmente as informações militares estão fora do SIRP, em termos organizacionais e funcionais, uma vez que não estão sob a alçada do SGSIRP, mas na dependência do CEMGFA. São no entanto abrangidas pelo enquadramento da LQSIRP, uma vez que estão sujeitas aos princípios gerais da referida lei, bem como à fiscalização do Conselho de Fiscalização do SIRP e da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP²⁵⁶.

Relativamente à produção de informações, existe como vimos um afastamento das informações militares, enquanto informações operacionais e táticas, do sistema nacional de informações estratégicas, mas existe uma ligação permanente a este nível, uma vez que o CEMGFA integra o Conselho Superior de Informações²⁵⁷ e o responsável pelas informações militares faz parte do conselho consultivo do SIRP no que concerne às atribuições do SIED²⁵⁸, o que torna possível uma eficiente articulação na troca de informações, quando necessário. Podem informações não produzidas pelo CISMIL, ser-lhes cedidas pelo SIRP, nos casos em que há essa necessidade e estas sejam úteis para a sua atuação, fruto do princípio da cooperação e da necessidade de conhecer.

252Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, “Os Instrumentos para a Luta Anti-Terrorista: Avaliação das Condições de Exercício do Sistema de Informações da República”, in *Revista Militar*, 54.º Vol., n.º 4, abril 2002, Lisboa, p. 234.

253Jorge Silva Carvalho, “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, *op.cit.*, pp. 27-28.

254Art. 34.º n.º 1 da LQSIRP.

255CEDN, Capítulo VI, ponto 1.4.6.

256Art. 34.º n.º 2 da LQSIRP.

257Art. 18.º n.º 2 alínea e) da LQSIRP.

258Art. 15.º n.º 2 alínea c) da Lei 9/2007.

4. Informações policiais

A atividade diária das FSS, como já vimos, insere-se no âmbito específico da segurança interna. O princípio da exclusividade que proíbe outros serviços que não os SI da produção de informações da sua competência, “não impede a existência das informações policiais, logo, as Forças de Segurança (GNR²⁵⁹ e PSP²⁶⁰) desenvolvem as funcionalidades inerentes à produção de informações, de acordo com as suas competências legais”²⁶¹.

Para o desempenho policial, os OPC necessitam de informações que lhes permitam desenvolver as suas missões de interesse público, na segurança da sociedade, quer na prevenção, quer na repressão ou na investigação criminal. Neste sentido as informações policiais podem ser, de ordem pública, criminais e contrainformações²⁶². As primeiras estão intimamente associadas à prevenção, que é a missão primária das forças de segurança. Para que essa função seja desempenhada eficazmente as entidades policiais têm que deter o conhecimento necessário de modo a organizar e canalizar os seus meios, humanos e materiais, para locais e ações úteis e essenciais, em detrimento de atuações aleatórias, confiando apenas na fortuna dos acontecimentos. Assim, o “**Policimento Guiado pelas Informações**, internacionalmente designado por *intelligence-led Policing*, emerge como modelo da ação policial”²⁶³.

Na vertente criminal os OPC “produzem informações prospectivas instrumentais de investigação criminal”²⁶⁴.

259O art. 32.º n.º 3 da Orgânica da GNR, refere que ao Comando Operacional compreende a área das “informações” (anotação nossa).

260O art. 29.º da Orgânica da PSP, identifica as “informações policiais” como uma das áreas de atuação da unidade orgânica de operações e segurança e o art. 2.º n.º 2 da Portaria n.º 434/2008 de 18 de junho, atribui à área operacional das unidades territoriais da PSP competências sobre as “informações policiais”. A Portaria n.º 383/2008 de 29 de maio, define no art. 1.º n.º 1 alínea d), o “Departamento de Informações Policiais (DIP)” como uma das estruturas nucleares da Direção Nacional da PSP e no art. 5.º estipula as competências deste departamento (anotação nossa).

261Pedro Lopes Clemente, “As Informações Policiais-Palimpsesto”, in Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro, Coordenação de Germano Marques da Silva e Manuel Monteiro Guedes Valente, Almedina, 2007, p. 398.

262Cfr. Pedro Clemente, “Informações e Segurança Pública”, in Estratégia, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Lisboa, 2010, p. 421.

263Pedro Clemente, “Informações e policiamento: conhecer e agir”, in Polícia Portuguesa, n.º 007 – III série, abril/junho 2008, Direção Nacional da PSP, p. 35.

264Rui Pereira, “Informações e Investigação Criminal”, in I Colóquio de Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2005, p. 160.

A LOIC prevê um sistema integrado de informação criminal²⁶⁵ (SIIC) por forma a garantir o dever de cooperação²⁶⁶ entre os OPC, assegurando a partilha de informações. Foi criada a plataforma para o intercâmbio de informação criminal²⁶⁷ (PIIC), que “tem por objectivo assegurar um elevado nível de segurança no intercâmbio de informação criminal entre os OPC, para efeitos de realização de acções de prevenção e investigação criminal, com vista ao reforço da prevenção e repressão criminal”²⁶⁸.

Esta situação pretende ligar as bases de dados dos diversos OPC, mediante acessos condicionados pela necessidade de saber, partilhando entre eles informações relevantes sobre suspeitos ou inquéritos.

A Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto, define como “«Operação de informações criminais» uma fase processual, anterior à fase da investigação criminal, em cujo âmbito uma autoridade competente de aplicação da lei está legalmente habilitada a recolher, a tratar e a analisar informações sobre infracções ou actividades criminosas, com o objectivo de determinar se foram ou poderão vir a ser cometidos actos criminosos concretos”²⁶⁹.

As FSS necessitam de apostar em análises criminais, pois “a análise táctica identifica padrões de criminalidade, locais de maior incidência delitual e de tempos predilectos de prática criminal. A análise criminal estratégica traça ou um padrão geral de delinquência ou um quadro de ofensas a certas vítimas, o que permite a formulação de programas preventivos da criminalidade”²⁷⁰. Estas análises por sua vez devem basear-se em informações operacionais e táticas concretas e que se relevem úteis.

Relativamente às contrainformações no âmbito de atuação das informações policiais, o Prof. Dr. Pedro Clemente refere que estas “visam impedir a realização de acções de recolha indevida de informações sigilosas, incluindo o conhecimento do perfil criminal indutivo dalguns delinquentes habituais e o planeamento operacional para cessar ilicitudes identificadas ou obstar à sua emergência cíclica em certas áreas urbanas, por pessoas sem a devida autorização, através, nomeadamente, da aplicação de medidas de segurança passiva aos documentos, classificando-os, e do controlo de acesso aos mesmos,

265Art. 11.º da LOIC.

266Art. 10.º da LOIC.

267Art. 2.º da Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto.

Embora a PIIC já estivesse prevista desde 2009, na Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, apenas a 4 de fevereiro de 2013 esta foi apresentada pelo Primeiro-Ministro nas instalações do Sistema de Segurança Interna em Lisboa.

268Cfr. Art. 2.º n.º 2 da Lei n.º 73/2009, de 12 de Agosto.

269Art. 2.º alínea c) da Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto.

270Pedro Clemente, “Informações e Segurança Pública”, *op.cit.*, p. 419.

por pessoal credenciado”²⁷¹.

As informações policiais também têm especial relevância na cooperação internacional entre as mais diversas entidades de segurança, nas mais distintas áreas. Foi criado ao nível de cada Estado membro da União Europeia (UE) um ponto de informações sobre futebol, que serve de ponto de contato direto e central de intercâmbio das informações pertinentes e para facilitar a cooperação policial internacional no âmbito de jogos de futebol com dimensão internacional²⁷². Compete à PJ assegurar o funcionamento dos gabinetes da INTERPOL e EUROPOL²⁷³ para efeitos da sua própria missão e para partilha de informação²⁷⁴, cabendo ao SEF a gestão e comunicação de dados a nível nacional do sistema de informação Shengen²⁷⁵, que é uma base de dados policiais comum a todos os Estados Shengen. À GNR cabe assegurar o ponto de contato nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças²⁷⁶, para mencionar alguns exemplos.

“Apesar da exclusão legal, em Portugal, das informações policiais da comunidade das informações, (...) a inteligência policial integra o ciclo produtivo nacional das informações, porque, no mínimo, as Forças de Segurança são quer destinatárias frequentes do produto informativo daquela, maiormente a PSP, por mor da protecção de altas entidades, entre outras missões, quer uma fonte credível de notícias”²⁷⁷.

Neste mesmo seguimento, podemos constatar que o CEDN refere que “para responder eficazmente à ameaça das redes terroristas, Portugal deve desenvolver uma estratégia nacional e integrada”²⁷⁸, que inclui as informações policiais e militares.

5. As informações

As informações são consideradas a primeira linha de defesa dos Estados²⁷⁹, contra

271Pedro Lopes Clemente, “As Informações Policiais-Palimpsesto”, *op. cit.*, p. 399.

272Cfr. Decisão do Conselho, 2002/348/JAI de 25 de abril.

273Cfr. Decisão do Conselho 2009/371/JAI de 6 de abril, que cria o Serviço Europeu de Polícia (EUROPOL).

274Art. 5.º n.º 2 da Orgânica da PSP.

275Art. 2.º n.º 1 alínea r) do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro.

276Art. 3.º n.º 2 alínea j) da Orgânica da GNR.

277Pedro Lopes Clemente, “As Informações Policiais-Palimpsesto”, *op. cit.*, p. 398.

278CEDN, Capítulo VI, ponto. 1.4.2.

279A *Central Intelligence Agency* (CIA), refere que no âmbito da sua missão “*We are the nation’s first line of defense. We accomplish what others cannot accomplish and go where others cannot go*”, in <https://www.cia.gov/about-cia/cia-vision-mission-values/index.html>, consultado a 15/05/2013.

os mais diversos perigos, uma vez que são a forma mais eficaz de os prever e evitar²⁸⁰.

São várias as classificações das informações relativamente às diversas áreas, níveis, âmbito de atuação, natureza, elaboradas por variados autores. A título demonstrativo podemos elencar alguma dessa doutrina. Joaquim Lopes Cavaleiro refere que as informações quanto à área de interesse podem ser internas ou externas, quanto ao âmbito, operacionais ou estratégicas e quanto à natureza básicas ou correntes, focando as contrainformações como uma atividade inseparável das informações²⁸¹. José do Nascimento de Sousa Lucena, baseando-se no pensamento de Sherman Kent, classifica as informações como de segurança ou positivas, externas ou internas e quanto ao nível, como informações de sobrevivência nacional, departamentais e operacionais²⁸². Jorge Silva Carvalho divide as informações quanto à finalidade em estratégicas, de contrainformação, preemptivas, preventivas, situacionais, operacionais ou táticas, de segurança militar, em função do tempo em de base, correntes e prospetivas, quanto aos objetivos em internas e externas e quanto ao método em HumInt (*Human Intelligence*) e SigInt (*Signal Intelligence*)²⁸³. Heitor Barras Romana separa as informações como sendo de segurança e estratégicas. As informações de segurança “apresentam um quadro conceptual dirigido para a identificação e contextualização de ameaças ao Estado e à sociedade. Elas estão vocacionadas para o estudo de cenários de ameaças e para a avaliação de vulnerabilidades próprias, com origem interna ou externa”²⁸⁴. Este autor defende que estas são na sua estrutura defensivas e assumem várias formas quanto às funcionalidades, podendo ser táticas, situacionais, preventivas e preemptivas²⁸⁵. Quanto às informações estratégicas, invoca que estas o são “na medida em que resultam de um processo “proactivo” e não “reactivo” do Estado, ou por outras palavras, as informações são estratégicas devido ao seu carácter projectivo/ofensivo, porque se situam na esfera do jogo dos decisores do Estado”²⁸⁶.

280Como refere Luís Vaz de Camões, “Adivinhar perigos e evitá-los / Com militar engenho e sutil arte / Entender os imigos e enganá-los”, in *Os Lusíadas*, Canto VIII, 89.

281Joaquim Lopes Cavaleiro, “As Informações, a Democracia e a Defesa Nacional”, in *Nação e Defesa*, Ano IV, n.º 11, julho-setembro 1979, IDN, Lisboa, pp. 50-51.

282José do nascimento de Sousa Lucena, “O Sistema de Informações na Organização da Defesa Nacional”, in *Revista Militar*, n.º 10, outubro de 1980, pp. 727-728.

283Jorge Silva Carvalho, in “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, *op. cit.*, pp. 21-22.

284Heitor Barras Romana, “Informações: Uma reflexão teórica”, in *Segurança e Defesa* n.º 6, abril-junho 2008, p. 99.

285Ibidem.

286Ibidem.

No panorama português dividimos as informações em três grandes grupos, as informações estratégicas de defesa, as informações de segurança e as informações operacionais e táticas, mais as contrainformações.

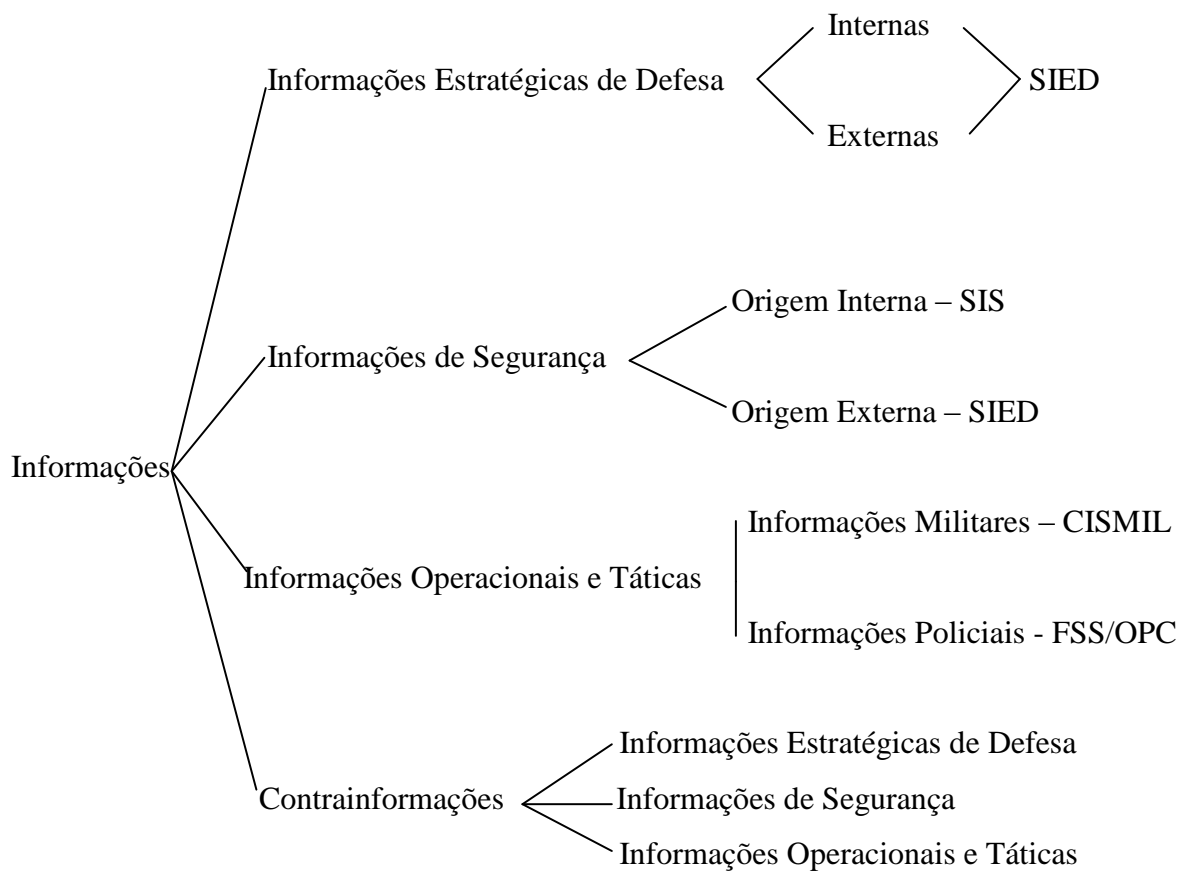
As informações estratégicas²⁸⁷ de defesa podem ser obtidas tanto no exterior como no interior do território nacional, estando ambas a cargo do SIED. As informações de segurança a nível interno são da competência do SIS, sendo que se essas informações de segurança tiverem origem externa, essa recolha é função do SIED. Heitor Barras Romana fala em informações estratégicas de segurança, como aquelas “que dizem respeito ao estudo e avaliação de riscos e prevenção de ameaças, com origem exterior, à segurança interna dos Estados e que se enquadram nas ameaças assimétricas”²⁸⁸. As informações operacionais ou táticas são as necessárias ao desempenho de funções específicas, como é o caso das informações militares e das informações policiais.

As contrainformações ou as informações negativas, pretendem evitar a atividade de informações que nos sejam prejudiciais levadas a cabo pela outra parte e garantir a nossa produção, tal como proteger o que de relevante não pode ser do conhecimento contrário; são comuns a todas as outras, ou seja, ao SIS no interior do território nacional, ao SIED no exterior, caso seja necessário desenvolvê-las e às informações operacionais ou táticas no âmbito das suas ações, para um eficaz desempenho das suas missões.

287Heitor Barras Romana, classifica as informações estratégicas em três vertentes: política, onde insere a contra-informação, de defesa e de segurança, Cfr. “O Novo *Framework* do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas”, in *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, pp. 263-264.

288Ibidem, p. 264.

Ilustração 5: Panorama nacional das Informações



Fonte: Autor

III - A *Intelligence* Portuguesa e os OPC

1. As informações e a atividade penal

Intelligence é uma expressão inglesa usada para definir informações que “significa conhecimento profundo, completo e abrangente. Ao contrário das notícias (*information*), que são dados relevantes e que, processados, dão origem às informações. A expressão inglesa “from information to intelligence” identifica bem o caminho científico a percorrer”²⁸⁹. Constatamos que informação não é o mesmo que informações, podendo no entanto originar um processo que leve a esse resultado.

A informação é “o conjunto dos dados colocados num contexto, relacionados com o espaço, o tempo, o cenário da acção”²⁹⁰. As informações, “consistem na análise da informação no sentido da obtenção de conhecimento, constituem-se como patamar acima da informação, como o trabalho efectuado sobre os dados para lhes dar sentido no quadro dos propósitos a quem ele serve, seja o Estado, uma unidade militar ou uma empresa. É a compreensão da informação relacionada, organizada e contextualizada”²⁹¹.

Os funcionários dos SI estão impedidos de exercer poderes, praticar atos ou desenvolver atividades do âmbito ou competências específica dos tribunais, do Ministério Público (MP) ou das entidades policiais²⁹² e de proceder à detenção de qualquer indivíduo ou instruir inquéritos e processos penais²⁹³.

Pelo contrário os OPC, que são todas as entidades policiais a quem cabe levar a cabo atos ordenados por autoridade judiciária²⁹⁴, não estão autorizados a produzir informações estratégicas, informações de segurança e informações militares, funções essas que estão reservadas aos SI e às FA (no caso das militares) por força do princípio da exclusividade legalmente imposto.

A realidade portuguesa não permite misturar estas duas atividades, o que se compreende devido ao passado recente nacional e às pretensões de uma democracia saudável.

289Joaquim Chito Rodrigues, “Para Uma Cultura de *Intelligence* em Portugal”, *op. cit.*, p. 23.

Ver ainda, Jorge Silva Carvalho, “Os limites à produção de informações no estado de direito democrático”, in *Segurança e Defesa* n.º 2, fevereiro 2007, p. 103.

290António de Jesus Bispo, in *A Função de Informar*, *op. cit.*, p. 78.

291Ibidem.

292Art. 4.º n.º 1 da LQSIRP e art. 6.º n.º 2 da Lei 9/2007.

293Art. 4.º n.º 2 da LQSIRP e art. 6.º n.º 3 da Lei 9/2007.

294O art. 1.º, alínea b) do CPP, define como sendo “«Autoridade judiciária» o juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais que cabem na sua competência”.

2. Formas de atuação

Os OPC atuam no âmbito de processos criminais, sob a direção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional²⁹⁵, coadjuvando-as, com vista à realização das finalidades do processo²⁹⁶. No seguimento destas atribuições, compete-lhes utilizar meios de obtenção de prova, nomeadamente deter²⁹⁷, interrogar²⁹⁸, apreender²⁹⁹, buscar e revistar³⁰⁰, escutar³⁰¹ e utilizar a localização celular³⁰², que são ações características das polícias, mediante determinadas regras legais. Nenhuma destas diligências pode ser levada a cabo por elementos dos SI, existindo uma separação total entre a produção de informações e a atividade dos OPC, com a investigação criminal em particular.

A notícia de um crime dá origem à abertura de um inquérito³⁰³ dirigido pelo MP sendo assistido pelos OPC³⁰⁴, desde o momento em que existam atos de execução³⁰⁵, ou atos preparatórios³⁰⁶ em situações específicas legalmente previstas. Embora estejam dependentes da autoridade judiciária, estes são obrigados a praticar atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova³⁰⁷.

Os SI orientam a pesquisa em busca de notícias apropriadas ao fim que procuram obter, produzindo posteriormente informações a montante da investigação criminal, até mesmo quando esta não chega a existir. Pedro José Lopes Clemente afirma que “aos serviços de informações cabe a tarefa de polícia de previsão, ou seja, a prevenção da prevenção, na medida em que se regem por um espírito de prevenção anterior a toda a medida preventiva”³⁰⁸ e que se deve “assumir, sem complexos a natureza policial preventiva do Serviço de Informações de Segurança”³⁰⁹.

Existem países em que a produção de informações de segurança interna é

295Art. 56.º do CPP.

296Art. 55.º n.º 1 do CPP.

297Art. 254.º e seg. do CPP.

298Art. 140.º e seg. do CPP.

299Art. 178.º e seg. do CPP.

300Art. 174.º e seg. e art. 251.º do CPP.

301Art. 187.º do CPP.

302Art. 252.º-A do CPP.

303Art. 262.º n.º 2 do CPP, ressalvadas as especificidades da queixa nos crimes semipúblicos e da acusação particular nos crimes particulares.

304Art. 263.º n.º 1 do CPP.

305Art. 22.º n.º 2 do CP.

306Art. 21.º do CP.

307Art. 249.º do CPP.

308Pedro José Lopes Clemente, in A Polícia em Portugal, *op. cit.*, p. 100.

309Pedro José Lopes Clemente, “O Imaginário Policial, Anti-Crime – O Canto da Sereia”, in I Colóquio de Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2005, p. 65.

desempenhada por organismos que também são entidades policiais. O FBI nos Estados Unidos da América é disso o exemplo mais mediático, tendo por missão ao nível da “*intelligence*”, conduzir e coordenar os esforços de produção de informações para proteção do território nacional, sendo o seu objetivo o combate às ameaças internas, incluindo o terrorismo e a criminalidade transnacional e a contrainformação interna³¹⁰.

3. Produção de informações

Segundo o General Pedro Cardoso, “a actividade de informações envolve um processo complexo de pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de informações. As informações para serem úteis devem ser adequadas, oportunas e bastantes precisas. Devem ser ainda muito bem coordenadas e integradas, e rápida, oportuna e apropriadamente difundidas e consideradas pelos responsáveis pelas tomadas de decisões”³¹¹.

António de Jesus Bispo, refere que “o ciclo clássico da produção de informações compreende, em termos muito gerais, a direcção, a obtenção ou captura de dados, a protecção, a análise, a produção de resultados, a certificação de resultados e a disseminação aos potenciais utentes”³¹². No entanto vamos analisar as quatro fases básicas tradicionalmente consideradas nesta atividade³¹³:

- ➔ Orientação da pesquisa
- ➔ Pesquisa
- ➔ Processamento ou análise
- ➔ Exploração ou difusão

A orientação da pesquisa é a fase em que se definem e planeiam as prioridades,

310Cfr. <http://www.fbi.gov/about-us/intelligence/mission>, consultado a 12/05/2013.

311Pedro Cardoso, in, *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, p. 150.

312António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 80.

313Cfr. Casimiro Morgado, “As informações e a Investigação Criminal (Delimitação das respectivas áreas de actuação)”, in *Lusíada*, Revista de Ciência e Cultura, Série Especial, Informações e Segurança Interna, Instituto Lusíada para o Direito do Ambiente, Coimbra Editora, 1998, p. 85 e Jorge Silva Carvalho, “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, *op. cit.*, pp. 20-21.

A Lei 9/2007 refere nos art. 26.º e 33.º que cabe aos SI “no âmbito das suas atribuições específicas, promover, por forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas”.

dependendo dos objetivos que se pretendem alcançar.

Resta saber se nesta fase os SI devem atuar nas ações de pesquisa com liberdade sobre os objetivos a alcançar de acordo com aquilo que os próprios achem importante, ou se devem seguir orientações, mediante ordens ou pedidos, por parte dos decisores sobre algo que estes considerem relevante para futuras decisões que tenham que vir a tomar.

A LQSIRP estipula que compete ao Conselho Superior de Informações, que é presidido pelo Primeiro-Ministro, “propor a orientação das actividades a desenvolver pelos serviços de informações”³¹⁴ e a Lei 9/2007 impõe que os SI desenvolvam as suas atividades “de acordo com as orientações fixadas pelo Primeiro-Ministro e no âmbito das instruções e directivas dimanadas do Secretário-Geral”³¹⁵, pelo que os SI não devem exercer a sua atividade à deriva, sem um rumo traçado.

Mas qual o grau de interferência na atuação concreta dos SI por parte dos decisores? Devem estes propor especificamente atuações concretas, ou dar orientações genéricas sobre aquilo que se pretende?

O Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues considera que deve haver “uma entidade com Autoridade sobre os serviços que garanta em permanência que os objectivos políticos prioritários do governo, corresponda um Plano de Pesquisa no âmbito estratégico e oriente o esforço de pesquisa e coordene a sua acção, sob orientação do Primeiro-Ministro”³¹⁶. António de Jesus Bispo, embora refira que os órgãos a quem os SI servem poderão definir eventualmente “requisitos específicos e estabelecer prioridades”³¹⁷ e inclusivamente definir “os elementos essenciais de informação a obter numa dada conjuntura e num dado calendário”³¹⁸, afirma que os órgãos decisores definem as linhas gerais para as atividades das informações e que por princípio “deverão ser os serviços respectivos a traçar o plano das suas actividades, deduzido dos objectivos políticos definidos a montante da situação envolvente actual e previsível e dos recursos disponíveis”³¹⁹.

Perece-nos que se o potencial recetor das informações não definir prioridades, os SI vão cair num vazio de objetivos definidos, indo eles próprios atuar sobre áreas que considerem que possam vir a ser úteis em situações futuras.

314Art. 18.º n.º 5, alínea c) da LQSIRP.

315Art. 26.º e 33.º da Lei 9/2007.

316Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, “As Pequenas Potências e as Informações Estratégicas – O Problema Português”, *op. cit.*, p. 297.

317António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 79.

318Ibidem.

319Ibidem.

A pesquisa é a fase em que se granjeia a notícia através da exploração das fontes, que “continuam a ser a principal «matéria-prima» das *informações*”³²⁰, podendo ser de diferentes tipos consoante a origem das notícias e dos dados recolhidos. As fontes quanto à sua natureza podem ser abertas, cobertas (não abertas, discreta, clandestinas ou secretas), ou ainda serviços congéneres³²¹. Relativamente à utilização das diversas fontes, é normalmente divulgado na doutrina diversos valores quanto aos seus resultados. “Na comunidade das *informações* quer nacional quer internacional é frequentemente reproduzido o «aforismo» de que 80-90% das *informações* são obtidas por via *aberta* e 10-20% por via *coberta*”³²² e que “90% da informação classificada ou extremamente classifica que o SIS possui, vem de fora. É fornecida pelos Serviços de Informações estrangeiros com quem têm cooperação”³²³.

As chamadas fontes abertas, apelidadas internacionalmente de *open sources intelligence* (osint), são as que fornecem notícias que à partida estão disponíveis para toda a gente, como são os casos dos documentos públicos, dos jornais, da televisão, do rádio e sobretudo nos dias de hoje da internet, já chamada de Network Intelligence (NetInt).

Para utilizar as fontes cobertas na pesquisa é necessário utilizar métodos mais complexos, porque isso implica outras variáveis na obtenção da notícia, uma vez que os dados procurados não estão disponíveis, o que nem sempre colhe unanimidades. Quanto às circunstâncias em que se deve utilizar este método, Joaquim Lopes Cavalheiro, considera que “a frente coberta por operações secretas deve ser tão limitada quanto possível, pois a informação coberta é cara, intermitente e de pouca confiança, pelo que só deve ser pedida quando todos os meios abertos se tiverem revelado impotentes”³²⁴, no mesmo seguimento, António de Jesus Bispo refere que só se deve recorrer a este processo quando “não for

320Pedro Borges Graça, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, in *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 431.

321Pedro Borges Graça, considera que os serviços congéneres são uma fonte de informações porque “através dos mecanismos e modalidades normais de cooperação, funcionarem reciprocamente como canais de emissão de *notícias e informações* que, após *análise*, são passíveis de serem integradas no *sistema de conhecimento* dos receptores”, in *Ibidem*.

Também Francisco Proença Garcia salienta esta trilogia, cfr. “A Transformação da Intelligence”, in *Segurança e Defesa* n.º 6, abril-junho 2008, p. 105.

Já José do Nascimento de Sousa Lucena considera três tipos de pesquisa relativamente às fontes para obtenção de notícias: para além da aberta, divide a não aberta em coberta ou discreta, como aquela pesquisa em que as finalidades pretendem passar despercebidas, não havendo em regra a preocupação em esconder as atividades em si, e em clandestina ou secreta, vulgarmente designada por espionagem, cfr. “O Sistema de Informações na Organização da Defesa Nacional”, *op. cit.*, pp. 727-728.

322Pedro Borges Graça, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, *op.cit.*, p. 431.

323Pedro Simões, in *Os Serviços Secretos em Portugal, Os Serviços de Informação e a Comunicação Social*, Prefácio, Lisboa, 2002, p. 74.

324Joaquim Lopes Cavalheiro, in “As Informações, a Democracia e a Defesa Nacional”, *op. cit.*, p. 48.

possível obter a resposta que se pretende, utilizando apenas fontes abertas³²⁵, ao invés o Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, advoga que se deve dar “prioridade à pesquisa das informações no terreno. A vocação de um serviço é a informação secreta. A face escondida das coisas. Descobrir os factos mais escondidos nos locais mais obscuros”³²⁶ e que é preferível “correr riscos na produção das informações, abandonando o culto da informação absolutamente segura, dando prioridade à oportunidade de informar, para futuro esclarecimento ou desmentido”³²⁷ e Heitor Barras Romana defende a criação em países - alvo “de «estações» encobertas que, apesar de comportarem maiores riscos, garantem uma maior eficácia operacional”³²⁸.

De entre as fontes fechadas³²⁹ existem várias formas de obter a informação. Essencialmente recorre-se à informação de origem humana, a *Human Intelligence* (HumInt) e à informação de origem tecnológica, a *Technological Intelligence* (TechInt). Esta última pode ser obtida por diferentes meios como, *Signal Intelligence* (SigInt) que é a recolha de dados de comunicações a partir da captação de sinais eletrónicos, podendo dividir-se em *Communication Intelligence* (ComInt) que consiste na recolha de dados centrada concretamente em comunicações entre pessoas e *Electronic Intelligence* (ElInt) em que se recolhe dados sobre redes de comunicações e sistemas, excluindo as comunicações humanas, a *Image Intelligence* (ImInt) é a recolha de dados a partir de imagens (vídeo, satélite, fotografia), “permitindo verificar não apenas o que se passa no terreno num determinado momento mas também proceder a uma análise cronológica das alterações verificadas numa determinada área de interesse ao longo de um determinado período de tempo”³³⁰, entre outros que vão surgindo por força dos avanços tecnológicos³³¹.

A TechInt tem a vantagem de dar capacidade de ação face à falta de elementos humanos, cobrindo grandes áreas de atuação, sendo no entanto que alguns desses meios

325António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 81.

326Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, “Os Instrumentos para a Luta Anti-Terrorista: Avaliação das Condições de Exercício do Sistema de Informações da República”, *op.cit.*, p. 237.

327Ibidem.

328Heitor Barras Romana, in “O Novo *Framework* do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas”, *op. cit.*, p. 269.

329Relativamente às ações cobertas de combate ao terrorismo existe quem defenda a existência de “grupos secretos para actuação no exterior, dedicados à identificação e neutralização de alvos terroristas (...) uma vez que torna os serviços de informações muito mais eficazes, porque permite ultrapassar a barreira clássica da pesquisa de informações cobertas”, Capitão de mar-e-guerra António Silva Ribeiro, in, *Estratégia*, Instituto da Conjuntura Estratégica, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Óscar Soares Barata, Volume XV, Lisboa, 2005, p. 131.

330Vitor Lopes Dias, “Actualidade e Desafio aos Sistemas de Informações”, in *Segurança e Defesa* n.º 5 dezembro-fevereiro 2008, p. 112.

331Apenas para enumerar alguns sistemas: *Foreign Instrumentation Intelligence* (FisInt), *Radar Intelligence* (RadInt), *Acoustic Intelligence* (AccousInt), *Infrared Intelligence* (IrInt), *Chimical and Biological Intelligence* (CbInt), *Geographic Intelligence* (GeoInt)..., Cfr. Ibidem p. 113.

são bastante dispendiosos e que nem todos os estados têm possibilidade de possuir, principalmente as pequenas nações com dificuldades financeiras. Existe ainda a particularidade de alguns dos métodos enfrentarem problemas de legalidade, dependendo dos atos e dos locais de ação.

A HumInt tem a vantagem de ter sempre presente a sensibilidade humana no terreno, mas que atuando isoladamente limita muito as operações ao nível da capacidade de atuação, tanto geograficamente, como na gestão dos meios e exige grandes especificidades e dificuldades nos casos das infiltrações em determinados locais, quer pelos fatores linguísticos ou culturais, quer pelo fator perigo. Este tipo de ação também pode ser levada a cabo por agentes locais que têm outras facilidades, sem nunca descorar o risco de algumas dessas fontes poderem “« desviar-se», por exemplo, sob a forma de *agentes duplos*, ficando assim recrutadas pela parte contrária, e, até à sua eventual detecção, passando a introduzir *peças de desinformação* nos relatórios tidos como credíveis”³³².

É evidente que o ideal será conjugar de forma equilibrada a HumInt e a Techint, de forma a retirar o melhor de ambas as técnicas.

Os serviços congéneres são uma fonte que se insere no âmbito da cooperação entre serviços “amigos” e onde existe reciprocidade na troca de informações com interesse para ambas as partes. Esta situação pode ocorrer pela via institucional com a entrega de relatórios que determinado serviço tenha tido acesso e haja a necessidade de conhecer da outra parte. Esta forma tem a vantagem de não implicar custos nem trabalho na obtenção, mas a desvantagem de só nos ser dado aquilo que interessa ao serviço emissor, podendo ser uma informação recebida tardiamente e consoante as necessidades.

Outra forma de receção de informações desta fonte é entre reuniões de responsáveis pelos SI cooperantes, com a vantagem de ser uma forma direta de contato e que **“como em qualquer situação social de sigilo, há «coisas» que não se escrevem, só se dizem”**³³³.

O processamento ou análise é a fase em que se transformam as notícias em informações a partir de todas as fontes de que se obtêm informação. “A *análise nas informações estratégicas* é um processo de índole científica, sujeito a um conjunto de parâmetros metodológicos, que visa prioritariamente o *conhecimento do que está a acontecer* e idealmente a excelência da *capacidade prosectiva*”³³⁴.

332Pedro Borges Graça, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, *op.cit.*, p. 432.

333Ibidem, p. 433.

334Ibidem, p. 430.

Hoje em dia as fontes abertas fornecem um manancial bastante extenso de informação, o que já levou alguns “serviços a criarem a função de «gestor de fontes abertas»”³³⁵. Neste seguimento e conjugando a dicotomia clássica entre operacionais e analistas, outras dinâmicas foram evoluindo ao longo dos tempos, havendo quem considere que novas competências vão surgindo no trabalho de análise. Pedro Borges Graça fala no analista passivo, como alguém que baseia o seu trabalho fundamentalmente na parte burocrática, recolha de um conjunto de notícias e no seu «recorte» (confirmação) e o no analista ativo, que possui a atitude de um investigador, que produz relatórios com base em conhecimentos concretos³³⁶. Heitor Barras Romana considera que o analista operacional é o novo gestor de fontes, como alguém que não efetua apenas a tradicional análise de gabinete. Esta tarefa permite uma gestão de fontes em que “o analista operacional deverá criar redes de contacto que possuam bons acessos a informações”³³⁷, permitindo ter outra perceção da realidade, acautelando uma análise mais concreta e mais adaptada às necessidades atuais.

António de Jesus Bispo alega que “quando a análise é exclusivamente efectuada a partir de fontes abertas não estaremos perante uma análise de «Intelligence» no sentido rigoroso do termo”³³⁸, sendo que Abram N. Shulsky e Gary J. Schmitt invocam que na análise de informação, no contexto das fontes abertas nem sempre tudo é tão inocente como parece³³⁹.

Mesmo com maior dificuldade na aquisição, “a informação obtida pelas fontes clandestinas ou não abertas deverá ser validada, e não tomada à partida como a verdade absoluta...”³⁴⁰. Igual procedimento deve haver no que toca às informações provenientes de fontes de serviços congéneres que não podem deixar de ser filtradas pelos analistas³⁴¹, uma vez que a realidade e a interpretação de quem as emite pode ser diferente de quem as recebe.

A análise é o “culminar de um processo de aquisição de conhecimento que consequentemente requer uma atitude científica”³⁴².

335Heitor Barras Romana, “O Novo *Framework* do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas”, *op. cit.*, p. 266.

336Cfr. Pedro Borges Graça, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, *op.cit.*, p. 434.

337Heitor Barras Romana, “O Novo *Framework* do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas”, *op. cit.*, p. 267.

338António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 81.

339Cfr. Abram N. Shulsky and Gary J. Schmitt, in *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence*, *op.cit.*, p. 173.

340António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 81.

341Cfr. Pedro Borges Graça, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, *op.cit.*, p. 433.

342Ibidem, p. 435.

A exploração é a fase em que se aproveitam as informações obtidas no fim do processo de análise. Nesta fase as informações já estão suficientemente lapidadas pelo que já estamos perante informações na perspectiva de *intelligence*. A sua difusão deve ser aproveitada pelos decisores políticos, pelo que devem chegar a estes de uma forma simples e prática para que sejam efetivamente úteis.

Embora Michael Herman considere que a característica determinante das informações seja a exatidão³⁴³, isso nem sempre é possível, visto que “o resultado do trabalho das Informações constitui quase sempre uma previsão”³⁴⁴, consequência de uma avaliação prospetiva que surge “como um processo de selecção e identificação de um conjunto limitado de *tendências* de evolução da situação, para consequentemente se destacar apenas uma, numa escala entre o *muito provável* e o *improvável*, com espaço para a simples *possibilidade*”³⁴⁵. Mas mesmo que por ventura as informações apresentadas sejam exatas, estas situações tratam-se normalmente de uma orientação para o decisor que “usará a estratégia de divulgação que melhor entenda, podendo ou não utilizá-lo de imediato - por outras palavras, os decisores não deverão ser pressionados a seguir o que está implícito naquele conteúdo”³⁴⁶, mas ficarão em melhores condições para tomar decisões mais acertadas com acesso a informações do que sem elas.

A atividade de informações já não se reduz essencialmente à descoberta de segredos, trata-se, hoje em dia, de produzir uma compreensão qualificada do mundo, usando todo o tipo de fontes³⁴⁷.

Sempre sujeito aos mais variados fatores, este mecanismo de produção de informações nem sempre segue todos estes patamares. Podem surgir ocasionalmente dados que devido às mais diversas circunstâncias não foram alvo de nenhuma orientação de pesquisa ou que devido ao seu curto prazo de validade levem a que não haja tempo para o típico processamento e seja necessário uma decisão, tendo em conta as circunstâncias em que as mesmas foram recolhidas. Nestes casos, tal como nos restantes, o decisor não está vinculado aos dados ou informações apresentadas, sendo apenas mais um elemento para

343Cfr. Michael Herman, in *Intelligence Power in Peace and War*, The Royal Institute of International Affairs, Cambridge University Press, 1996, p. 379.

344António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 83.

345Pedro Borges Graça, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, *op.cit.*, p. 436.

346António de Jesus Bispo, “A Função de Informar”, *op. cit.*, p. 83.

347Cfr. Gregory F. Treverton, in *Reshaping National Intelligence For An Age of Information*, Cambridge University Press, 2001, p. 2.

orientar a sua deliberação.

As informações estão subordinadas à política, no sentido em que esta atividade está direcionada para servir o decisor político³⁴⁸.

4. Segredos

O segredo de justiça³⁴⁹ é no quadro legal atual uma exceção à regra da publicidade do processo penal. O segredo de justiça pode ser determinado durante a fase de inquérito, pelo juiz de instrução ou por validação deste após entendimento do MP, quando se entenda que a publicidade prejudica os direitos dos sujeitos ou participantes processuais ou seja contra o interesse da investigação.

O segredo vincula todos os intervenientes no processo, incluindo os OPC e qualquer pessoa que com ele tenha contacto a qualquer título. A violação deste preceito implica punição criminal³⁵⁰.

Ainda relacionado com a matéria penal, existe a figura do segredo profissional, que impede certos profissionais de depor sobre factos de que tenham conhecimento, estando esses ao abrigo desta figura³⁵¹. Mas esta é uma barreira que pode ser quebrada por ordem de um tribunal superior àquele em que está o processo em questão, de acordo com o princípio da prevalência do interesse preponderante³⁵², em que é feita uma avaliação do conflito de direitos e deveres. Esta situação não se aplica ao segredo religioso, que está totalmente protegido³⁵³, não havendo, por isso forma de o quebrar, verificando-se então neste caso uma separação entre o segredo profissional e o segredo religioso.

O segredo de Estado abrange os “documentos e informações cujo conhecimento por pessoas não autorizadas é susceptível de pôr em risco ou de causar dano à independência nacional, à unidade e integridade do Estado e à sua segurança interna e externa”³⁵⁴. Esta avaliação é feita caso a caso para verificar o risco e o dano acerca de circunstâncias

348Cfr. Abram N. Shulsky and Gary J. Schmitt, in *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence*, *op.cit.*, p. 173.

349Art. 20.º n.º 3 da CRP e art. 86.º do CPP.

350Art. 371.º do CP.

351Cfr. art. 135.º n.º 1 do CPP.

352Cfr. art. 135.º n.º 2 do CPP.

353Cfr. art. 135.º n.º 5 do CPP.

354Art. 2.º n.º 1 da Lei n.º 6/94, de 7 de abril, Segredo de Estado (LSE).

concretas³⁵⁵.

A lei do segredo de Estado (LSE) contempla a título exemplificativo algumas matérias que à partida poderão desde logo necessitar da proteção do segredo de Estado, mas que mesmo assim são alvo de avaliação para verificar essa necessidade. De destacar para o estudo em questão as matérias que visam prevenir e assegurar a operacionalidade e a segurança das FA e das FSS³⁵⁶ e as que após divulgação podem facilitar a prática de crimes contra a segurança do Estado³⁵⁷.

A classificação como segredo de Estado é da competência do PR, do Presidente da AR, do Primeiro-Ministro e dos Ministros. Em casos de urgência o CEMGFA e os diretores dos SI podem fazê-lo a título provisório³⁵⁸.

De acordo com a LQSIRP “são abrangidos pelo segredo de Estado os dados e as informações cuja difusão seja susceptível de causar dano à unidade e integridade do Estado, à defesa das instituições democráticas estabelecidas na Constituição, ao livre exercício das respectivas funções pelos órgãos de soberania, à segurança interna, à independência nacional e à preparação da defesa militar”³⁵⁹. Por sua vez o segredo de Estado inclui também “os registos, documentos e *dossiers*, bem como os resultados das análises e os elementos conservados nos centros de dados do SIED e do SIS e nos arquivos do Gabinete do Secretário-Geral, do SIED e do SIS e das estruturas comuns”³⁶⁰. Os funcionários dos SI estão sujeitos ao dever de sigilo sobre as matérias classificadas de que tomem conhecimento³⁶¹, abrangendo “toda a actividade de pesquisa, análise, interpretação, classificação e conservação de informação desenvolvida no âmbito do SIRP”³⁶², obrigação essa que se mantém para sempre, mesmo depois de findo o exercício das suas funções³⁶³. As quebras deste dever é punível com pena de prisão³⁶⁴, sendo que se a violação corresponder a dados ou informações abrangidas pelo segredo de Estado a pena é agravada por força do CP³⁶⁵.

Relativamente aos órgãos de soberania, os deputados da AR não têm o direito de

355Art. 2.º n.º 2 da LSE.

356Art. 2.º n.º 3, alínea c) da LSE.

357Art. 2.º n.º 3, alínea e) da LSE.

358Art. 3.º da LSE.

359Art. 32.º n.º 1 da LQSIRP.

360Art. 5.º n.º 2 da lei 9/2007.

361Art. 28.º n.º 1 da LQSIRP.

362Art. 5.º n.º 3 da Lei 9/2007.

363Art. 28.º n.º 3 da LQSIRP.

364O art. 28.º n.º 4 da LQSIRP refere que a violação destes deveres é punível com prisão até 3 anos, se pena mais grave não lhe for aplicável.

365Cfr. Art. 316.º do CP.

obter uma resposta do Governo relativamente a assuntos que impliquem divulgação do segredo de Estado, ao contrário do que acontece com outras matérias³⁶⁶.

Cabe no entanto à AR fiscalizar o regime de segredo de Estado³⁶⁷, através da comissão de fiscalização do segredo de Estado que é uma entidade independente que funciona junto da AR, composta por um juiz, por um deputado do partido governamental e um deputado do partido de oposição com maior representatividade³⁶⁸, tentando desta forma abranger um consenso o mais generalizado possível.

Este é um caso em que o poder executivo pode se sobrepor ao poder judicial, pois uma vez alegado, depende do poder político para poder ser levantado. Por norma as testemunhas não podem ser inquiridas sobre factos que constituem segredo de Estado, uma vez invocada esta situação, esta deve ser confirmada pelo Ministro da Justiça no prazo de 30 dias³⁶⁹. Esta situação deve-se ao facto de se considerar que um valor superior está em causa e a única entidade com conhecimentos suficientes para proceder a essa avaliação, ressaltando os mais elevados interesses da Nação, é o Governo.

O segredo de Estado e o segredo de justiça, caminham juntos como obstáculos à cooperação entre FSS/OPC e nas relações de partilha de informações entre o SG-SSI e o SG-SIRP visto estes funcionarem como limites compreensíveis a essa cooperação e coordenação³⁷⁰. Esta situação tem como objetivo proteger as matérias que se pretendam salvaguardar, não sendo divulgadas de uma forma pouco rigorosa e sem mecanismos específicos de legalidade que o permitam.

5. Similaridades

Embora os SI e os OPC sejam diferentes e exerçam funções diversas, existem alguns pontos comuns. A presente legislação permite aos funcionários e agentes dos SI, tal como aos do departamento comum de segurança, o direito ao uso e porte de arma, regulado por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área da administração

366Art. 156.º alínea d) da CRP.

367Art. 13.º da LSE.

368Prevista no art. 13.º da LSE e regulada atualmente no Regulamento n.º 268/2012, de 17 de julho

369Art. 137.º do CPP.

370Cfr. art. 6.º n.º 2, in fine da LSI, art. 16.º n.º 3 alínea c) da LSI e art. 11.º n.º 1, in fine da LOIC.

interna e do Secretário-Geral³⁷¹. Contudo, os OPC têm um diploma próprio que regula a utilização de armas de fogo em ações policiais³⁷², não abrangendo os SI.

No que concerne à utilização das armas de fogo é aplicado aos agentes e funcionários dos SI o regime geral, tal como a qualquer cidadão, no âmbito da legítima defesa³⁷³.

A Lei 9/2007 permite que aos operacionais dos SI sejam codificadas as identificações e categorias, tal como às viaturas de serviço operacional³⁷⁴. Esta é uma situação que não se integra no regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal (RJAe)³⁷⁵, em que os OPC podem atuar sob identidade fictícia³⁷⁶, uma vez que por imperativo legal os SI não podem atuar no âmbito da investigação criminal. As ações encobertas são desenvolvidas por funcionários de investigação criminal ou por terceiros atuando sob o controlo da PJ, com ocultação da sua qualidade e identidade³⁷⁷.

As ações encobertas levadas a cabo pelos OPC, destinam-se a prevenir e investigar atos criminosos, procurando recolher provas para o inquérito, em que a sua realização depende da autorização do MP sendo obrigatória a comunicação ao juiz de instrução³⁷⁸. Relativamente à codificação das identidades dos elementos dos SI é referido que esta é efetuada mediante protocolo a celebrar entre o Secretário-Geral e as entidades públicas responsáveis³⁷⁹. Assim esta situação depende da autorização dos dirigentes do SIRP, sem incluir qualquer autoridade judiciária.

Os casos de codificação da identidade dos operacionais dos SI não são considerados ações encobertas para efeito do RJAe, pelo fator investigação criminal, mas é sem dúvida uma situação análoga. Ainda antes de esta medida ser consagrada legalmente, o Prof. Rui Pereira defendia a legitimidade dos SI levarem a cabo ações encobertas sem ofender direitos, liberdades e garantias, por força das suas competências, considerando-as “um meio imprescindível para produzir informações”³⁸⁰, sem que no entanto o material

371Cfr. art. 59.º da Lei 9/2007.

372Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro.

373Art. 32.º do CP e art. 337.º do CC.

374Art. 12.º da Lei 9/2007.

375Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, Regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal (RJAe).

376Art. 5.º do RJAe.

377Art. 1.º n.º 2 do RJAe.

378Art. 3.º do RJAe.

379Art. 12.º n.º 1 da Lei 9/2007.

380Rui Pereira, “Informações e Investigação Criminal”, *op.cit.*, p. 163.

recolhido nessas ações pudesse “ser usado como meio de prova no processo penal...”³⁸¹.

O RJAÉ isenta o agente encoberto da responsabilidade na prática de atos preparatórios ou de execução das infrações em comparticipação³⁸² diversa da instigação e da autoria mediata³⁸³, respeitando a devida proporcionalidade³⁸⁴, o que não abrange os agentes e funcionários dos SI, que nestes casos “poderão beneficiar, nos termos gerais, das causas de exclusão da ilicitude ou da culpa, desde que concorram os respectivos pressupostos e requisitos”³⁸⁵, como qualquer cidadão. Estas causas de exclusão da ilicitude e da culpa pressupõem que estas só serão possíveis em casos excepcionais e não em fazer destas circunstâncias regra de atuação, visto os elementos dos SI não beneficiarem de um regime específico de proteção para o exercício das suas funções.

381Rui Pereira, “O “Agente Encoberto” na Ordem Jurídica Portuguesa”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, 2004, p. 39.

382Arts. 26.º e 27.º do CP.

383Se não houvesse esta ressalva estariam abrangidos os casos do “agente provocador”, o que não é permitido uma vez que assim, sem o agente, o crime não se verificaria nesses moldes, sendo mais um “mero” participante com intuito de recolher provas ou informações. Nas circunstâncias do agente provocador as provas obtidas são nulas por força do art. 126.º n.º 2 alínea a) do CPP.

Acerca desta matéria ver, Manuel Monteiro Guedes Valente, in *Lei e Crime – O Agente Infiltrado versus o Agente Provocador – Os Princípios do Processo Penal*, Almedina, 2001.

384Art. 6.º n.º 1 do RJAÉ.

385Rui Pereira, “O “Agente Encoberto” na Ordem Jurídica Portuguesa”, *op. cit.*, p. 39.

IV – Limites Constitucionais à Pesquisa

1. Interceções de comunicações no sistema penal português

O artigo 34.º, n.º 1 da CRP refere como princípio geral, que “o domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis.” Este conceito de sigilo dos “meios de comunicação é rigorosamente formal, pelo que a sua protecção não está dependente do seu conteúdo.”³⁸⁶ Especifica ainda no n.º 4, que “é proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação...”, no entanto abre uma exceção para essas autoridades públicas na parte final, uma vez que é proibido “salvo os casos previstos na lei em matéria de processo criminal”.

Tratando-se aqui de um direito fundamental, a sua interferência restritiva só é permitida no âmbito da investigação criminal, sendo que essa limitação tem que ser sempre autorizada por um juiz³⁸⁷, como forma de garantia. A admissibilidade dessa intervenção limitativa só é admitida segundo as regras constantes no CPP.

Este meio de obtenção de prova só pode ser utilizado se for considerado indispensável para a descoberta da verdade ou caso a prova seja, de outra forma, impossível ou muito difícil de obter. Esta operação é requerida pelo Ministério Público e autorizada de forma fundamentada pelo juiz de instrução, que tem em conta o princípio da proporcionalidade³⁸⁸, relativamente aos bens jurídicos a proteger. As escutas telefónicas são a face mais visível da violação de meios de comunicações e apenas são permitidas para os crimes considerados mais graves e não para qualquer ilícito criminal³⁸⁹. Nestes moldes, as interceções e as gravações só podem ser levadas a cabo pelo OPC competente para o efeito³⁹⁰, sendo que a execução do controlo das comunicações mediante autorização judicial é da exclusiva competência da PJ³⁹¹.

Estas normas são extensíveis a outras formas de comunicação para além das chamadas telefónicas, abrangendo também o correio eletrónico (com ou sem imagens), outras formas de transmissão de dados por via telemática, como é exemplo o fax, mesmo

386 Germano Marques da Silva, in Curso de Processo Penal II, 4.ª Edição, Verbo, 2008, p. 246.

387 Art. 30.º n.º 4 da CRP.

388 Art. 18.º n.º 2 da CRP.

389 Art. 187.º do CPP.

390 Art. 188.º do CPP.

391 Art. 27.º da LSI.

que se encontrem guardadas em suporte digital incluindo as *Short Message Service* (SMS) e à interceção das comunicações entre presentes³⁹², como é o caso de “plantar” um microfone em determinado local com o objetivo de captar uma conversa.

A utilização da internet é nos dias de hoje um ponto incontornável, que permite atuar em qualquer parte do mundo, não exigindo para tal a presença física. O seu emprego é cada vez mais útil a grupos extremistas que dessa forma não se expõem e conseguem tirar inúmeras vantagens em termos de facilidade de acesso, velocidade de transmissão de dados, divulgação de ideais, conhecimentos, indicações ou ordens e recrutamentos para as suas ações de carácter terrorista e criminal e até do desenvolvimento de ataques por intermédio deste meio³⁹³. Através de correio eletrónico ou espaços de conversação virtuais é garantido aos seus utilizadores facilidades de anonimato ou utilização de falsas identidades, sem necessidade de exposição, o que torna a sua deteção impossível ao comum utilizador. Para aceder a conteúdos de origem terrorista ou de criminalidade transnacional não basta a pesquisa através de fontes abertas “online”, sendo necessário interceções mais aprofundadas.

Outra forma de atuar na esfera das comunicações é a localização celular. Este meio destina-se às autoridades judiciais e às autoridades de polícia criminal quando for necessário para afastar perigo para a vida ou de ofensa à integridade física grave³⁹⁴. O art. 189.º n.º 2 do CPP equipara esta norma ao regime das escutas telefónicas devido à intromissão de âmbito privado e pessoal dos visados.

A Lei n.º 41/2004 de 18 de agosto transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho e considera “«Dados de localização» quaisquer dados tratados numa rede de comunicações electrónicas que indiquem a posição geográfica do equipamento terminal de um assinante ou de qualquer utilizador de um serviço de comunicações electrónicas acessível ao público”³⁹⁵. Estes dados “podem incidir sobre a latitude, a longitude e a altitude do equipamento terminal do utilizador, sobre a direcção de deslocação, o nível de precisão da informação de localização, a identificação da célula de rede em que o equipamento terminal está

392Art. 189.º do CPP.

393Uma das missões do SIS é o combate às ciberameaças; cfr. <http://www.sis.pt/ciberameaca.html>, consultado a 20/05/2013.

Existem casos conhecidos em Portugal de ataques utilizando o ciberespaço, como foi o caso do ataque ao site do Tribunal da Relação do Porto, cfr. Diário de Notícias de 16 de janeiro de 2013, p. 18, ou das ameaças do grupo hackivista “anonymous”, cfr. Diário de Notícias de 13 de fevereiro de 2013, p. 16.

394Art. 252.º-A n.º 1 do CPP.

395Art. 2.º n.º 1, alínea e) da Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto.

localizado em determinado momento e sobre a hora de registo da informação de localização”³⁹⁶.

Os dados sobre a localização celular estão abrangidos pelo art. 34.º n.º 4 da CRP, “pois a técnica *IMSI-catcher* utilizada para sua obtenção **possibilita** o conhecimento do IMEI (*International Mobile Equipment Identity*), isto é, do número do telemóvel, e o IMSI (*International Mobile Subscriber Identity*)”³⁹⁷, isto é, do número do cartão, e da localização do telemóvel ligado e, desse modo da activação e desactivação do telemóvel e da ocorrência de uma comunicação”³⁹⁸.

Esta norma legal dá a possibilidade de ser efetuada a localização celular quando não exista nenhum processo em curso³⁹⁹, ou seja, no âmbito da prevenção criminal e não apenas no decurso da investigação criminal, o que torna discutível a sua constitucionalidade.

Manuel Lopes Maia Gonçalves, considera que “a localização celular de suspeitos quando não há ainda processo em curso não será, em nosso entendimento, inconstitucional porque a vida e a integridade física das pessoas são bens com protecção constitucional prioritária relativamente a qualquer outra”⁴⁰⁰. Em sentido contrário Paulo Pinto de Albuquerque advoga que esta norma “**é inconstitucional**, porque viola o artigo 34.º, n.º 4, da CRP, na medida em que a lei constitucional não prevê ingerências nas telecomunicações em matéria de pura prevenção criminal (...) Pelas mesmíssimas razões, seria também inconstitucional a atribuição de competências a quaisquer serviços do Estado integrados no SIRP para realização de escutas telefónicas”⁴⁰¹.

Mesmo havendo esta possibilidade legal de se efetuar localização celular fora do decurso de um processo penal, uma medida que seria muito útil aos SI, está-lhes vedada, pois destinam-se apenas a entidades diversas destas.

396Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, ponto 14.

397Acerca desta matéria ver, art. 4.º n.º 6 da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho (anotação nossa).

398Paulo Pinto de Albuquerque, in Comentário do Código de Processo Penal, 4.º Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, p. 695.

399Art. 252.º-A n.º 3 do CPP.

400Manuel Lopes Maia Gonçalves, in Código de Processo Penal Anotado, 17.º Edição, Almedina, 2009, p. 605.

401Paulo Pinto de Albuquerque, in Comentário do Código de Processo Penal, *op. cit.*, p. 695.

2. Proibição das interceções de comunicações nos Serviços de Informações portugueses

Em Portugal os SI não estão autorizados a efetuar interceções de comunicações. Esta situação é única nos países da União Europeia, sendo que no Reino Unido os serviços de informações podem até fazer escutas administrativas, autorizadas por entidades não judiciárias⁴⁰².

Este caso é explicável, na medida em que a imagem dos serviços de informações de determinado país, é imagem da sua história recente. Embora esta seja uma situação distinta, uma vez que tanto a PVDE, como a PIDE ou a DGS, eram polícias políticas e não SI, apesar de Portugal já ser uma democracia consolidada as memórias do pré-25 de Abril de 1974 ainda continuam, em muitos casos, vivas.

Esta proibição está consagrada constitucionalmente no art. 34.º n.º 4, e retira-se à *contrário*, uma vez que o único caso em que são excecionalmente autorizadas escutas por um juiz, é em matéria de processo criminal. Como se sabe os SI não são entidades policiais e têm características e funções diferentes destas.

Assim, como os serviços de informações não atuam no âmbito do processo penal, uma vez que “a actividade de informações constitui uma antecipação da tutela do Estado de direito democrático relativamente à investigação criminal”⁴⁰³, estes estão constitucionalmente proibidos de efetuar interceções de comunicações.

A violação de correspondência ou de telecomunicações consubstancia crime contra a reserva da vida privada, punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias.⁴⁰⁴ Quem tiver em sua posse, a qualquer título instrumento de escuta telefónica, mesmo sem lhe dar uso, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias⁴⁰⁵, uma vez que se verifica um crime de perigo comum. Sanção mais grave é a interceção ilegítima de transmissões de dados informáticos que é punida com pena de prisão até três anos ou com pena de multa⁴⁰⁶.

Desta forma os SI portugueses estão inibidos da atividade de SigInt na sua vertente de ComInt. Esta é uma ferramenta essencial na pesquisa atual, devido à globalização e à

402Cfr. Jorge Silva Carvalho, in Diário de Notícias de 01 de dezembro de 2013, disponível em, http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1724239#_page0, consultado a 29/04/2013.

403Rui Pereira, in A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático, *op. cit.*, p. 40.

404Art. 192.º do CP.

405Art. 276.º do CP.

406Art. 7.º n.º 1 da Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, que aprova a Lei do Cibercrime.

tecnologia utilizada tal como ao conhecimento obtido nos dias de hoje. Devido à importância crucial que estes métodos representam, os Estados Unidos da América, que são o caso mais global, possuem uma agência, a National Security Agency/Central Security Service, (NSA/CSS)⁴⁰⁷, assim como o Reino Unido dispõe do Government Communications Headquarters (GCHQ)⁴⁰⁸, que têm como missão, a pesquisa ao nível da SigInt, incluindo a NetInt.

A existência a nível mundial de um sistema de intercepção de comunicações, embora secreto, é hoje um dado adquirido⁴⁰⁹. Este sistema resulta de um acordo de âmbito SigInt, apelidado de Acordo UKUSA (United Kingdom, UK; United States of America, USA) por força dos seus fundadores, Reino Unido e Estados Unidos da América, a que se juntaram a Austrália o Canadá e a Nova Zelândia, recebendo o nome de código ECHELON e “a sua concepção é basicamente simples: as estações dispostas através do mundo interceptam o máximo possível de comunicações por satélite, micro-ondas, redes celulares e fibra óptica, sendo as informações assim captadas em seguida processadas pelos poderosíssimos computadores da NSA - os “dicionários” - que comportam os mais avançados meios de inteligência artificial, nomeadamente programas de reconhecimento de voz (*voice recognition*), reconhecimento óptico de caracteres (*optical character recognition* – OCR), busca de palavras ou frases de códigos e decifração de textos cifrados. Estes programas habilitam os “dicionários” a assinalar as mensagens ou documentos para gravação e transcrição para futura análise por especialistas, sendo posteriormente encaminhados aos serviços de investigação que pediram a respectiva intercepção. Deste modo, o Sistema permite recolher e analisar informações sobre qualquer assunto, seleccionadas por sujeitos, períodos de tempo...”⁴¹⁰.

Este sistema tem a capacidade praticamente global de vigilância, recorrendo a estações recetoras via satélite de espionagem, é assim possível intercetar qualquer comunicação via telefone, telefax, internet ou *e-mail*, emitida por qualquer pessoa, de molde a aceder ao respetivo conteúdo⁴¹¹. Esta situação a confirmar-se faz com que qualquer pessoa possa ser vigiada, em qualquer parte do mundo, de uma forma indiscriminada e sem controlo de qualquer tipo.

407Cfr. <http://www.nsa.gov/about/mission/index.shtml>, consultado a 16/05/2013.

408<http://www.gchq.gov.uk>, consultado a 12/04/2013.

409Cfr. Relatório A5-0264/2001 do Parlamento Europeu (Sistema de intercepção “ECHELON”).

410Miguel Pupo Correia, in, O Caso “ECHELON”: Aspectos Jurídicos, p. 5 disponível em, <http://www.apdi.pt/pdf/O%20CASO%20ECHELON%20Miguel%20Pupo.pdf>, consultado em 10/04/2013.

411Cfr. Relatório A5-0264/2001 do Parlamento Europeu (Sistema de intercepção “ECHELON”), p. 24.

Também a ImInt é, à partida proibida, em Portugal. A CRP reconhece o direito à imagem como um direito pessoal⁴¹² de qualquer cidadão⁴¹³.

O regime do CPP relativo às escutas telefónicas é extensível a outros meios de interceção de comunicações, mas é omissivo quanto a filmagens com captação de imagem e som. A Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, implementa um regime especial de recolha de prova para crimes considerados graves, incluindo terrorismo e organizações terroristas⁴¹⁴. Esta legislação prevê como meio de prova o registo de voz e imagem, dependendo de prévia autorização ou ordem do juiz, consoante os casos, sendo admissível, quando necessário para a investigação dos crimes referidos⁴¹⁵, ao invés as interceções de comunicações do CPP só podem ser autorizadas “se houver razão para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria, de outra forma, impossível ou muito difícil de obter”⁴¹⁶. Existe aqui uma diferença nos requisitos para utilização destes meios, sendo o regime da Lei n.º 5/2002 menos restritiva do que o CPP, mesmos com alguns crimes a estarem simultaneamente previstos em ambos os diplomas, o que faz desta lei é um complemento ao CPP, relativamente a esses crimes.

De acordo com o CP, quem sem consentimento gravar palavras de outrem, fotografar ou filmar outra pessoa incorre num crime punível com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias⁴¹⁷.

Mesmo com o regime mais amplo da Lei n.º 5/2002 em relação ao CPP, ambos se destinam à investigação de crimes, pelo que os SI também não poderão efetuar o registo de voz e de imagem.

A utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas FSS em locais públicos de utilização comum para captação e gravação de imagem e som e seu posterior tratamento encontra-se regulada legalmente⁴¹⁸. Esta legislação prevê a utilização de câmaras fixas e portáteis a autorizar pelo membro do Governo que tutela a FSS requerente. A decisão de autorização é precedida de parecer não vinculativo da Comissão Nacional de

412Art. 26.º n.º 1 da CRP.

413O Código Civil considera o direito à imagem um direito de personalidade no art. 79.º.

414Art. 1.º n.º 1, alínea b) da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro.

415Art. 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro.

416Art. 187.º n.º 1 do CPP.

417Art. 199.º do CP.

418Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro.

Proteção de Dados⁴¹⁹ (CNPd)⁴²⁰. Estes meios só podem ser empregues quando se destinem a fins justificados de mera vigilância, assim como forma de prevenção de infrações, incluindo prevenção de atos terroristas⁴²¹.

Este regime refere-se às FSS em termos gerais, pelo que em princípio poderia abranger o SIS, visto este ser um serviço de segurança, com competências na segurança interna, à luz da LSI e a prevenção do terrorismo ser uma das suas missões. Esta captação de imagens pelas câmaras fixas não se destina à investigação criminal, o que por aí não limita a atuação do SIS.

Mas a autorização para a instalação de câmaras fixas inclui a utilização de câmaras portáteis⁴²² e a estas aplica-se o regime da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro⁴²³, que só é admissível quando necessário para a investigação de crimes, o que invalida o uso destas por parte do SIS.

Assim, também a ImInt está totalmente vedado aos SI portugueses.

3. A utilidade atual das interceções de comunicações

As interceções de comunicações são uma das bases do trabalho de qualquer serviço de informações. Como refere Daniel Sanches, antigo Diretor-geral do SIS, “... sem escutas telefónicas o SIS fica reduzido a um gabinete de estudo (...) Há uma brecha no campo da segurança interna, que não cabe no campo de actuação do SIS, porque não pode utilizar os meios técnicos de escuta, nem cabe no campo da polícia porque não tem acesso a esse tipo de informação, ou mesmo que lhe seja passada essa informação, fora do âmbito do processo penal não pode também actuar, e é impossível na área das Informações darem-se elementos mais objectivos, mais concretos, nomeadamente quando se trata de informações veiculada através de serviços de Informações amigos sediados noutros países - isso é grave porque esta área situa-se nas áreas do terrorismo ou contra-terrorismo e da contra-espionagem...”⁴²⁴.

419Art. 3.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro.

420A Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto, define a Lei de organização e funcionamento da CNPD.

421Art. 2.º n.º 1, alínea e) da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro.

422Art. 6.º n.º 1 da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, com a redação dada pela Lei 9/2012, de 23 de fevereiro.

423Art. 6.º n.º 4 da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, com a redação dada pela Lei 9/2012, de 23 de fevereiro.

424Citado por Pedro Simões, in *Os Serviços Secretos em Portugal, Os serviços de Informação e a Comunicação Social*, *op. cit.*, pp. 81-82.

Na atividade dos serviços e no mesmo sentido do acima referido, é considerado que “deveria contemplar-se a possibilidade de *interceptar comunicações* preventivamente (fora do processo penal), em casos de estrita necessidade para evitar atentados terroristas, actos de espionagem que possam afectar a segurança ou a independência nacionais e a actividade de organizações criminosas, o recurso a estas intercepções deveria depender da autorização judicial, mas ainda assim seria indispensável rever o artigo 34.º, n.º 4, da Constituição”⁴²⁵.

As intercepções telefónicas não servem apenas para escutar⁴²⁶, mesmo que não se apanhe conversas, permitem estabelecer matrizes analíticas e reconstruir organogramas⁴²⁷, por exemplo, de redes terroristas ou de grupos criminosos. Além disso dá a possibilidade de reduzir o capital humano nas operações, o que se traduz numa maior abrangência no terreno. “Uma “escuta” pode garantir em segundos o que de outro modo só será obtido em meses, ou anos. Uma intercepção ao “telemóvel” certo permite saber a hora e o local de uma operação. Uma mensagem de correio electrónico interceptada poderá levar à cúpula de um grupo. Sem as intercepções, o mesmo saber terá de ser obtido presencialmente, através de um agente infiltrado, pela conquista da confiança de um membro do grupo, ou inclusive coagindo-o, obrigando sempre a um processo que é falível, e exige uma quantidade considerável de tempo”⁴²⁸.

A atual legislação constitucional nesta matéria “é particularmente gravosa porque inibe os serviços de informações de disporem daquele meio essencial de recolha de informação”⁴²⁹, o que de acordo com o nosso ponto de vista, é perfeitamente compatível com um Estado de direito democrático, de outra forma “os serviços de informações arriscam-se a ser uma benfeitoria voluptuária que, para mais, criam uma aparência de segurança onde ela verdadeiramente não existe. Num quadro de ineficiência, ter-se-á de ponderar a viabilidade da manutenção de um sistema de informações que, apesar de inútil,

425 Rui Pereira, “Os desafios do terrorismo: A resposta penal e o Sistema de Informações”, in, *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 519.

426 Sobre esta função reportam-se os dados de conteúdo, que são os assuntos e os dizeres das comunicações, como as vozes, os textos ou imagens.

Sobre toda esta temática ver, Miguel Pupo Correia, “Retenção de dados de comunicações”, in, Lusíada. Direito, Série II n.º 7, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2010.

427 Este exercício é possibilitado pelos dados de tráfego, que permitem identificar uma comunicação através do número ou endereço do destinatário, a data, hora, duração da chamada, o volume de dados transmitidos, redes de origem e destino da comunicação, formato do envio, dados de localização dos equipamentos terminais, cfr. art. 2.º n.º 1, alínea d) e art. 6.º da Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto.

428 José Vegar, in *Deficiências Decisivas de Capacidade, O estrangulamento do sistema de investigação de segurança português*, 2007, p.10, disponível em http://www.academia.edu/877194/Deficiencias_decisivas_de_capacidade_o_sistema_de_seguranca_portugues, consultado a 05/05/2013.

429 Jorge Silva Carvalho, “Limites à produção de informações no Estado de Direito Democrático”, *op.cit.*, p. 104.

consome recursos”⁴³⁰.

4. A realidade de atuação

A missão dos serviços é atuar a montante da investigação criminal, tentando antecipar-se aos resultados criminais. “Assim, o que distingue a actividade dos serviços de informações da acção de polícia de investigação criminal é apenas, inexoravelmente, a fase do processo em que se situa a respectiva intervenção”⁴³¹. A sua missão “é tipicamente preventiva e destina-se a identificar ameaças contra o Estado de direito democrático que ainda não ganharam os contornos suficientes para justificarem uma intervenção policial ou a instauração de um processo criminal”⁴³².

O objetivo das escutas no âmbito das informações é diverso das interceções em matéria de investigação criminal. “No âmbito das informações, embora intrusivo da privacidade dos cidadãos, é um mero meio de recolha de informações em matérias fundamentais para o Estado como garantia da sua segurança interna, da sua independência ou dos seus interesses fundamentais. Os serviços de informações não possuem o estatuto de autoridade pública, não têm poderes que permitam retirar a liberdade a qualquer cidadão. É a associação dos meios acima descritos com os poderes coercivos de autoridade pública e com a possibilidade de retirar ou restringir a liberdade física individual dos cidadãos, que tornaria a sua utilização particularmente gravosa. Ora, essa premissa acontece no âmbito do processo penal e não no âmbito das informações”⁴³³.

“A legítima preocupação em evitar que os serviços de informações se convertam numa ameaça para o Estado de direito democrático não deve representar um factor de ineficácia ou mesmo de paralisia da sua actividade”⁴³⁴, pelo que seguindo o “princípio da separação e interdependência de poderes”⁴³⁵, que recomenda vivamente a dissociação entre

430J. A. Teles Pereira, “O 11 de Setembro e o debate sobre o modelo de Serviços de Informações em Portugal”, in, Revista do Ministério Público n.º 89, Janeiro – Março, 2002, p. 164.

431Rui Pereira, “A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático”, *op. cit.*, pp. 40-41.

432Ibidem, p. 41.

433Jorge Silva Carvalho, in “Limites à produção de informações no Estado de Direito Democrático”, *op.cit.*, p. 104.

434J. A. Teles Pereira, in “O 11 de Setembro e o debate sobre o modelo de Serviços de Informações em Portugal”, *op. cit.*, p. 161.

435Art.111.º da CRP (anotação nossa).

a produção de informações e a investigação criminal”⁴³⁶, deve “ser encarada seriamente a questão da possibilidade de realização de interceções nas comunicações, a realizar segundo um modelo restritivo, “amigo” dos direitos fundamentais (v.g. autorização, caso a caso, por uma comissão de magistrados)”⁴³⁷.

O Dr. Rui Pereira sugere aliás a seguinte redação para o art. 34.º. n.º 4 da CRP, “É proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvos os casos previstos na lei em matéria de processo criminal *e de prevenção da espionagem e da criminalidade violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, mediante autorização judicial*”⁴³⁸.

Embora Joaquim Chito Rodrigues também seja defensor das interceções nos SI, é mais restritivo quanto à sua esfera de atuação, visto só prever o uso deste instrumento “exclusivamente em situações evidentes de suspeita de actividades de terrorismo”⁴³⁹.

Maria José Morgado expressa que “o único caminho é reforçar os poderes das autoridades judiciais, ter a coragem de autorizar escutas administrativas pelos serviços de informações e blindar os sistemas informáticos”⁴⁴⁰, porque assim é possível um maior fiscalização, sabendo-se quem acede ao quê.

Quem discorda completamente da legalização das interceções de comunicações nos SI são os partidos mais à esquerda da AR, que na voz do deputado António Filipe afirma que estes métodos “são uma grave intromissão na vida privada e somos frontalmente contra quaisquer propostas que permitam generalizar esse tipo de devassa, nomeadamente pelos serviços de informações”⁴⁴¹, divulgando o ponto de vista do Partido Comunista Português, partilhado pelo Bloco de Esquerda.

5. O papel da cooperação

O SIRP integra o sistema de segurança nacional, sendo um dos seus elementos que

436Rui Pereira, in “A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático”, *op. cit.* p. 36.

437J. A. Teles Pereira, in “O 11 de Setembro e o debate sobre o modelo de Serviços de Informações em Portugal”, *op. cit.*, p. 163.

438Rui Pereira, in “Os desafios do terrorismo: A resposta penal e o Sistema de Informações”, *op. cit.*, p. 527.

439Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, “Os Instrumentos para a Luta Anti-Terrorista: Avaliação das Condições de Exercício do Sistema de Informações da República”, *op. cit.*, p. 233.

440Maria José Morgado, in Expresso de 06 de agosto de 2011, p. 23.

441<http://www.asjp.pt/2011/09/01/pcp-e-be-contra-escutas-legais-nas-secretas/>, consultado a 15/05/2013.

contribui para esse objetivo final. Assim, no mundo de hoje nenhuma das entidades que trabalham para o mesmo fim, o podem fazer de forma isolada.

A lei 9/2007 consagra o dever de colaboração⁴⁴² de determinadas entidades para com o SIRP, como é o caso dos serviços públicos e das entidades privadas que desenvolvam atividade relevante no contexto de relação contratual com o Estado, no âmbito das atribuições do SG-SIRP, do SIED e do SIS.

Relativamente às FA e às informações militares “impende especial dever de colaboração que os obriga, nos termos das orientações definidas pelas entidades competentes, a facultar ao SIED, a pedido deste, as notícias e os elementos de informações de que tenham conhecimento, directa ou indirectamente relacionados com a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”⁴⁴³.

Neste caso existe um dever de subordinação das informações militares perante o SIED, o que não acontece em sentido contrário. Neste contexto podemos considerar que “existem áreas de actuação do SIED e do SIS que não interessam às informações militares, sendo que tudo o que respeita às informações militares interessa ao SIED e, no que respeita à segurança militar em território nacional, ao SIS”⁴⁴⁴.

No que concerne às FSS também “impende especial dever de colaboração que os obriga, nos termos das orientações definidas pelas entidades competentes, a facultar ao SIS, a pedido deste, as notícias e os elementos de informação de que tenham conhecimento, directa ou indirectamente relacionados com a segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”⁴⁴⁵.

Este dever de cooperação consagrado na Lei 9/2007 faz uma clara distinção entre as FA e o SIED, relativamente à defesa militar, reforçado pelo papel das informações militares e entre as FSS e o SIS no que toca à segurança interna.

A UCAT é mais uma forma de partilha de informação no âmbito do combate ao terrorismo entre os seus membros (FSS/OPC e SI). Poderá equacionar-se a possibilidade de as FA, ao nível das informações militares (CISMIL), integrarem a UCAT. Sendo o

442Art. 10.º da lei 9/2007.

443Art. 10.º n.º 3 da Lei 9/2007.

444Jorge Silva Carvalho, “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, *op. cit.*, p. 28.

445Art. 10.º n.º 4 da Lei 9/2007.

terrorismo um fenómeno criminal, mesmo maioritariamente de carácter transnacional, consideramos que não há essa necessidade, devido às funções específicas das FA, que só poderão ter que apoiar o combate a esta atividade, através de meios e em auxílio dos SI na produção de informações e das FSS na atuação, ficando sob a orientação das entidades que tiverem a devida competência. Se houver necessidade de cooperar nestas matérias podem ser utilizados todos os outros mecanismos que existem para esse fim, nomeadamente o dever de cooperação das FA e do organismo responsável pela produção de informações militares para com o SIED e o facto de o CEMGFA fazer parte do Conselho Superior de Informações.

A LSI estabelece que as FSS cooperam entre si através da comunicação de informação que não interessando apenas à prossecução dos objetivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros⁴⁴⁶, o que neste caso concreto relaciona o SIS com as outras FSS. Mas esta cooperação abrange todo o SIRP uma vez que cabe ao SG-SSI estabelecer com o SG-SIRP mecanismos adequados de cooperação institucional de modo a garantir a partilha de informação⁴⁴⁷.

Questionar-se-á se esta partilha de informação entre FSS/OPC e os SI não poderá ser uma forma indireta de as entidades policiais transmitirem aos serviços de inteligência o resultado dos conhecimentos alcançados por intermédio das interceções de comunicações, obtidas por autorização judicial a que os SI estão constitucionalmente impedidos de adquirir. Consideramos que a informação conseguida através desse mecanismo, tal como de qualquer outro meio, só poderá ser divulgado pelos OPC se não estiver em segredo de justiça⁴⁴⁸, nem disser respeito a dados pessoais intransmissíveis, não havendo a possibilidade de difusão é necessário mandato legal nesse sentido. Contudo, se não for este o caso poderá ser transmitido aos SI, como qualquer outra informação disponível ao público em geral.

Cabe aos SI a comunicação das informações e dos elementos de prova respeitantes a factos indiciários da prática de crimes contra a segurança do Estado às entidades competentes para sua investigação ou instrução⁴⁴⁹, podendo contudo esta informação ser retardada o tempo estritamente necessário à salvaguarda da segurança interna ou externa

446Art. 6.º n.º 2 da LSI.

447Art. 16.º n.º 3 alínea c) da LSI.

448Art. 6.º n.º 2, in fine e art. 16.º n.º 3 alínea c) da LSI.

449Art. 32.º n.º 3 da LQSIRP.

do Estado, com autorização do Primeiro-Ministro⁴⁵⁰. Os elementos dos SI são considerados funcionários na aceção do art. 386.º do CP, pelo que estes são obrigados a denunciar os crimes que tomarem conhecimento no exercício das suas funções⁴⁵¹. Destarte, consideramos que os SI estão obrigados a denunciar todos os crimes que tomarem conhecimento no desempenho da sua atividade, mas os únicos que podem ser retardados são os que forem contra a segurança do Estado⁴⁵². Porventura por serem os que pela sua importância ao nível da Nação, justifiquem a momentânea negação de justiça para com a sociedade.

Como constatamos anteriormente os serviços congéneres são uma das principais fontes de informação dos SI portugueses. Vimos contudo, que Portugal é o único entre os seus parceiros⁴⁵³ que não utiliza as interceções como instrumento da sua atividade de informações. Relativamente à relação dos serviços portugueses com os seus congéneres estrangeiros, considerando que atualmente, com a globalização do terrorismo e a criminalidade organizada transnacional, estas relações revestem uma importância cada vez mais fundamental, não existindo a reciprocidade necessária, dado que, “a nova fronteira comum da Europa requer partilha de informações, um certo nível de uniformização de procedimentos (técnicos e legais)...”⁴⁵⁴, fazendo com que esta situação constitua “um factor de descredibilização da comunidade de informações portuguesa face ao exterior e pode mesmo ser explorada por serviços estrangeiros em prejuízo dos interesses nacionais.”⁴⁵⁵, uma vez que “como tudo na vida, também nada se dá de graça no universo das informações”⁴⁵⁶. As limitações dos SI portugueses no que toca à pesquisa no âmbito das novas tecnologias que abrangem todo o planeta, contribui para que não possamos

450Art. 32.º n.º 4 da LQSIRP.

451Relativamente a estes funcionários, o art. 242.º n.º 1 alínea b) do CPP, refere que a denúncia é obrigatória, ainda que os agentes do crime não sejam conhecidos, “quanto a crimes de que tomarem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas”.

452Estes crimes estão plasmados no Livro II, Título V, Capítulo I (arts. 308.º a 346.º) do CP.

453De salientar o caso espanhol que em 2002 efectuou uma reforma nos seus serviços de informações, em que extinguiu o *Centro Superior de Información de la Defensa* (CESID) e criou o *Centro Nacional de Inteligencia* (CNI), através da “*Ley Orgánica 2/2002 de 6 de mayo*”. O CESID não tinha mandato legal para fazer interceções de comunicações, o que já é permitido ao CNI, cfr. art. 18.º n.º 3 da *Constitución Española* e art. 2.º, d) da *Ley Orgánica 2/2002 de 6 de mayo*.

A constituição espanhola ressalva apenas a necessidade de uma autorização judicial para efetuar interceções de comunicações, sem fazer distinção entre a investigação criminal ou a atividade das informações.

454Rui Pereira, in *A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático*, *op. cit.*, p. 38.

455J. A. Teles Pereira, in “O 11 de Setembro e o debate sobre o modelo de Serviços de Informações em Portugal”, *op. cit.*, p. 160.

456Paula Serra, in *DINFO, Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*, *op. cit.*, p. 244.

partilhar ao mesmo nível com os serviços congéneres. Para nosso próprio bem, “não se pode ser apenas receptor, tem que se ser contribuinte activo”⁴⁵⁷.

Assim, “fazer parte da comunidade internacional é também fazer parte da comunidade de informações”⁴⁵⁸, pelo que é necessário que um Estado com a dimensão de Portugal, que é considerado uma pequena potência, produza informações estratégicas próprias ou fique isolado, sem a mínima moeda de troca e sem a força moral necessária para ter opinião abalizada nos momentos decisivos⁴⁵⁹, vendo-se ultrapassado na produção de informações com interesse global, visto que “não existem, em matéria de segurança interna e internacional, vazios e se não forem os competentes serviços portugueses, serão serviços de países estrangeiros. “This is a fact of life””⁴⁶⁰.

É público um caso passado em 2008, em que foram detidos em Barcelona, Espanha, 14 radicais islâmicos, do grupo extremista Lashkar-e-Taiba e o CNI espanhol alertou os SI portugueses que estavam a ser preparados ataques bombistas em Espanha, França, Inglaterra, Alemanha e Portugal. O nosso país também seria um alvo devido à presença de FA portuguesas no âmbito da NATO no Afeganistão. Posteriormente o SIS terá apurado que alguns destes suspeitos terão estado em Portugal em encontros internacionais da Tablighi Jamaat⁴⁶¹.

A atividade das informações sempre se pautou pelo princípio da necessidade de conhecer, mas devido à nova realidade e ao imperativo da cooperação há quem defenda que as circunstâncias atuais dão lugar à necessidade de partilhar, “porque desta forma existem mais possibilidades de estabelecer relacionamentos e conexões e perante a dimensão e a forma da ameaça, mais vale saber demais do que não conhecer”⁴⁶². “O segredo demasiado é por vezes tão prejudicial como a falta absoluta de segredo. Em tudo deverá existir equilíbrio”⁴⁶³.

Devido ao espaço comunitário comum e às fronteiras alargadas, existem propostas e debate acerca da criação de serviços ao nível europeu. O Dr. Rui Pereira considera que

457Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, “Os Instrumentos para a Luta Anti-Terrorista: Avaliação das Condições de Exercício do Sistema de Informações da República”, *op. cit.*, p. 222.

458Nuno Rogeiro, in, Guerra em Paz: A Defesa Nacional na nova desordem mundial, Hugin Editores, Lisboa, 2002, p. 915.

459Cfr. Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, “As Pequenas Potências e as Informações Estratégicas – O Problema Português”, *op. cit.*, p. 289.

460Paulo Viseu Pinheiro, “As Informações no Combate ao Terrorismo...” *op. cit.*, p. 41.

461Cfr. José-Manuel Diogo, “4. SIS (SIRP)”, in Coleção Agências Secretas, Levoir, Oeiras, 2012, p. 104.

462Mateus Silva, “O Desafio dos Serviços de Informações”, in Segurança e Defesa n.º 6, abril-junho 2008, p. 116.

463Pedro Cardoso, in As Informações em Portugal, *op. cit.*, p. 274.

“no domínio da União Europeia, a abolição de fronteiras, os fenómenos de crime organizado e transnacional e a necessidade de conseguir uma “economia de escala” nos Serviços de Informações postulam a criação de uma *Eurintel* ou *Eurinfor*, sem prejuízo da autonomia dos Serviços de cada Estado-membro”⁴⁶⁴.

No entanto ainda nos dias de hoje existe uma visível falta de confiança ao nível das informações entre SI amigos, que leva à recusa de uma partilha aberta de informações e à rejeição da criação de departamentos ou centros comuns, ao contrário do que acontece a nível militar e policial. O que geralmente consideramos como aliados, diverge na área das informações devido às suas especificidades próprias, ainda existe muito a ideia que “não há serviços secretos amigáveis. Cada um luta pelos seus interesses”⁴⁶⁵.

464Rui Pereira, in Terrorismo e insegurança. A resposta portuguesa, *op. cit.*, p. 110.

465Ray McGovern (antigo oficial da CIA) in, Expresso de 15 de junho de 2013, p. 28 .

V – Fiscalização dos Serviços de Informações

1. Necessidade

Portugal como Estado de direito democrático⁴⁶⁶, naturalmente que necessita e tem mecanismos de controlo dos SI, isto para o seu correto funcionamento e normal desempenho de funções.

Os SI sempre despertaram grande desconfiança em alguns atores políticos, nomeadamente para quem se encontra na oposição, uma vez que tendem a ver esta atividade ao serviço do Governo que se encontra no poder em vez de os encararem como estando ao serviço do Estado. Esta desconfiança deve-se ao passado nacional, conjugado com uma falta de cultura de informações, que considera estas como algo obscuro e não como uma atividade benéfica.

O facto de o SG-SIRP ser nomeado e exonerado pelo Primeiro-Ministro⁴⁶⁷, também não dá uma imagem totalmente independente, não sendo suficiente para suprimir essa possível perceção a audição em sede de comissão parlamentar do escolhido pelo Primeiro-Ministro para ocupar o cargo de SG-SIRP⁴⁶⁸.

Menos receios haveria se a nomeação fosse feita pela AR através de uma maioria dos deputados, ou se essa mesma maioria propusesse alguém para a nomeação do PR e dando o seu consequente aval, obrigando desta forma a uma concordância, de pelo menos, do partido do poder e do maior partido da oposição, fortalecendo assim a função de SG-SIRP, havendo mais argumentos e garantias que quem está no poder não se sentiria tentado a utilizar os SI como uma mais-valia no combate político.

Outro temor é a possibilidade de que as ações dos SI possam fazer perigar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos por serem em regra, desconhecidas do público em geral.

Independentemente do modo de funcionamento ou organização, qualquer SI deve estar sujeito ao escrutínio, como qualquer serviço, entidade ou cidadão. Deste modo “as operações dos *serviços de informações* devem manter-se secretas, mas os princípios que norteiam a direcção e controlo desses serviços devem ser cuidadosamente considerados, discutidos e compreendidos por aqueles que (...) são responsáveis pelo controlo dos

466Art. 2.º da CRP.

467Art. 17.º alínea c) da LQSIRP.

468Art. 15.º n.º 3 da LQSIRP.

serviços de informações”⁴⁶⁹.

De salientar que nos Estados democráticos os mecanismos de fiscalização são eficazes pelo vasto poder que lhes é conferido. Deve existir no entanto um equilíbrio entre a atividade de produção de informações e a sua fiscalização, visto que “em matéria de serviços de informações, um certo “desequilíbrio garantístico” pode surgir quando as competências dos serviços são restringidos a uma expressão mínima e os poderes de fiscalização, pelo contrário, são exacerbados. Em tal hipótese, um Estado corre o risco de estar a gastar em vão o dinheiro dos contribuintes, porque naturalmente os respectivos serviços de informações tenderão a revelar-se ineficazes”⁴⁷⁰.

2. Fiscalização

São vários os mecanismos de fiscalização dos SI portugueses. Podemos considerar que na vertente interna têm numa primeira linha o Primeiro-Ministro, que tem a competência de controlar a ação dos SI⁴⁷¹, o SG-SIRP a quem compete exercer o poder disciplinar sobre funcionários e agentes que lhe estejam orgânica e funcionalmente subordinados⁴⁷², dentro dos limites da lei⁴⁷³ e os diretores do SIED e do SIS a quem também cabe exercer o poder disciplinar, dentro dos limites legais⁴⁷⁴.

Ao nível externo existe a fiscalização político-parlamentar⁴⁷⁵ que no seu âmbito interior pode desenvolver essa função através das comissões parlamentares ou pela ação de qualquer deputado no regular desempenho das suas obrigações. Este órgão de soberania tem a nível exterior, mas dependente de si, o Conselho de fiscalização do SIRP (CFSIRP).

A fiscalização judiciária tem a seu cargo o controlo dos centros de dados através da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP (CFDSIRP) e toda a sua atividade corrente

469Sir John Bruce Lockhart, citado por Pedro Cardoso, in *As Informações em Portugal*, *op. cit.*, p. 155.

470Rui Pereira, in *A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático*, *op. cit.*, p. 39.

471Art. 17.º alínea e) da LQSIRP.

472No âmbito deste controlo, foi em julho de 2012 publicado na imprensa que o SG-SIRP terá defendido na Comissão de Assuntos Constitucionais, na AR, a possibilidade de o SIRP poder controlar os registos telefónicos dos seus funcionários e agentes, tal como a utilização do polígrafo nestes e em candidatos aos SI, in cfr. <http://www.publico.pt/politica/noticia/chefe-das-secretas-sugere-escutas-e-poligrafo-para-fiscalizar-espioes-1553018>, consultado a 31/05/2013.

473Art. 19.º n.º 3, alínea i) da LQSIRP e art. 13.º n.º 1, alínea n) da Lei 9/2007.

474Art. 28.º e art. 36.º da Lei 9/2007.

475Cfr. Jorge Bacelar Gouveia, “Os Serviços de Informações de Portugal: Organização e Fiscalização”, in *Estudos de Direito e Segurança*, Coordenação Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007, p. 185.

está sujeita às decisões dos tribunais como qualquer outro organismo.

Na vertente social são diversas as formas da sociedade democrática averiguar possíveis ilegalidades ou abusos. O Provedor de Justiça⁴⁷⁶ desempenha um papel importante, atuando como representante de cidadãos que assim o requeiram contra estes poderes públicos, tal como a comunicação social⁴⁷⁷ que nos dias de hoje e nas suas mais variadas extensões dão voz a qualquer situação menos clara dos SI.

No que toca às informações operacionais e táticas, o sistema de fiscalização é o mesmo para as informações militares⁴⁷⁸, ao contrário das informações policiais que não se inserem neste esquema, uma vez que quem as produz são as FSS e os OPC, através de ações policiais e da investigação criminal, sendo controladas também internamente e socialmente, e por todo o mecanismo processual penal inerente a essas funções.

3. Conselho de fiscalização do SIRP

A fiscalização do SIRP a nível político-parlamentar, é segundo a LQSIRP exercida em permanência pelo CFSIRP, este é também o principal órgão de fiscalização do sistema português, uma vez que assegura o controlo do SIRP⁴⁷⁹.

Ao CFSIRP compete em termos gerais acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretário-Geral e dos SI, velando pelo cumprimento da Constituição e da Lei, particularmente do regime de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

476Art. 23.º da CRP.

477O art. 38.º da CRP, consagra a liberdade de imprensa e os meios de comunicação social.

A título exemplificativo relembramos que a nível nacional foi amplamente divulgado na imprensa em 2011, o caso de um suposto acesso por parte de responsáveis do SIED aos registos telefónicos, mais concretamente de dados de tráfego, através de uma operadora de comunicações móveis, a um jornalista, para tentar descobrir fugas de informações internas. Estas notícias deram origem a um processo judicial, Cfr. in, Expresso de 27 de agosto de 2011, p. 3, Expresso de 24 de setembro de 2011, pp. 22 e 23, Diário de Notícias de 29 de setembro de 2011, pp. 2 e 3.

A nível internacional foram recentemente divulgadas notícias sobre alegados programas de acesso a dados de telecomunicações e internet de uma forma indiscriminada, sem que seja necessário alguém ser suspeito de algo, nos Estados Unidos da América, por parte da NSA, Cfr. in, http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3260039&seccao=EUA e [Am% E9ricas](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3260039&seccao=EUA), consultado a 16/06/2013. Também foram publicados documentos que demonstram uma suposta vigilância de comunicações pela GCHQ Britânica a delegações e governantes estrangeiros, que participaram na cimeira do G-20 de 2009 em Londres, sem qualquer autorização ou controle judicial, Cfr. in, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/londres-espiou-politicos-estrangeiros-na-cimeira-do-g20-1597508>, consultado a 17/06/2013.

478Art. 34.º n.º 2, in fine da LQSIRP.

479Cfr. art. 8.º n.º 1 da LQSIRP.

Este órgão também “acompanha e conhece as modalidades admitidas de permuta de informações entre serviços, bem como os tipos de relacionamento dos serviços com outras entidades, especialmente de polícia, incumbidos de garantir a legalidade e sujeitos ao dever de cooperação”⁴⁸⁰.

Este Conselho é composto por três cidadãos de reconhecida idoneidade, eleitos pela AR, por um período de quatro anos⁴⁸¹, funcionando junto desta, sendo um mecanismo de fiscalização externo, direto e especializado, legitimado pelo “órgão maximamente representativo da democracia portuguesa”⁴⁸².

Existe no entanto quem considere que o CFSIRP não funciona da melhor forma e que o seu modelo deveria ser alterado. O Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda não concordam com o atual sistema e o deputado António Filipe refere mesmo que uma parte do Parlamento está excluído da fiscalização. Esta crítica deve-se ao facto de o CFSIRP não ter representantes de todos os partidos com assento parlamentar e o Partido Comunista defender que este conselho deveria integrar o Presidente da AR, todos os líderes parlamentares e os presidentes das comissões parlamentares de defesa, assuntos constitucionais e negócios estrangeiros⁴⁸³.

Quem discorda desta proposta e está de acordo com o modelo que se encontra em funcionamento é Prof. Dr. Jorge Bacelar Gouveia que, enquanto Presidente do CFSIRP, afirmou temer pela eficácia de um conselho com cinco, sete ou nove elementos, defendendo que caso se desse um alargamento deste órgão, este não “terá qualquer possibilidade de levar a bom porto a sua missão de fiscalização. As matérias são delicadas, constantes, é uma actividade contínua”⁴⁸⁴.

Mesmo exercendo as suas funções com independência o CFSIRP não prejudica os poderes de fiscalização da própria AR. Esta pode requerer a presença do CFSIRP, em sede de comissão parlamentar, para esclarecimentos sobre a sua atividade, e é em sede desta comissão que são apresentados os pareceres relativos ao funcionamento do SIRP⁴⁸⁵.

As fiscalizações CFSIRP são feitas com carácter periódico, já que os SI “são obrigados a fazer-lhe regularmente chegar elementos que dizem respeito a aspectos centrais da sua actividade de informações, como as listas de processos abertos e os

480Art. 9.º n.º 3 da LQSIRP.

481Cfr. art. 8.º n.º 2 e n.º 3 da LQSIRP.

482Jorge Bacelar Gouveia, in Os Serviços de Informações de Portugal..., *op. cit.*, p. 185.

483Cfr. disponível in, <http://expresso.sapo.pt/ar-pcp-e-be-atacam-falta-de-fiscalizacao-dos-servicos-de-informacao=f260321>, consultado a 08/06/2013.

484Cfr. in, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/presidente-da-fiscalizacao-dos-servicos-de-informacoes-defende-escutas-telefonicas-para-secretas-1335963>, consultado a 08/06/2013.

485Cfr. art. 36.º da LQSIRP.

relatórios atinentes às suas actividades”⁴⁸⁶, este Conselho tem o poder de levar a cabo inspeções “nas próprias instalações dos serviços de informações, que lhe devem facultar o acesso livre, sempre que o requeira, jamais se limitando a cuidados meramente administrativos ou burocráticos”⁴⁸⁷.

Assim e “apesar do relativo equilíbrio no sistema entre o vector de controlo governamental e os mecanismos de fiscalização externa (parlamentar e judicial), é de ressaltar a amplitude das atribuições do parlamento em matérias de acompanhamento, fiscalização genérica, inspecção e consultoria relativamente aos serviços de informações, sem paralelo nos sistemas democráticos conhecidos em matéria de acesso ilimitado a toda a documentação considerada necessária para o respectivo desempenho”⁴⁸⁸.

Relativamente à questão das interceções de comunicações o CFSIRP pode, no âmbito das suas competências específicas, “efectuar visitas de inspecção destinadas a colher elementos sobre o modo de funcionamento e a actividade do Secretário-Geral e dos serviços de informações”⁴⁸⁹ e “solicitar elementos constantes dos centros de dados que entenda necessários ao exercício das suas competências ou ao conhecimento de eventuais irregularidades ou violações da lei”⁴⁹⁰.

4. Comissão de fiscalização de dados do SIRP

A CFDSIRP exerce uma fiscalização jurisdicional, sendo um mecanismo de fiscalização externo e especializado.

A Comissão é constituída por três magistrados do Ministério Público, designados e empossados pelo Procurador-Geral da República e com sede na Procuradoria-Geral da República⁴⁹¹. “A fiscalização exerce-se através de verificações periódicas dos programas, dados e informações por amostragem, fornecidos sem referência nominativa”⁴⁹². Caso esta verifique que dados recolhidos envolvam violação dos direitos, liberdades e garantias, deve ordenar o cancelamento ou retificação desses dados, exercendo a respectiva ação penal, se

486Jorge Bacelar Gouveia, in Os Serviços de Informações de Portugal..., *op. cit.*, p. 191.

487Ibidem.

488Pedro Esteves, “Estado e Informações: Uma perspectiva sistémica”, in Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004, p. 452.

489Art. 9.º n.º 2, alínea d) da LQSIRP.

490Art. 9.º n.º 2, alínea e) da LQSIRP.

491Cfr. art. 26.º n.º 2 e n.º 3 da LQSIRP.

492Art. 26.º n.º 4 da LQSIRP.

for caso disso⁴⁹³.

A LQSIRP atribui à CFDSIRP a exclusividade de fiscalizar os centros de dados do SIRP⁴⁹⁴, em prejuízo desta comissão dar conhecimento ao CFSIRP das irregularidades ou violações verificadas⁴⁹⁵.

Embora esta seja uma comissão de controle judiciário, constatamos que "ao contrário de situações análogas, o sistema português não prevê competências de fiscalização judicial específica sobre as actividades operacionais dos serviços pelo facto de estes não estarem autorizados por lei a recorrer a métodos de intercepção das comunicações, intrusão na propriedade privada, intercepção do correio, ..."⁴⁹⁶.

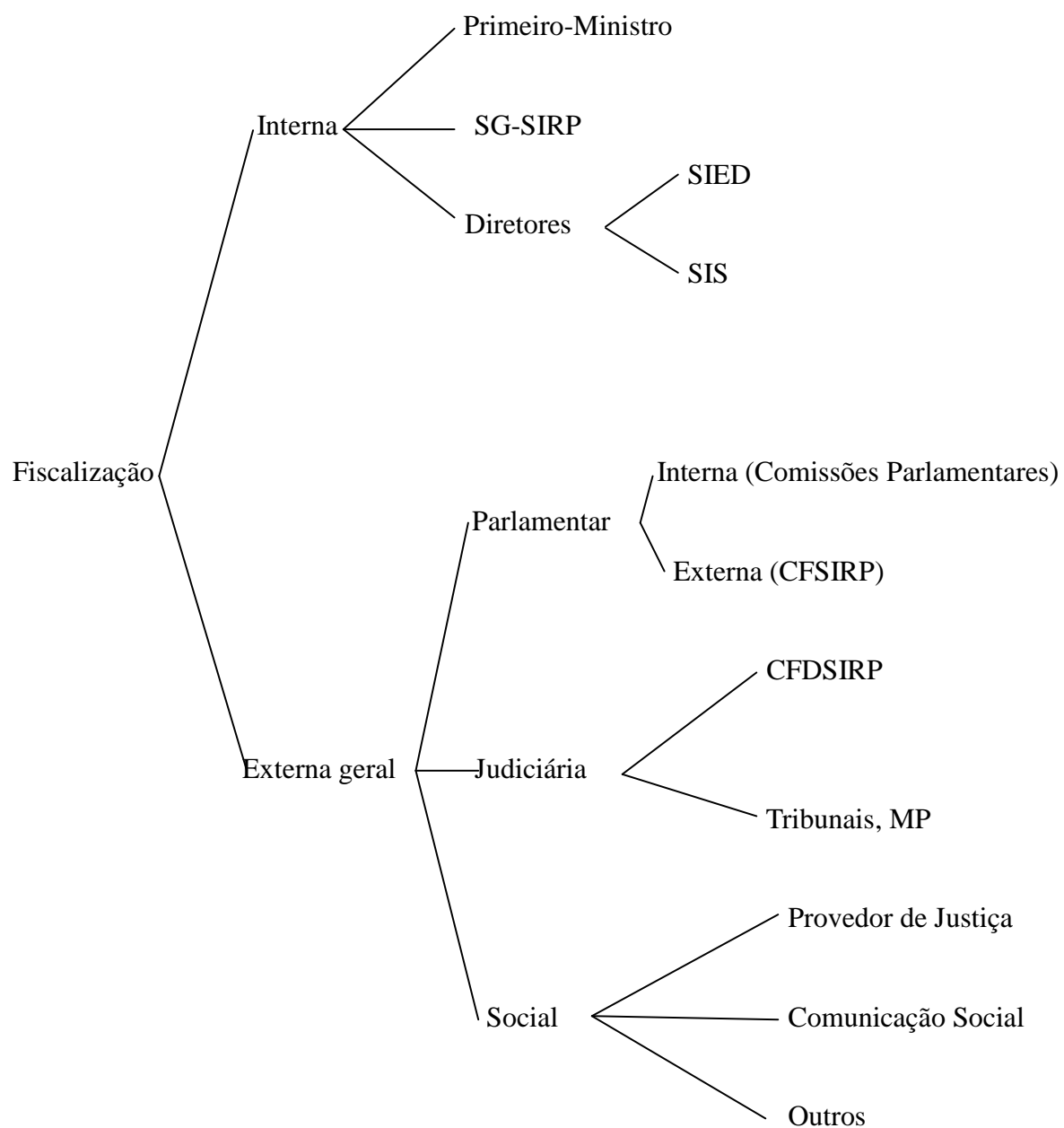
493Cfr. art. 26.º n.º 5 da LQSIRP.

494Cfr. art. 26.º n.º 1 da LQSIRP.

495Cfr. art. 27.º n.º 3 da LQSIRP.

496Pedro Esteves, in Estado e Informações: Uma perspectiva sistémica, *op. cit.*, p. 458.

Ilustração 6: Sistema de Fiscalização dos SI portugueses



Fonte: Autor

5. Alternativas à situação atual

A possibilidade de os SI poderem vir a efetuar interceções de comunicações é uma hipótese que tem que ser encarada com realismo, fruto dos tempos atuais e da era em que vivemos que não vai parar de evoluir e faz com que tenhamos de pensar em modelos de autorização, controlo e fiscalização eficientes e funcionais para estes casos, legitimando este meio de atuação.

No caso de essa competência ser atribuída aos SI (que terá que passar forçosamente por uma alteração constitucional ao art. 34.º n.º 4 da CRP), essas ações terão que ser obrigatoriamente autorizadas por juízes, à imagem do que acontece no âmbito da investigação criminal. De entre as possibilidades que possam surgir, a opção que parece mais apropriada é aquela que é defendida pelo Dr. Rui Pereira, em que poderia ser criada “uma comissão composta por três juízes designados pelo Conselho Superior de Magistratura a autorizar, caso a caso, o Serviço de Informações a praticar actos susceptíveis de pôr em causa direitos, liberdades e garantias”⁴⁹⁷, não sendo por isto prejudicado o funcionamento do CFSIRP e da CFDSIRP.

Também se poderá questionar se será necessário a utilização de interceções de comunicações por parte do SIS e do SIED ou se tal só fará sentido para o SIS em virtude de ser este o serviço que tem competência de atuação no interior do território nacional em matéria de informações de segurança e de contrainformação, em todas as suas vertentes. Como vimos anteriormente nada impede o SIED de atuar no seio interno, o que pode vir a ser necessário, quer pelo imperativo de recolher informações estratégicas que não caibam no âmbito de atuação do SIS, ou em casos de ameaça à segurança nacional que tenham origem externa mas se desloquem para o interior das nossas fronteiras, ou seja, de carácter transnacional. Não podemos, pois, dizer de antemão que o SIED não vai ter necessidade de utilizar este meio, pelo que não pode ser limitado à partida, devendo ser uma competência do SIRP.

Estas situações de legitimidade têm que ser verificadas caso a caso por quem tem competência para autenticar tais atos, ou seja, os magistrados responsáveis.

⁴⁹⁷Rui Pereira, in *Terrorismo e insegurança*. A resposta portuguesa, *op. cit.*, p. 108.

Conclusão

A análise efetuada nesta dissertação permitiu tirar várias ilações relativamente aos temas abordados. Levantamos questões que consideramos pertinentes e chegámos a diversas conclusões relativas à atividade de produção de informações e outras de carácter mais geral no que concerne à segurança.

Inicialmente demonstramos que tem de haver um forçoso e necessário equilíbrio entre a produção de informações e as liberdades individuais e coletivas dos cidadãos.

Atualmente a segurança interna e a segurança externa são realidades cada vez mais próximas por força do terrorismo e da criminalidade transnacional, mas ainda assim diferentes, até por força da legislação nacional que aponta para essa separação. A segurança interna comporta as informações de segurança de âmbito interno, a prevenção e a repressão da ordem pública e a investigação criminal. A segurança externa inclui na primeira linha a defesa militar, as informações estratégicas de defesa e de segurança de origem externa e ainda a diplomacia. Todos estes vetores têm de se correlacionar, desempenhando cada um o seu importante papel, com grande destaque para as informações, no sentido de alcançar o objetivo final que é a segurança nacional.

Perante esta realidade poderia ser criado um Conselho Superior de Segurança Nacional, que tal como apontamos já é defendido na sociedade portuguesa, para que todos os aspetos que contribuem para a segurança nacional sejam integrados, de modo a não serem vistos de forma isolada, permitindo assim ter uma visão mais global.

Constatamos que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, já fez uma aproximação nesse sentido, embora seja um documento político apenas de cariz militar.

Portugal teve uma polícia política no regime ditatorial que contribuiu para que os serviços de informações tenham surgido apenas em 1984 e consequentemente tornaram-se mais inexperientes relativamente aos seus congéneres estrangeiros e atualmente funcionam com poderes diferentes dos seus semelhantes. Esta é uma situação inédita visto que as forças e serviços de segurança funcionavam nesse regime e evoluíram de uma forma natural, adaptando-se aos valores da sociedade atual, sem ferirem direitos, mas antes protegendo-os.

O Serviço de Informações de Segurança é um serviço de segurança, mas não um

órgão de polícia criminal, tem a competência exclusiva de produzir informações de segurança no interior do território nacional, mas se essas informações tiverem origem fora das fronteiras do Estado português, essa função cabe ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa.

O Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, que sofreu alterações ao longo da sua história, está incumbido da produção de informações estratégicas de defesa tanto no exterior como no interior do país, o que faz com que, não sendo um serviço de segurança, é parte integrante do sistema de segurança interno, fruto da vertente externa de ameaças que se repercutam a nível interno de Portugal.

As informações militares foram pioneiras das Informações em Portugal e já estiveram integradas nas informações estratégicas de defesa; contudo hoje estão afastadas dessa missão, não se sobrepondo às competências do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, cabendo-lhe a produção de informações operacionais e táticas com vista ao melhor desempenho das funções específicas das forças armadas. O Centro de Informações e Segurança Militar não está totalmente desligado do Sistema de Informações da República Portuguesa por se regular pelos seus princípios gerais e estarem sujeitos aos mesmos órgãos de fiscalização.

As informações policiais são informações operacionais e táticas específicas das forças e serviços de segurança no desempenho das suas atividades de Polícia, que não prejudicam a atividade das informações de segurança e das atividades estratégicas de defesa e são hoje uma realidade incontornável. Estas não têm qualquer ligação ao Sistema de Informações da República Portuguesa, que é regulado pela área estritamente policial.

Consideramos que no panorama nacional as informações dividem-se em informações estratégicas de defesa, que são da competência do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, tanto a nível interno como externo, em informações de segurança que a nível interno competem ao Serviço de Informações de Segurança e a nível externo ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e em informações operacionais e táticas, que são as desenvolvidas nas informações militares e policiais, sendo que as contrainformações são ações comuns a todas as atividades de informações independentemente da sua natureza.

Concluimos que as informações de segurança produzidas no interior do território nacional e as informações policiais, ao nível das informações operacionais e táticas, integram a segurança interna e as informações estratégicas de defesa, as informações de segurança produzidas no exterior do país e as informações militares, no âmbito das

informações operacionais e táticas, incluem-se na segurança externa.

A forma de nomeação do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa deveria ser alterada de forma a permitir um maior consenso político e fazer transparecer um cargo que esteja acima dos partidos políticos, eliminando algumas desconfianças e receios que possam haver quanto à incorreta utilização destes meios na luta de carácter político-partidária.

Deveria esta figura ser proposta pela Assembleia da República, através de uma maioria parlamentar, para uma nomeação concordante do Presidente da República.

Também deveriam ser tomadas medidas para retificar a legislação existente, de modo a que o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa integrasse o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna completasse o Conselho Superior de Informações.

A atividade de informações é diversa da desempenhada pelos órgãos de polícia criminal. Atua a montante da investigação criminal e numa área em que se não forem os serviços de informações a intervir, não existe mais nenhuma entidade para fazer esse trabalho.

Com as diferenças devidas, os serviços de informações e os órgãos de polícia criminal têm algumas similaridades, a nível operacional, como é o caso da possibilidade de uso e porte de arma, embora não exista uma regulamentação para os agentes do Sistema de Informações da República Portuguesa, à imagem do que acontece com as forças e serviços de segurança. A ocultação da entidade pelos agentes e funcionários dos serviços de informações não é abrangida pelo regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, que se destina apenas aos elementos de investigação criminal e isenta-os de certos atos, o que não acontece com os elementos do Sistema de Informações da República Portuguesa, que embora estejam sujeitos a situações delicadas, aplica-se-lhes o regime geral, como a qualquer outro cidadão.

As funções dos serviços de informações e dos órgãos de polícia criminal complementam-se mas não se substituem, segundo o princípio da especialidade uma entidade não pode ser competente a fazer tudo, por isso essa especialização é essencial para não descurar casos importantes que possam ficar num vazio de atuação. Não se pode atuar só a nível reativo, é fundamental também apostar na prevenção na origem dos

problemas.

Os princípios que justificam a interceção de comunicações nos órgãos de polícia criminal são os mesmos para os serviços de informações, ou seja, só podem ser utilizados em casos concretos e graves, quando outros meios não sejam suficientes.

Na produção de informações o cenário ideal é a possibilidade de conjugar as fontes abertas e as fontes cobertas, sendo que só se deve recorrer a estas últimas quando as primeiras se revelarem insuficientes para os objetivos. Os fins terão que ser traçados pelos decisores para que os serviços de informações possam desenvolver a sua pesquisa de acordo com as necessidades que hoje em dia vão muito para além das questões de segurança e de defesa. Num âmbito mais abrangente também os serviços têm como função produzir informações que possam auxiliar os responsáveis pela condução dos destinos do país nas suas tomadas de decisões, visto ser sua obrigação toma-las o mais corretamente possível para benefício do Estado e dos seus cidadãos.

A grande restrição na pesquisa imposta aos serviços de informações portugueses é a proibição da interceção de comunicações, ao nível das telecomunicações e da internet. Esta medida é usada pela generalidade dos serviços de informações dos países democráticos.

Esta limitação prejudica os serviços portugueses no desempenho do seu papel, não o podendo desenvolver da melhor forma, que se consubstancia em fazer previsões com base em dados concretos e ter a capacidade de antecipar-se a situações extremamente danosas para o Estado. Face ao exposto consideramos que é mais importante impedir atos que atentem contra ao Estado e os seus cidadãos, do que descobrir os seus autores quando “o mal está feito”.

É muito importante que se considere esta situação no plano da cooperação, uma vez que países como Portugal sobrevivem muito à base da troca de informações.

No âmbito internacional o relacionamento entre serviços congéneres baseia-se em questões de interesse e de reciprocidade, não tendo Portugal capacidade para obter informação útil e atempada, proveniente de fontes credíveis, será de esperar que também alguns dados que nos sejam preciosos não nos serão facultados, quer intencionalmente quer por despreocupação e por isso ficaremos em situações complicadas no caso de não os conseguirmos obter por nós próprios.

Hoje em dia com a globalização existente e com a integração do nosso país em organismos internacionais de interesses comuns, faz com que as ameaças, perigos e

necessidades sejam conjuntas, logo a informação obtida, seja por quem for e onde for também é de interesse recíproco.

Mesmo que Portugal não consiga ser um grande ator no panorama internacional ao nível da atuação, fruto da sua dimensão e das suas limitações materiais, pode ser um interveniente de qualidade, com um relevante posicionamento estratégico no combate ao terrorismo e à criminalidade transnacional, não podendo ter uma visão puramente doméstica. Não devemos ser encarados como um elo fraco e incerto no sistema de segurança comunitário, que garante a segurança e a defesa na Europa. Portugal pela sua posição geográfica, tem sob a sua alçada o controle de uma das principais portas de entrada na União Europeia e abrange corredores importantes de navegação no Atlântico Norte.

Ao nível da cooperação nacional foram consideradas diversas situações e alcançadas as correspondentes conclusões.

Relativamente à partilha de informação no âmbito do combate ao terrorismo através da Unidade de Coordenação Antiterrorismo consideramos a possibilidade de o Centro de Informações e Segurança Militar integrar esta unidade, concluindo que tal não nos parece necessário, por força dos diversos canais já existentes e das competências das informações militares nesta matéria.

Equacionamos se os serviços de informações podem, por hipótese, vir a tomar conhecimento de uma forma indireta do produto de eventuais interceções de comunicações, devido ao dever de colaboração das forças e serviços de segurança perante o Serviço de Informações de Segurança e do dever de cooperação entre serviço de informações e órgãos de polícia criminal. Consideramos que essas situações estão abrangidas e limitadas pelo segredo de Estado e pelo segredo de justiça, que impede essas matérias de serem partilhadas.

Por outro lado existe a obrigação dos serviços de informações comunicarem para investigação as informações e os elementos de prova que tomem conhecimento e sejam indiciários da prática de crimes contra a segurança do Estado, podendo estas serem retardadas pelo Primeiro-Ministro. Concluímos que face à legislação em vigor, os serviços de informações são obrigados a comunicar as informações de todos os crimes de que tomem conhecimento, embora os únicos que podem ser retardados são os que forem contra a segurança do Estado.

Não se trata de massificar estes meios de uma forma generalizada e descontrolada, mas sim de criar mecanismos corretamente estabelecidos de modo a evitar essa

generalização e esse descontrolo. Também não se trata de colocar mais entidades a efetuar investigação criminal, mas de dotar com meios necessários a única incumbida de a evitar.

É possível usufruir dessas capacidades através de um sistema eficaz de fiscalização, controlo e autorização da utilização desses meios, apenas nos casos legalmente justificados. Um correto controlo e uma fiscalização eficiente permitem evitar interceções que possam eventualmente surgir “por conta própria”. É evidente que nunca é possível fiscalizar algo desta natureza na sua totalidade, tudo depende das pessoas e desses mecanismos de e da punição a aplicar caso algo de irregular seja detetado.

Este sistema já é usado no nosso país para a investigação criminal, pelo que também será possível usar esses mecanismos na antecipação dessa investigação.

Defendemos a criação de um organismo composto por juízes que, determinando caso a caso a admissibilidade de interceções de comunicações, ao nível do conteúdo, de tráfego e de dados de localização, as pudessem validar. Parece-nos que uma situação regulada e controlada ao mais alto nível pelo poder judicial independente, autónomo e responsável por evitar abusos e defender os direitos e liberdades e dos seus concidadãos é sempre a opção mais justa e acertada na balança da conjugação e equilíbrio de direitos.

Estas medidas seriam apenas permitidas nas áreas do terrorismo e da criminalidade transnacional, uma vez que estes crimes não são por norma alvo de atuação preventiva dos órgãos de polícia criminal, visto estes afetarem os recursos para descobrir as origens e circunstâncias destes crimes depois de eles acontecerem.

As interceções para estes casos são justificados, uma vez que têm que ser detetados na sua fase inicial, visto que sem a atuação correta e concreta só se vai saber alguma coisa quando já é tarde demais e são estes os crimes que mais abalam e destroem os Estados, as sociedades e os cidadãos.

Os serviços de informações continuariam só a produzir informações essenciais, transmitindo-as depois a quem tem competência de prosseguir com o processo criminal ou com o dever das tomadas de decisões. Permaneceriam os serviços a não poderem deter ou interrogar qualquer cidadão, não adquirindo com isto competências de Polícia.

Os serviços de informações têm de se adaptar às novas ameaças e atualizar-se nesse sentido. Não é possível a tecnologia mudar as formas de atuação a nível mundial e os serviços de informações portugueses continuarem impávidos e expectantes ao sabor da

corrente e completamente parados no tempo.

Como podem os serviços de informações serem considerados a primeira linha de defesa se estão mais limitados nas suas capacidades, que qualquer outro serviço de defesa ou de segurança? Se é consensual que entidades responsáveis pela segurança e defesa, como é o caso das forças armadas, da guarda prisional ou até mesmo das polícias municipais, não possam ter acesso a estes meios porque seria manifestamente desproporcional relativamente às suas competências, o mesmo não se pode dizer dos serviços de informações, pois a sua missão a isso obriga.

Consideramos que existe uma radicalização constitucional quanto às interceções de comunicações nos serviços de informações, o que torna o nosso modelo excessivamente “garantista”. Em Portugal os serviços só podem utilizar as *open sources intelligence* e as *Human Intelligence*, o que é manifestamente reduzido face às necessidades do mundo em que vivemos.

Está no múnus de qualquer serviço de informações ter competências para efetuar interceções de comunicações, adequadas aos tempos e às circunstâncias.

Esta alteração de competências dos serviços de informações portugueses só será possível com uma modificação do art. 34.º n.º 4 da Constituição da República Portuguesa, que, quanto a nós, deveria consagrar que “É proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvos os casos previstos na lei em matéria de processo criminal *e de fundadas ações de prevenção da espionagem, do terrorismo e da criminalidade organizada transnacional.*”, sendo os parâmetros definidos pela lei ordinária.

Mesmo que não nestes moldes, esta é uma possibilidade que temos de encarar de uma forma natural, como algo que se renova e se adapta aos novos tempos. Em todo o mundo e em todas as atividades vive-se na era do conhecimento e só é prejudicial aos serviços do Estado serem os únicos agarrados a uma história que evolui independentemente das crenças.

Não pode só haver liberdades desmesuradas e não acautelar equitativamente a segurança e bem-estar dos cidadãos. É a Constituição da República Portuguesa que exige esse equilíbrio.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código de Processo Penal, 4.º Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011

ALVES, José Lopes, “General Pedro Alexandre Gomes Cardoso, Memória de uma vida”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

AMARAL, Diogo Freitas do, Curso de Direito Administrativo, Vol. I, 2.ª Edição, Almedina, 2004

BERGIER, Jacques, A 3.ª Guerra Mundial já Começou, Edições Afrodite, 1977

BISPO, António de Jesus, “A Função de Informar”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

BRANDÃO, Ana Paula, “Segurança: Um Conceito Contestado em Debate”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

CAMÕES, Luís Vaz, Os Lusíadas, Areal Editores, 1986

CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, Constituição da República Portuguesa, Anotada, Volume II, Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora, 4.ª Edição, 2010

CARDOSO, Vizela, “As Informações em Portugal (Resenha Histórica)”, Estudos de Direito e Segurança, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007

CARDOSO, Pedro, As Informações em Portugal, 2.ª Edição, IDN, Gradiva, 2004

CARVALHO, Jorge Silva, “Modelos de Sistemas de Informações: Cooperação entre Sistemas de Informações”, Estudos de Direito e Segurança, coordenadores, Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007

CASTELLS, Manuel, A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II, O Poder da Identidade, 2.º Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007

CASTRO, Catarina Sarmiento e, “A Questão das Polícias Municipais”, Coimbra Editora, 2003

CLEMENTE, Pedro, “Do Recurso policial à Arma de Fogo”, Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012

CLEMENTE, Pedro, “O Imaginário Policial, Anti-Crime – O canto da sereia”, I Colóquio de Segurança Interna, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Almedina, 2005

CLEMENTE, Pedro Lopes, “As Informações Policiais-Palimpsesto”, Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro, Coordenação de Germano Marques da Silva e Manuel Monteiro Guedes Valente, Almedina, 2007

CLEMENTE, Pedro José Lopes, A Polícia em Portugal, Cadernos INA n.º 26, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, 2006

DIAS, Jorge Figueiredo, Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, Questões Fundamentais; A Doutrina Geral do Crime, Coimbra Editora, 2004

DIAS, Mário Gomes, “Segurança Interna”, II Colóquio de Segurança Interna, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Almedina, 2006

DIOGO, José-Manuel, “4. SIS (SIRP)”, Coleção Agências Secretas, Levoir, Oeiras, 2012

ESTEVES, Pedro, “Estado e Informações: Uma perspectiva sistémica”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

FEITEIRA, Alice Mendes, “Uma concepção integrada de segurança no domínio das

políticas públicas: tópicos de reflexão”, Estudos de Direito e Segurança, Volume II, coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012

FERNANDES, Luís Fiães, “As Novas Ameaças como Instrumento de Mutação do Conceito “Segurança””, I Colóquio de Segurança Interna, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Almedina, 2005

FERREIRA, Arménio Marques, “O Sistema de Informações da República Portuguesa”, Estudos de Direito e Segurança, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007

GALVÃO, Henrique, Assalto ao “Santa Maria”, Edições Delfos. Lisboa, 1973

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, Código de Processo Penal Anotado, 17.º Edição, Almedina, 2009

GOUVEIA, Jorge Bacelar, “Os Serviços de Informações de Portugal: Organização e Fiscalização”, Estudos de Direito e Segurança, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Almedina, 2007

GRAÇA, Pedro Borges, “Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

GUNARATNA, Rohan, Inside Al Qaeda: Global Network of Terror, Columbia University Press, New York, 2002

HERMAN, Michael, Intelligence Power in Peace and War, The Royal Institute of International Affairs, Cambridge University Press, 1996

HOFFMAN, Bruce, Inside Terrorism, Columbia University Press, New York, 2006

LARA, António de Sousa, Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão, 6.ª Edição,

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção manuais pedagógicos, 2011

LEANDRO, Tenente-General Garcia, “Na morte do General Pedro Cardoso. O Homem e o seu legado”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

LOPES, J.A. Azevedo, “A segurança interna no contexto internacional”, I Colóquio de Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2005

MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui, CRP Anotada, Tomo I, 2.^a edição, Coimbra Editora /Wolters Kluwer, Portugal, 2010

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, “Subsídios para a História Recente das Informações em Portugal”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

MOREIRA, Adriano, “A violência no mundo”, Estudos da Conjuntura Internacional, Publicações Dom Quixote, 1999

MOTA, Francisco Teixeira da, Henrique Galvão: Um Herói Português, Oficina do Livro, Lisboa, 2011

PEREIRA, Rui, “A Segurança na Constituição”, Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012

PEREIRA, Rui, “O “Agente Encoberto” na Ordem Jurídica Portuguesa”, Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, 2004

PEREIRA, Rui, “Os desafios do terrorismo: A resposta penal e o Sistema de Informações”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

PEREIRA, Rui, “Informações e Investigação Criminal”, I Colóquio de Segurança Interna, Coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, 2005

PIMENTEL, Luís Manuel Oliveira, “O Regime Estatutário das Forças de Segurança”, Estudos de Direito de Polícia, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2.º Volume, 2003

PINTO, Renato Marques, “Os Militares e as Informações (Em memória do General Pedro Cardoso)”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

ROMANA, Heitor Barras, “O Novo Framework do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas”, Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Coordenação de Adriano Moreira, Prefácio, 2004

RIBEIRO, Maria da Conceição, A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945, Estampa, 1995

ROGEIRO, Nuno, Guerra em Paz: A Defesa Nacional na nova desordem mundial, Hugin Editores, Lisboa, 2002

SANTOS, J. Loureiro dos, Forças Armadas em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012

SANTOS, Sofia, “As Nações Unidas, a OTAN e a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia enquanto principais catalisadores da Segurança Internacional”, Estudos de Direito e Segurança, Volume II, coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012

SARAMAGO, José, Memorial do Convento, Caminho, 1982

SERRA, Paula, DINFO, Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998

SILVA, Germano Marques da, Curso de Processo Penal II, 4.^a Edição, Verbo, 2008

SIMÕES, Pedro, Os Serviços Secretos em Portugal, Os Serviços de Informação e a Comunicação Social, Prefácio, Lisboa, 2002

SHULSKY, Abram N. and SCHMITT, Gary J., Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence, 3.^a ed., Washington D.C., Brassey's, 2002

TEIXEIRA, Nuno Severiano, Contributos para uma Política de Defesa, Ministério da Defesa Nacional, agosto de 2009

TREVERTON, Gregory F., Reshaping National Intelligence For An Age of Information, Cambridge University Press, 2001

TZU, Sun, A Arte da Guerra, Edições Sílabo, Introdução e notas de Lionel Giles, Lisboa, 2006

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, Lei e Crime – O Agente Infiltrado versus o Agente Provocador – Os Princípios do Processo Penal, Almedina, 2001

VEGAR, José, Serviços Secretos Portugueses, História e Poder da espionagem nacional, A esfera dos livros, 2007

Periódicos:

CARDOSO, Vice-Almirante Leonel, “Defesa Nacional-Segurança Nacional”, Nação e Defesa n.º 17, janeiro-março, 1981, IDN

CARRILHO, Luís Miguel Ribeiro, “Doutrina Tática e Estratégica na Gestão da Actividade Operacional: A Segurança Pessoal”, Segurança e Defesa n.º 4, agosto-outubro 2007

CARVALHO, Jorge Silva, “Segurança Nacional e Informações”, Segurança e Defesa n.º 1,

novembro 2006

CARVALHO, Jorge Silva, “Limites à produção de informações no Estado de Direito Democrático”, Segurança e Defesa n.º 2, fevereiro 2007

CARVALHO, Jorge Silva, “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, Segurança e Defesa n.º 11, setembro-novembro 2009

CAVALHEIRO, Joaquim Lopes, “As Informações, a Democracia e a Defesa Nacional”, Nação e Defesa, Ano IV, n.º 11, julho-setembro 1979, IDN, Lisboa

CHAVES, Carlos, “Sistema de Segurança Nacional – Ensaio de uma nova visão”, Segurança e Defesa n.º 18, julho-setembro 2011

CLEMENTE, Pedro, “Informações e policiamento: conhecer e agir”, Polícia Portuguesa, n.º 007 – III série, abril/junho 2008, Direção Nacional da PSP

CLEMENTE, Pedro, “Informações e Segurança Pública”, Estratégia, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Lisboa, 2010

CORREIA, Miguel Pupo, “Retenção de dados de comunicações”, Lusíada. Direito, Série II n.º 7, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2010

FEITEIRA, Alice Mendes, “Segurança e Defesa: Um domínio único”, Segurança e Defesa, n.º 1, novembro 2006

FERREIRA, Arménio Marques, “A Matriz Integralista do Novo Terrorismo”, Segurança e Defesa n.º 2, fevereiro de 2007

GARCIA, Francisco Proença, “A Transformação da Intelligence”, Segurança e Defesa n.º 6, abril-junho 2008

LEANDRO, José Eduardo Garcia, “O Estado, o Cidadão e a Segurança. Novas soluções

para um novo paradigma”, Segurança e Defesa, n.º 2, fevereiro 2007

LUCENA, José do nascimento de Sousa, “O Sistema de Informações na Organização da Defesa Nacional”, Revista Militar, n.º 10, outubro de 1980

MACHADO, Artur Rocha, “Anatomia do Terrorismo, Uma análise psico-sociológica”, Politeia, Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Ano III, n.º 1, janeiro-junho de 2006, Almedina

MOREIRA, Adriano, Nação e Defesa n.º 45, janeiro-março de 1988, Instituto de Defesa Nacional

MORGADO, Casimiro, “As informações e a Investigação Criminal (Delimitação das respectivas áreas de actuação)”, Lusíada, Revista de Ciência e Cultura, Série Especial, Informações e Segurança Interna, Instituto Lusíada para o Direito do Ambiente, Coimbra Editora, 1998

MORGADO, Gonçalo, “A origem dos sequestros aéreos”, Polícia Portuguesa, n.º 14-III Série, 2010

PEREIRA, J.A. Teles, “O 11 de Setembro e o debate sobre o modelo de Serviços de Informações em Portugal”, Revista do Ministério Público n.º 89, janeiro – março, 2002

PEREIRA, Júlio, “Segurança interna: O mesmo conceito, novas exigências”, Segurança e Defesa n.º 3, maio-julho 2007

PEREIRA, Júlio, Entrevista à Segurança e Defesa n.º 9, janeiro-março 2009

PEREIRA, Júlio, Entrevista à Segurança e Defesa n.º 15, outubro-dezembro 2010

PEREIRA, Rui, “A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático”, Revista de Ciência e Cultura da Universidade Lusíada, Série Especial: Informações e Segurança Interna, Coimbra Editora, 1998

PEREIRA, Rui, “Terrorismo e insegurança. A resposta portuguesa”, Revista do Ministério Público n.º 98, Ano 25, abril-junho 2004

PINHEIRO, Paulo Viseu, “As Informações no Combate ao Terrorismo – Renovação de meios e de doutrinas”, Segurança e Defesa n.º 5, dezembro 2007- fevereiro 2008

REIS, Sónia e SILVA, Manuel Botelho da, “O Sistema de Informações da República Portuguesa – Parte I”, Segurança e Defesa n.º 8, outubro-dezembro 2008

REIS, Sónia e SILVA, Manuel Botelho da, “O Sistema de Informações da República Portuguesa – Parte II”, Segurança e Defesa n.º 9, janeiro-março 2009

RIBEIRO, Capitão de mar-e-guerra António Silva, Estratégia, Instituto da Conjuntura Estratégica, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Óscar Soares Barata, Volume XV, Lisboa, 2005

RODRIGUES, Tenente-General Joaquim Chito, “As Pequenas Potências e as Informações Estratégicas – O Problema Português”, Revista Militar, 55.º Vol., n.º 4, abril 2003, Lisboa

RODRIGUES, Tenente-General Joaquim Chito, “Os Instrumentos para a Luta Anti-Terrorista: Avaliação das Condições de Exercício do Sistema de Informações da República”, Revista Militar, 54.º Vol., n.º 4, abril 2002, Lisboa

RODRIGUES, Joaquim Chito, “Para Uma Cultura de Intelligence em Portugal”, Nova Cidadania, Ano VIII, n.º 29, julho/setembro 2006

ROMANA, Heitor Barras, “Informações: Uma reflexão teórica”, Segurança e Defesa n.º 6, abril-junho 2008

SANTOS, José Loureiro dos, “Propostas e contributos para uma estratégia de Segurança Nacional”, Segurança e Defesa n.º 15, outubro-dezembro 2010

SILVA, Mateus, “O Desafio dos Serviços de Informações”, Segurança e Defesa n.º 6, abril-junho 2008

Legislação:

Código Civil

Código Penal

Código de Processo Penal

Constituição da República Portuguesa

Constituição de 1822

Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004 de 2 de abril e aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004

Decisão da Comissão de 29 de novembro de 2001 (2001/844/CE, CECA, Euratom)

Decisão do Conselho de 19 de março de 2001 (2001/264/CE)

Decisão do Conselho, 2002/348/JAI de 25 de abril

Decisão do Conselho 2009/371/JAI de 6 de abril, que cria o Serviço Europeu de Polícia (EUROPOL)

Decreto-Lei n.º 35 046, de 22 de outubro de 1945

Decreto- Lei n.º 49 401, de 24 de novembro de 1969

Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril (Legislação da Junta de Salvação Nacional)

Decreto-Lei n.º 250/75, de 23 de maio

Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio (Lei eleitoral do Presidente da República)

Decreto-Lei n.º 385/76, de 21 de maio

Decreto-Lei n.º 506/79, de 24 de dezembro

Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro

Decreto-Lei n.º 254/95, de 30 de setembro

Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro

Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro

Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março

Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março

Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de dezembro

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho

Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de abril

Decreto-Lei n.º 170/2007, de 3 de maio

Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de julho

Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro

Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 outubro

Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho

Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro

Lei n.º 30/84, de 6 de novembro

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (RESEE)

Lei n.º 6/94, de 7 de abril, (LSE)

Lei n.º 4/95, de 21 de fevereiro

Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto (RJAE)

Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro

Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto

Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto

Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto

Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho

Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro

Lei n.º 32/2008, de 17 de julho

Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto

Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (LSI)

Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto

Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto

Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, que aprova a Lei do Cibercrime

Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro

Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro (LQSIRP)

Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho (LDN)

Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio

Portaria n.º 383/2008, de 29 de maio

Portaria n.º 434/2008, de 18 de junho

Regulamento n.º 268/2012, de 17 de julho

Resolução da Assembleia da República n.º 51/2013, que aprova o acordo assinado entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a troca de informação de rastreio do terrorismo

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, Publicado no Diário da República – I série-B, n.º 16 – 20 de janeiro de 2003 (CEDN 2003)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, que aprova as Instruções para a Segurança

Nacional, Salvaguarda e Defesa das Matérias Classificadas (SEGNAC 1), publicada no Diário da República, 1.ª série – n.º 279 de 3 de dezembro de 1988

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89, SEGNAC 2

Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/94, SEGNAC 3

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90, SEGNAC 4

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, que aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, publicada no Diário da República, 1.ª série – n.º 67 de 5 de abril de 2013

Legislação estrangeira:

Constitución Española

Ley Orgánica 2/2002 de 6 de mayo (Espanha)

Ley 11/2002 de 7 de mayo (Espanha)

Imprensa:

ANJOS, Carlos e GRAVATO, Helena, in www.dn.pt

BRAZ, José, in Diário de Notícias de 18 de abril de 2013

Diário de Notícias de 29 de setembro de 2011

Diário de Notícias de 10 de dezembro de 2012

Diário de Notícias de 16 de janeiro de 2013

Diário de Notícias de 18 de fevereiro de 2013

Expresso de 24 de setembro de 2011

Expresso de 8 de dezembro de 2012

FILIPE, António, in expresso.sapo.pt

GOUVEIA, Jorge Bacelar, in www.publico.pt

Jornal de Notícias de 27 de julho de 2011

MCGOVERN, Ray, in Expresso de 15 de junho de 2013

MORGADO, Maria José, in Expresso de 06 de agosto de 2011

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 479/94, publicado no Diário da República n.º 195, Série I-A de 24 de agosto de 1994

Outros:

“A intervenção das Forças Armadas em tarefas de Segurança Interna”, documento da Associação Nacional de Oficiais da Guarda

Diário da Assembleia da República, II série, suplemento ao nº 64, de 10 de março de 1982

Dictionary of military and associated terms of the Department of Defense

EUROPOL, EU Terrorism situation and trend report, TE-SAT 2012

CORREIA, Miguel Pupo, O Caso “ECHELON”: Aspectos Jurídicos

Intervenção do constitucionalista Jorge Miranda na Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, Diário da Assembleia da República, II série, suplemento ao nº 64, de 10 de março de 1982, p. 1232 (33)

Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República n.º 147/2001

Seminário sobre terrorismo que decorreu no dia 7 de maio de 2003 no ISCPSI em Lisboa

Relatório A5-0264/2001 do Parlamento Europeu (Sistema de interceção “ECHELON”)

Relatório da Comissão de Segurança Humana, da Organização das Nações Unidas (ONU), “A Segurança Humana, Agora”

Resolução 3314 (XXIX) da Assembleia Geral das Nações Unidas

TEIXEIRA, Nuno Severiano, Intervenção na qualidade de Ministro da Defesa Nacional na sessão de encerramento do colóquio sobre a reorganização da Defesa Nacional e das Forças Armadas, no Forte de São Julião da Barra a 4 de julho de 2008

VEGAR, José, Deficiências Decisivas de Capacidade, O estrangulamento do sistema de investigação de segurança português, 2007

Internet:

expresso.sapo.pt

www.academia.edu

www.anog.pt

www.apdi.pt

www.asjp.pt

www.cfsirp.pt
www.cia.gov
www.dn.pt
www.dtic.mil
www.fbi.gov
www.gchq.gov.uk
www.idn.gov.pt
www.nsa.gov
www.operacional.pt
www.publico.pt
www.sied.pt
www.sirp.pt
www.sis.pt
www.un.org

Anexos

Evolução do Sistema de Informações da República Portuguesa

INFORMAÇÕES	1974 (ano)										1987										1997										2004					2009					2010																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							

* Criado em 1985, nunca chegou a funcionar

Anexo: 1

Fonte: www.cfsirp.pt

Organização do Sistema de Informações da República Portuguesa

